

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

F866

Freitas, Elaine Cristina Cardoso.

Diversidade na fronteira: um olhar a partir das formas de acolhimento e avaliação dos alunos estrangeiros nas escolas públicas municipais iguaçuenses / Elaine Cristina Cardoso Freitas. - Foz do Iguaçu, PR, 2019.
143 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2019.

Orientador: Silvia Lima de Aquino.

Coorientador: Francisca Paula Soares Maia.

1. Escolas - Foz do Iguaçu. 2. Estudantes estrangeiros. 3. Imigrantes. 4. Avaliação educacional. I. Aquino, Silvia Lima de. II. Maia, Francisca Paula Soares. III. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. IV. Título.

CDU 373.2/3-054.72(1-04)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**DIVERSIDADE NA FRONTEIRA: UM OLHAR A PARTIR DAS FORMAS DE
ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS IGUAÇUENSES**

ELAINE CRISTINA CARDOSO FREITAS

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**DIVERSIDADE NA FRONTEIRA: UM OLHAR A PARTIR DAS FORMAS DE
ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS IGUAÇUENSES**

ELAINE CRISTINA CARDOSO FREITAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Lima de Aquino.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Francisca Paula Soares Maia.

Foz do Iguaçu
2019

ELAINE CRISTINA CARDOSO FREITAS

**DIVERSIDADE NA FRONTEIRA: UM OLHAR A PARTIR DAS FORMAS DE
ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS IGUAÇUENSES**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas e Desenvolvimento da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestra em Políticas
Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Lima de Aquino
UNILA

Coorientadora: Prof. Dra. Francisca Paula Soares Maia
UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto
UNILA

Prof. Dra. Camila Daniel
UFRRJ

Foz do Iguaçu, 09 de agosto de 2019.

Dedico este trabalho a todos os alunos imigrantes que chegam a Foz do Iguaçu com suas famílias em busca de melhores condições de vida e que, apesar das dificuldades, buscam sentir-se parte deste território. A estes, que a escola seja sempre um lugar acolhedor, de possibilidades, conhecimentos e desenvolvimento humano.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta trajetória como aluna do mestrado em enfrentei muitas dificuldades que refletiram no desenvolvimento da pesquisa. Contudo, o apoio de muitas pessoas me impulsionaram a levantar e continuar caminhando com firmeza e otimismo, assim, dedico esta pesquisa a essas pessoas especiais que me acompanharam neste percurso.

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora professora Dra. Silvia Lima de Aquino e a minha coorientadora professora Dra. Francisca Paula Soares Maia, não apenas pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela paciência, solidariedade, incentivo e apoio desde quando nos conhecemos, por todos os ensinamentos e orientações, por terem me apresentado novas formas de pensar a pesquisa e me mostrarem que apesar das dificuldades, eu conseguiria.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, em especial a todos os professores do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento que colaboraram com a minha formação acadêmica e humana. E aos membros do grupo de pesquisa Linguagem, Política e Cidadania - UNILA, pela forma que me acolheram, pelas contribuições imensuráveis no desenvolvimento da minha pesquisa e ampliação dos conhecimentos sobre a educação intercultural.

Aos colegas da turma de 2016 e 2017 do mestrado, pela convivência, amizade, e pelo olhar cuidadoso quando minha saúde não estava bem, sem eles certamente a minha luta teria sido muito mais difícil. Ao colega Eduardo Alves Gomes, pela parceria, incentivo e por me animar nos momentos difíceis da pesquisa.

A minha família linda que me amparou, deu forças e acreditou em mim em todos os momentos de aflição e euforia, desde a entrevista até o final desta trajetória.

Aos colegas de trabalho, da Escola Municipal Eloi Lohmann, do Colégio Estadual Dr. Arnaldo Busatto e da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNILA, que me apoiaram, incentivaram e que são fonte de inspiração e energia e estão sempre comigo me provocando a ir além.

A SMED Foz e a Escola Municipal João da Costa Viana, pela receptividade e incentivo à minha pesquisa. E a todos os entrevistados que constituem a substância desta pesquisa, pois sem eles a pesquisa não teria cumprido o seu objetivo.

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para construção deste trabalho, para que sigam incentivando pessoas e contribuindo para que a ciência se expanda cada vez mais no Brasil e no mundo.

Humanizar a questão do migrante e do refugiado no Brasil não é só humanizar a vida dessas pessoas, mas também é humanizar a nossa sociedade, nosso Estado de direitos.

Gustavo Ambrósio

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a dialogar sobre o processo de atendimento ao aluno estrangeiro nas escolas brasileiras, em especial em municípios de fronteira, a partir da realidade das escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR, buscando analisar sobre o acolhimento e a avaliação inicial diagnóstica que define a seriação na qual esse aluno é inserido ao chegar na escola em busca de matrícula, além de uma reflexão sobre a educação inclusiva abranger o atendimento ao aluno imigrante e necessidade de criação de políticas públicas educacionais que tenham como foco o atendimento ao aluno estrangeiro, principalmente em regiões de fronteira. A temática a ser apresentada e dialogada neste estudo está relacionada à educação escolar, tendo eixo norteador o atendimento ao aluno estrangeiro em município de fronteira. O público-alvo são os alunos das séries iniciais do ensino fundamental que chegam de outros países em busca de vaga na escola pública. A análise demonstra, entre outras questões os reflexos do território transfronteiriço, as territorialidades na vida dos alunos estrangeiros e suas famílias, com destaque para o processo de recepção, acolhimento, avaliação escolar e acompanhamento pedagógico desses alunos, chegando à discussão da formação de professores e a importância de um protocolo de atendimento que oriente a escola sobre como proceder na recepção do aluno estrangeiro e sua família quando da chegada em busca de vaga na escola. Para análise dos dados, empreendeu-se o método de análise de conteúdo a partir das entrevistas com membros da secretaria municipal de educação de Foz do Iguaçu – SMED, professores, secretários, diretora e coordenadora pedagógica da Escola Municipal João da Costa Viana no mesmo município. Desta análise surgiram 5 subcategorias: 1) A Importância da Avaliação; 2) A Avaliação Escolar e seus Atores; 3) A Legislação sobre Avaliação no Brasil; 4) A Avaliação e Inclusão de Alunos Estrangeiros no Brasil e 5) Modelos de Acolhimento, Matrícula e Avaliação Diagnóstica para Fins de Seriação Aplicados a Alunos Estrangeiros no Brasil. Os resultados deste estudo nos apresentaram que as escolas municipais de Foz do Iguaçu não estão preparadas para atender aos alunos estrangeiros, porém percebeu-se através dos relatos que a prefeitura de Foz do Iguaçu e a SMED, através de parcerias com as universidades locais têm traçado metas em busca de minimizar as dificuldades enfrentadas no atendimento ao aluno estrangeiro e sua família. Ainda há muito o que percorrer nesse sentido, mas perceber que existe a necessidade de se pensar em políticas que orientem o atendimento desses alunos e suas famílias já é um início desse longo caminho a ser percorrido.

Palavras-chave: Escola. Aluno. Estrangeiro. Avaliação. Acolhimento.

ABSTRACT

This research aims to discuss the process of care for foreign students in Brazilian schools, especially in border municipalities, from the reality of municipal public schools in Foz do Iguaçu - PR, seeking to analyze the reception and the initial diagnostic evaluation, which defines the grade in which this student is inserted upon arriving at school in search of enrollment, as well as a reflection on inclusive education encompassing the care of immigrant students and the need to create educational public policies that focus on the care of foreign students, mainly in border regions. The theme to be presented and dialogued in this study is related to school education, having as guiding axis the service to foreign students in a border municipality. The target audience is students in the early grades of elementary school who come from other countries looking for a place in the public school. The analysis demonstrates, among other issues, the reflections of the transboundary territory, the territorialities in the lives of foreign students and their families, highlighting the process of reception, reception, school evaluation and pedagogical accompaniment of these students, reaching the discussion of teacher education and the importance of a service protocol that guides the school on how to proceed to the reception of the foreign student and his / her family upon arrival in search of a place at school. For data analysis, the method of content analysis was undertaken from interviews with members of the municipal education department of Foz do Iguaçu - SMED, teachers, secretaries, principal and pedagogical coordinator of João da Costa Viana Municipal School in the same municipality. From this analysis emerged 5 subcategories: 1) The Importance of Evaluation; 2) School Evaluation and its Actors; 3) The Evaluation Legislation in Brazil; 4) The Evaluation and Inclusion of Foreign Students in Brazil and 5) Models of Reception, Registration and Diagnostic Evaluation for Serial Purposes Applied to Foreign Students in Brazil. The results of this study showed us that the municipal schools of Foz do Iguaçu are not prepared to serve foreign students, but it was clear from the reports that the municipality of Foz do Iguaçu and SMED, through partnerships with local universities have been drawing goals in order to minimize the difficulties faced in serving the foreign student and his family. There is still much to go in this direction, but realizing that there is a need to think about policies that guide the care of these students and their families is already a start of this long way to go.

Keywords: School. Student. Foreign. Evaluation. Reception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Mapa com a localização de Foz do Iguaçu.....	17
Figura 2-Tríplice Fronteira.....	18
Figura 3-A Tríplice Fronteira	18
Figura 4-Mapa dos bairros de Foz do Iguaçu	19
Figura 5- Fachada da Escola Municipal João da Costa Viana, uma das 51 escolas municipais do município de Foz do Iguaçu, no Paraná – Brasil. Localizada na região 1 do município, conhecida como região do Três Lagoas. Foto da autora (2019).	23
Figura 6- Técnicas de coletas de dados	28
Figura 7- Avaliação Diagnóstica.....	60
Figura 8- Categoria de Análise: Acolhimento ao Aluno Estrangeiro.....	82
Figura 9 - Categoria de Análise: Matrícula dos Alunos Estrangeiros	92
Figura 10- Categoria de Análise: Reclassificação e Falhas no Encaminhamento dos Alunos Estrangeiros	95
Figura 11- Processo avaliativo voltado aos alunos estrangeiros que frequentam as escolas municipais em Foz do Iguaçu	96
Figura 12- Categoria de Análise: Adaptação Escolar dos Alunos Estrangeiros	101
Figura 13- Categoria de Análise: Acompanhamento Pedagógico Ofertado aos Alunos Estrangeiros.....	102
Figura 14- Categoria de Análise: Questões linguísticas.....	103
Figura 15-Categoria de Análise: Reprovação Escolar dos Alunos Estrangeiros	105
Figura 16- Categoria de Análise: Processo de Avaliação Escolar dos Alunos Estrangeiros.....	106
Figura 17- Categoria de Análise: Necessidade de um Protocolo de Atendimento aos Alunos Estrangeiros.	111
Figura 18- Categoria de Análise: Atendimento dos Alunos Estrangeiros e Educação Inclusiva	113
Figura 19- Categoria de Análise: Processo de Avaliação Escolar dos Alunos Estrangeiros.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da taxa de aprovação no ensino fundamental – Brasil 2013-2017.....	65
Gráfico 2- Taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por etapas do ensino fundamental e médio.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Lista dos Entrevistados.....	25
Quadro 2-Categorias de Análises das entrevistas	28
Quadro 3- Servidores da E M João da Costa Viana	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAESP	Centro de Atendimento Especializado
CEE	Conselho Estadual de Educação
CER	Comitê Estadual de Refugiados
CF	Constituição Federal
CGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
GERED	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IN	Instruções Normativas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Bloco Econômico do Mercado Comum do Sul
NINC	Núcleo de Inclusão Educacional
NTM	Núcleo de Tecnologia Municipal
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNE	Identidade de Estrangeiro
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEED/PR	Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SEED/SC	Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar do Paraná
SJDC	Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

SMED	Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA.....	16
O município de Foz do Iguaçu - Local de pesquisa empírica.....	16
Estratégias e instrumentos de pesquisa.....	21
1. TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS	31
1.1. TERRITÓRIO.....	32
1.2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA	36
1.2.1 O Debate Institucional sobre Fronteiras no Brasil	38
1.3. A TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL (FOZ DO IGUAÇU), PARAGUAI (CIUDAD DEL ESTE) E ARGENTINA (PUERTO IGUAZÚ)	41
1.4. MIGRAÇÃO E FRONTEIRA	45
2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO ...	49
2.1. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO.....	50
2.2. TIPOS DE AVALIAÇÃO.....	55
2.2.1 A avaliação Inicial Diagnóstica Aplicada ao Aluno Estrangeiro nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu.....	58
2.3. A LEGISLAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO NO BRASIL.....	61
2.4. MODELOS DE ACOLHIMENTO, MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA FINS DE SERIAÇÃO APLICADOS A ALUNOS ESTRANGEIROS NO BRASIL	67
3. O ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO IGUAÇU: DO ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO À DEFINIÇÃO DA SÉRIE E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	74
3.1. PROCESSO DE RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO IGUAÇU.....	75
3.2. AVALIAÇÃO INICIAL, DEFINIÇÃO DA SERIAÇÃO E MATRÍCULA DOS ALUNOS ESTRANGEIROS	83
3.2.1 Os Documentos Norteadores e o Corte Etário	83

3.2.2 Da Avaliação Inicial à Classificação e Seriação	85
3.2.3 A Matrícula.....	88
3.2.4 Reclassificação e Falhas no Encaminhamento	93
3.3. ADAPTAÇÃO ESCOLAR, ACOMPANHAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO E DOS ALUNOS ESTRANGEIROS.....	97
3.3.1 Aproveitamento Escolar dos Alunos Estrangeiros - Aprovação, Reprovação e Abandono - Sucesso e/ou Fracasso Escolar.....	104
3.4. DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À INCLUSÃO ESCOLAR: POR UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO.....	107
3.4.1 Parceria com a universidade	112
3.5. QUESTÕES DE TERRITÓRIO, FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E OS REFLEXOS NA ESCOLA.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte no dia 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, e trata-se da maior instância legislativa do país. De acordo com o Artigo 205 da CF, a educação é um direito de todos. Portanto, o Estado brasileiro tem o dever de oferecer acesso à escola pública, com educação de qualidade para todos os estudantes que vivem em solo nacional, independente da nacionalidade ou do idioma que fala e escreve. Seguem Artigos 205 e 206 da CF que tratam respectivamente do direito a educação e aos princípios do ensino:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania.

Art. 206. (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (CF, Brasília, 1988).

Com base nos dados do censo escolar de 2016, verifica-se que o número de estudantes imigrantes e refugiados matriculados em escolas brasileiras aumentou em 112% em oito anos (de 2008 a 2016). Neste sentido, conforme o Boletim denominado Aprendizagem em Foco nº. 38, publicado em fevereiro de 2018 pelo Instituto Unibanco¹, entre os anos de 2008 e 2016, o número de matrículas de alunos estrangeiros em escolas brasileiras saltou de 34 mil para quase 73 mil. Ainda conforme o referido Boletim, a rede pública é a responsável por acolher a maior parte desses estudantes. De acordo com os dados do censo escolar de 2016 analisados pelo mencionado Boletim, em 2016, aproximadamente 64% dos estudantes estrangeiros estavam matriculados em escolas públicas. Esses números demonstram que tem sido cada vez mais importante a criação de políticas que preparem a escola e toda a comunidade escolar para receber e, mais do que isso, acolher os alunos estrangeiros.

¹ A referida publicação reúne e analisa dados do censo escolar de 2016 sobre alunos estrangeiros. O Boletim está disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>. Acesso: jul.2019

Em relação ao atendimento prestado aos alunos estrangeiros nas escolas públicas municipais brasileiras, destaca-se que a escola busca atender o aluno de acordo com: 1) as normas e regras estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, que, por sua vez, atende ao núcleo regional e à Secretaria Estadual de Educação; 2) os documentos que orientam e regem a educação nacional. Todavia, a escola nem sempre encontra nesses recursos soluções para minimizar as dificuldades que surgem no atendimento destes alunos. Como veremos ao longo da dissertação, há várias dificuldades que permeiam os processos que compreendem desde o acolhimento do aluno até as formas de se definir a série na qual ele irá frequentar.

Segundo Ribeiro (2018) em virtude do caráter transfronteiriço, o fluxo migratório na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, por meio das cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, respectivamente, é grande, o que favorece a presença de muitos estrangeiros nas instituições de ensino do lado brasileiro de todos os níveis. Todavia, a secretaria municipal de educação de Foz do Iguaçu não possui dados exatos a respeito do número de alunos estrangeiros que frequentam suas escolas. Estima-se, conforme a autora que:

No caso das escolas municipais de Foz do Iguaçu, âmbito do Ensino Fundamental I, segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, há atualmente 372 (trezentas e setenta e duas) crianças estrangeiras matriculadas em quarenta e uma (41), das cinquenta e uma (51) instituições municipais de ensino. Esse número de matrículas corresponde às famílias que já conseguiram providenciar a documentação brasileira necessária. Condição que abre precedentes para um número ainda maior de discentes estrangeiros não contabilizados. (RIBEIRO, 2018, p. 954).

A situação vivenciada por estudantes oriundos do Paraguai e Argentina e que vivem e estudam em Foz do Iguaçu – PR constitui um caso ilustrativo das dificuldades enfrentadas por estudantes estrangeiros na educação básica brasileira. Estes, ao ingressarem no referido município, se deparam, cotidianamente, com diversos obstáculos no cotidiano escolar. Dentre estes obstáculos destacam-se: 1) a falta de adaptação curricular e pedagógica; 2) as dificuldades envolvendo o idioma, tanto na língua escrita quanto falada; 3) a falta de acolhimento social e pedagógico ao aluno imigrante e sua família; 4) e principalmente o processo avaliativo no qual são submetidos – quando chegam ao município e procuram a rede municipal de educação – para definição da série a qual irão frequentar.

Em Foz do Iguaçu, na rede municipal de educação, é a escola a responsável por definir para qual série o aluno imigrante será encaminhado. Visto que o município não conta com um protocolo ou política de atendimento ao aluno estrangeiro, a escola tem autonomia, portanto, para tomar essa decisão. Desta forma, ao receber a família imigrante que chega à escola em busca de vaga, o secretário da escola solicita os documentos pessoais e escolares do aluno, conforme exigidos pela secretaria municipal da educação do município. A secretaria da escola analisa o histórico escolar e a seriação a qual o aluno frequentava em seu país de origem e, na sequência, o mesmo é encaminhado para a série/ano em que estava matriculado.

Nos casos em que a família do aluno não apresenta a documentação exigida, a instituição aplica uma avaliação de conhecimentos elaborada especificamente para os estudantes estrangeiros. É o resultado dessa avaliação que orientará a definição da série que o mesmo irá cursar. O que ocorre é que tal avaliação é aplicada na língua portuguesa, uma vez que entende-se que é a língua pela qual o estrangeiro dará continuidade a sua formação nas escolas do município.

Assim, grande parte dos estudantes oriundos do Paraguai e da Argentina, bem como de outros países que chegam na rede municipal de educação de Foz do Iguaçu, são avaliados unicamente em língua portuguesa, idioma que a maioria dos alunos não domina e por vezes, nem têm o conhecimento mínimo para resolução de uma avaliação que definirá o seu futuro escolar. Deste modo, em alguns casos, há considerável risco do indivíduo estrangeiro ser mal interpretado ao passar pelo processo avaliativo inicial, o qual define a série/ano a ser cursado, haja vista a dificuldade de comunicação. Isso é o que ocorre por meio de uma barreira idiomática entre o aluno e o professor responsável pela avaliação, ou mesmo pela dificuldade de apresentar a documentação correta, proveniente da escola que frequentava em seu país de origem. Nesses casos, o aluno pode acabar por se enquadrar em uma série inferior a sua idade cronológica e não condizente com seu nível de aprendizagem.

A este respeito, Pires-Santos (2004) destaca que em contexto de fronteira, as questões linguísticas se tornam ainda mais evidentes e com isso, o caminho mais fácil, cômodo e praticável é o do monolinguismo, onde a escola acaba forçando um processo de aquisição de uma segunda língua, no caso, a língua portuguesa.

Inicialmente é necessário lembrar o contexto linguisticamente complexo de fronteira em contraste com a política educacional voltada para o monolinguismo. As orientações das políticas educacionais voltadas para o mito da unidade linguística trazem implícitas a concepção de que língua é sempre a língua majoritária padrão, e o que foge ao padrão constitui-se erro. (PIRES-SANTOS, 2004, p. 197).

Entende-se que a definição da série na qual o aluno imigrante irá frequentar deve ser baseada nos conhecimentos que ele já desenvolveu, não nas dificuldades apresentadas na leitura e escrita, devido ao fato de dominar um outro idioma. Situações como essa, destacam a necessidade de políticas públicas que atuem na defesa da educação de qualidade para os alunos imigrantes, ou mais precisamente, de políticas educacionais voltadas ao acolhimento, inclusão e avaliação dos alunos ditos “estrangeiros” nas escolas públicas do Brasil. Sobre a dificuldade no acolhimento, na avaliação inicial, na adaptação curricular e na aceitação da cultura do outro, que podem significar a negação em lidar com a pluralidade cultural, Moreira e Candau (2003) trazem que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 161).

Diante disso, torna-se visível a necessidade de um aprofundamento do estudo deste tema, de modo a contribuir com a criação de políticas públicas que considerem as especificidades da educação em regiões de fronteira, como é o caso de Foz do Iguaçu. Assim, a presente dissertação tem como objetivo principal entender como as escolas municipais iguaçuenses recebem, avaliam inicialmente e definem a série/ano no qual os alunos estrangeiros, em especial os paraguaios e argentinos, irão frequentar.

Ademais, a dissertação tem como objetivos específicos:

- a) Analisar os procedimentos adotados pela SMED e pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu, no que se refere ao acolhimento e à avaliação inicial e/ou outros procedimentos avaliativos, aplicados aos alunos estrangeiros, utilizados para classificar e definir a seriação em que irão frequentar;

- b) Compreender como a Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu mensura o sucesso e fracasso escolar dos alunos oriundos do Paraguai e da Argentina;
- c) Identificar o número de alunos estrangeiros matriculados nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu, em especial os paraguaios e argentinos, bem como verificar aspectos que envolvem a aprovação, reprovação e evasão escolar dos estudantes estrangeiros, em especial os que vieram do Paraguai e da Argentina e que frequentam as escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu, através de levantamento de dados junto à SMED.

A hipótese principal é que alunos imigrantes, que frequentam as escolas municipais iguaçuenses, enfrentam dificuldades, tanto na adaptação metodológica quanto linguística em relação ao novo contexto escolar nos quais são inseridos, uma vez que o instrumento avaliativo que orienta a indicação de qual série este estudante irá frequentar não dá conta de captar o nível de conhecimento do mesmo, já que é aplicado em uma língua diferente da primeira língua do estudante.

A dissertação se baseará em um estudo de caso realizado na Escola João da Costa Viana, fundamentado na aplicação de entrevistas semiestruturadas aos professores, pedagogos e secretários da escola, bem como em informações coletadas a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. A escolha da Escola João da Costa Viana como *lócus* de pesquisa empírica justifica-se por ser a maior escola do município e, também, por receber um grande número de alunos estrangeiros. A comunidade que participa da Escola Municipal João da Costa Viana é oriunda dos bairros vizinhos ao estabelecimento de ensino. No social e no financeiro, por ser um município de fronteira, a empregabilidade está direcionada ao ramo turístico e hoteleiro e, em maior quantidade, ao trabalho informal.

Durante sete anos e meio, entre 2010 e 2017, fui professora das séries iniciais da rede municipal de ensino em Foz do Iguaçu, no Paraná. Mais precisamente, na Escola Municipal Eloi Lohmann, localizada no bairro Tucuruí, 1ª Região do município, mais conhecida como Região de Três Lagoas (nos arredores do Lago de Itaipu). Ao longo desse tempo, muitas foram as experiências vivenciadas e os aprendizados que somente a escola, em sua prática, pode oferecer.

Essa vivência pedagógica, bem como minha formação em Sociologia, titulação que conquistei depois que já atuava como professora da rede

pública municipal de educação em Foz do Iguaçu, contribuiu para despertar meu interesse em refletir sobre temas relacionados à condição de imigrante, em especial, no que tange às consequências derivadas das diferenças ligadas a língua materna, entre as crianças e adolescentes que integram o espaço escolar em Foz do Iguaçu.

Cabe esclarecer que, ao longo desta dissertação, é possível que o leitor se depare com algumas reflexões que são fruto da minha experiência no ensino básico em Foz do Iguaçu que me proporcionou conhecimento aprofundado deste espaço escolar. Diante dessa experiência, que me confere proximidade com o campo e com a temática, busquei no trabalho zelar pelo distanciamento entre pesquisador e o campo de pesquisa, de modo a respeitar a fidelidade das informações e opiniões dos entrevistados, bem como dos autores aqui citados.

Como já mencionado, por se tratar de um município de fronteira, o número de estudantes oriundos de outros países, em especial da Argentina e do Paraguai, nas escolas municipais em Foz do Iguaçu é bastante expressivo. O que, por um lado, nos leva a perceber que a diversidade cultural se faz presente, cotidianamente, nas escolas do município e, por outro lado, demonstra a necessidade de se pensar em políticas públicas voltadas para um modelo de educação que respeite, reconheça e valorize os conhecimentos e a cultura que os estudantes oriundos de outros países trazem consigo.

Do ponto de vista teórico, este trabalho procurará dialogar com estudos que têm como temas o território e as fronteiras e a avaliação escolar, de modo a estabelecer interconexões com o debate sobre o acolhimento e a avaliação inicial de alunos estrangeiros. Esta pesquisa também busca contribuir para uma melhor compreensão sobre a realidade vivenciada pelos alunos imigrantes, bem como pelos professores e funcionários das escolas públicas municipais, e todos os envolvidos no processo de avaliação inicial e definição da série na qual o aluno irá cursar.

A escola é um espaço social de aprendizagens, construções e desconstruções de significados, interações e diversidade. Diversos são os fatores que podem interferir e/ou contribuir no processo de ensino e aprendizagem, tanto de maneira positiva quanto negativa. Enquanto espaço de diversidade humana, cultural e linguística, é interessante que a escola buscasse diferentes formas para lidar com questões que envolvem a identidade e a diferença.

Em se tratando de estudos sobre a realidade em regiões fronteiriças, que são pontos estratégicos para o desenvolvimento do país, é importante

considerar os territórios fronteiriços, que são formados por populações de diferentes origens, valores sociais e culturais e condições econômicas. Nesse cenário, o ambiente escolar se torna importante espaço para compreender como esta diversidade das regiões fronteiriças se manifestam e quais questões ou problemas ensejam.

Ademais, entender como se estrutura a supracitada avaliação aplicada aos alunos imigrantes e seus principais problemas, pode facilitar e possibilitar a construção de soluções. Neste caso, o debate sobre a avaliação de alunos estrangeiros, em especial os que vem do Paraguai e da Argentina, pode contribuir para repensarmos as concepções epistemológicas e pedagógicas relacionadas à educação no Brasil e em regiões de fronteira. Desta forma, do ponto de vista das políticas públicas educacionais, a presente pesquisa busca contribuir tanto na elaboração de novas propostas, quanto na reestruturação das políticas de avaliação de alunos estrangeiros.

METODOLOGIA

O município de Foz do Iguaçu - Local de pesquisa empírica

Como mencionado na seção anterior, os dados primários para fundamentação desta dissertação foram colhidos a partir de pesquisa de campo, realizada em uma escola do município de Foz do Iguaçu. O município de Foz do Iguaçu está localizado na região sul do Brasil, no estado do Paraná (Figura 1). Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), sua população é de aproximadamente 258.823 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,751.



Figura 1-Mapa com a localização de Foz do Iguaçu

Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/where-is/foz-do-iguacu.html>

Cabe ressaltar que Foz do Iguaçu integra uma área urbana com mais de 700 mil habitantes, nas quais também fazem parte Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina, países com os quais o município faz fronteira. Os moradores de Foz do Iguaçu são denominados pelo gentílico “iguazuenses” (Figura 2 e Figura 3).



Figura 2-Tríplice Fronteira

Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/07/mapas-de-puerto-iguazu-argentina.html>



Figura 3-A Tríplice Fronteira

Fonte: <http://vejanomapa.net.br/place/marco-das-tres-fronteiras-foz-do-iguacu/>

De acordo com informações publicadas no Diário Oficial do Município, em 21 de dezembro de 2018, Foz do Iguaçu possui 37 bairros, divididos em 12 grandes regiões.



Figura 4-Mapa dos bairros de Foz do Iguaçu

Fonte: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/lei-altera-nomes-de-bairros-de-foz-do-iguacu/>

Por ser uma cidade turística reconhecida internacionalmente pela presença das Cataratas do Iguaçu, uma das sete maravilhas da natureza e pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, segunda maior do mundo e primeira em geração de energia, a principal base da economia do município é o turismo. Também o comércio em Ciudad del Leste, no Paraguai e em Puerto Iguazú, na Argentina contribuem

para que Foz do Iguaçu seja o terceiro destino de turistas estrangeiros no país, segundo informações do site da Itaipu Binacional².

Em Foz do Iguaçu habitam, aproximadamente, 74 grupos étnicos, originários de diversas partes do mundo, dentre dos principais estão os italianos, alemães, libaneses (sendo a maior comunidade libanesa do Brasil), chineses, ucranianos, japoneses, haitianos, argentinos, paraguaios. O grupo com maior quantidade de imigrantes no município é o de nacionalidade paraguaia. De acordo com informações do site Mercociudades (2018), Foz do Iguaçu é uma das mercociudades³ brasileiras, juntamente com Ciudad del Este, com Paraguai e com Puerto Iguazu, na Argentina, forma uma área urbana conhecida na região como Tríplice Fronteira.

Na dissertação Foz do Iguaçu será tomada como uma região transfronteiriça. ^{Conforme} Reitel e Zander, (n.d.) *apud* Rückert e Grasland (2012, p. 94) o adjetivo transfronteiriço traduz a travessia, a passagem, a transgressão: ele se aplica a priori a todo movimento, toda relação através de um limite político entre dois Estados. No entanto, a noção de transfronteiriço(a) é profundamente ligado a de proximidade, as relações entre dois Estados acentuando, em regra, o transnacional. As relações transfronteiriças se estabelecem entre unidades espaciais pertencentes a duas regiões contíguas separadas pelo limite do Estado.

Portanto, dada a ideia de travessia, passagem e também transgressão que o conceito comporta, podemos interpretá-lo como um espaço de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização (HAESBAERT, 2004). Para Haesbaert (2004, p. 18), “falar não simplesmente em desterritorialização mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade”.

Especialmente por se tratar de uma região transfronteiriça, muitas famílias de imigrantes chegam em Foz do Iguaçu em busca de melhores condições

² A Itaipu Binacional é uma entidade criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, por um Tratado entre os governos do Brasil e Paraguai, desde 1973. Trata-se de uma usina hidrelétrica binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre os dois países. Do lado brasileiro, está localizada em Foz do Iguaçu, PR.

³ Trata-se de uma Rede de Cidades do Mercosul que une um grupo de municípios dos países que participam do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e que pretende favorecer a integração delas em escala regional e estimular o desenvolvimento e a cooperação entre elas.

econômicas, através do emprego e também buscam por saúde, educação, entre outros. É comum percebermos no município um grande número de paraguaios e argentinos que buscam no lado brasileiro da fronteira uma nova oportunidade para viver com suas famílias. Por território transfronteiriço, citado ao longo desta dissertação, principalmente no que se refere ao território iguaçuense, pode ser compreendido como um espaço de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização.

E o que este debate tem a ver com a educação escolar e os processos de acolhimento, avaliação e seriação dos alunos estrangeiros que chegam em Foz do Iguaçu? Estas famílias, quando chegam ao município, precisam matricular seus filhos na escola e, neste processo encontram uma série de dificuldades. Assim, como veremos a seguir, por um lado, fica evidente a relação existente entre uma região transfronteiriça e seus processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização com as dificuldades cotidianas enfrentadas pelas famílias de imigrantes, ditos “estrangeiros”, na tentativa de se fixar, de firmar território. E, por outro lado, percebe-se o quanto essas mudanças, oscilações, flutuações entre um território e outro, realizadas por essas famílias imigrantes, podem comprometer a adaptação escolar dos alunos estrangeiros que chegam às escolas municipais iguaçuenses.

Estratégias e instrumentos de pesquisa

A metodologia é parte importantíssima na pesquisa, visto que é por meio dela que se define a seleção e análise da informação, possibilitando chegar aos resultados com segurança e compreender se os objetivos propostos foram alcançados. A escolha do processo metodológico define o caminho que deverá ser percorrido ao longo da pesquisa, orientando o pesquisador e auxiliando nas decisões. Sobre isso, Demo (1995, p. 11) define que a metodologia “significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência”.

Um dos pontos fundamentais a ser definido na metodologia é a abordagem, nesse caso, optou-se por uma abordagem geral de caráter qualitativo de investigação. As etapas dessa investigação qualitativa contaram com a definição da natureza do estudo e técnicas, assim como dos instrumentos de recolha e análise de dados, o que permite encontrar os dados necessários para a análise e

construção da explicação sobre as questões que levaram a investigação que resultou nessa dissertação. Sobre a abordagem qualitativa, Denzin e Lincoln (2006) explicam que:

A abordagem qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de matérias empíricas - estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 17).

Nesta perspectiva, entende-se que a pesquisa qualitativa pode ser relevante para interpretar os significados que existem no campo de investigação de forma detalhada. Como estratégia de pesquisa no âmbito da abordagem qualitativa, considerando a temática principal de estudo desta investigação, que é a avaliação inicial de alunos estrangeiros, e seu objetivo, analisar o processo de avaliação inicial do aluno estrangeiro nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu, optou-se por duas frentes de estudo. Por um lado, uma pesquisa documental e bibliográfica e, por outro lado, por meio de um estudo de caso assentado em um trabalho de campo, baseado na aplicação de entrevistas semiestruturadas aos professores, à equipe pedagógica e aos secretários da Escola João da Costa Viana, como aos representantes da Secretaria Municipal de Foz do Iguaçu.

É importante explicar que Foz do Iguaçu conta com 51 escolas municipais, e segundo último levantamento de dados da Secretaria Municipal de Educação, em maio de 2017 o município contava com 362 estudantes estrangeiros matriculados na rede, provenientes de países como: Argentina, Paraguai, Peru, México, Espanha, entre outros, sendo que a maioria é de paraguaios, número bastante elevado para desenvolver entrevistas e obter resultados satisfatórios e de qualidade, por isso optou-se por fazer um recorte no campo de pesquisa. A escolha pela Escola João da Costa Viana como local de pesquisa ocorreu por se tratar da unidade escolar de Foz do Iguaçu com maior número de alunos, inclusive por receber um fluxo bastante intenso de alunos oriundos do Paraguai e da Argentina. Essa escola se localiza na Região do Três Lagoas, nas proximidades da BR 277, região periférica do município, fator que facilita o acesso e permanência de muitas famílias que vem do Paraguai e Argentina para morar em Foz do Iguaçu.

A Escola Municipal João da Costa Viana é a maior escola do município e está localizada na Rua Mundaú, nº 340, na Região 1 do município.

Atende desde 22/12/1969, pelo Decreto de criação – nº 566 e teve sua autorização de Funcionamento por meio da Resolução nº 3520, publicada no Diário Oficial da União em 28/01/1983. Atualmente conta com um corpo docente formado por setenta e quatro professores, sendo nove coordenadoras pedagógicas e uma diretora, também contam com 4 secretários escolares e atendem 1200 alunos, com turmas do 1º ao 5º ano e do ensino fundamental e classe especial, nos períodos matutino e vespertino. A seguir, figura com a fachada principal da escola.



Figura 5- Fachada da Escola Municipal João da Costa Viana, uma das 51 escolas municipais do município de Foz do Iguaçu, no Paraná – Brasil. Localizada na região 1 do município, conhecida como região do Três Lagoas. Foto da autora (2019).

No estudo de caso, são levadas em conta a profundidade dos fatos e falas em seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade e utilizando-se de métodos apropriados. Confirmando essa afirmação, Yin (1994) traz que:

De forma breve, o estudo do caso permite uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como os ciclos de vida individuais, processos organizacionais e de gerência, mudança de vizinhança, relações internacionais, e a maturação de indústrias. (YIN, 1994, p.12).

Os estudos de caso consistem, segundo Yin (1994, p. 14), na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.

A análise desta documentação teve como objetivo obter informação

pertinente que forneça pistas orientadoras sobre a contextualização da situação envolvendo as matrículas, avaliações e definição de série dos alunos estrangeiros matriculados nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu, tendo como base a Escola João da Costa Viana.

Sobre a entrevista, destaca-se que a técnica possibilita uma melhor aproximação e envolvimento do entrevistador e entrevistado para que por meio de alguns questionamentos, o entrevistador possa conseguir as respostas para o alcance dos objetivos de pesquisa. A entrevista é uma das ferramentas mais utilizadas nas pesquisas qualitativas. Para Marconi e Lakatos (1996):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 84).

Nesse sentido, a entrevista pode ser compreendida como uma conversa com objetivos definidos. Para o pesquisador, entrevistar é um bom caminho para melhor compreender o universo da pesquisa e investigar os atores que fazem parte desse universo, facilitando a compreensão dos fatos. Sobre a importância que as entrevistas têm para a pesquisa qualitativa, em especial nos estudos de caso que analisam questões humanas, Yin (2001) afirma que:

No geral, as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas. Essas questões deveriam ser registradas e interpretadas através dos olhos de entrevistadores específicos, e respondentes bem-informados podem dar interpretações importantes para uma determinada situação. (YIN, 2001, p.114).

Para fundamentar a presente dissertação, realizamos um total de 10 entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados foram: a secretária municipal de educação de Foz do Iguaçu; a Diretora do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; a diretora da Escola Municipal João da Costa Viana; a secretária da escola; a coordenadora pedagógica; uma professora de 2º ano; uma professora de 3º ano; uma professora de 4º ano; uma professora de 5º ano; uma professora do apoio pedagógico e um professor de educação física, todos da Escola Municipal João da Costa Viana. As entrevistas foram realizadas no período de 13 de maio a 7 de junho de 2019, o consentimento para as entrevistas foi gravado

conforme orienta a Resolução⁴ nº 510, de 07 de abril de 2016, que trata sobre a ética em pesquisa nas ciências humanas. Foram inseridas apenas as iniciais dos nomes dos entrevistados, visto que mantido o sigilo para preservar a identidade dos mesmos. No quadro 1 apresenta-se os entrevistados, bem como suas funções na SMED.

Quadro 1-Lista dos Entrevistados

Nome e Idade dos Entrevistados	Função que ocupa na SMED
M. J. S., 50 anos	Secretária Municipal de Educação
E. D., 41 anos	Diretora-geral do ensino fundamental
C. G., 46 anos	Diretora da Escola Municipal João da Costa Viana
J. P., 38 anos	Coordenadora Pedagógica
M. F., 35 anos	Secretária Escolar
L. E., 44 anos	Professora do 2º Ano do Ensino Fundamental
S. S., 46 anos	Professora do 3º Ano do Ensino Fundamental
S. N. S., 49 anos	Professora do 4º Ano do Ensino Fundamental
M. S., 30 anos	Professora do 5º Ano do Ensino Fundamental e Coordenação Pedagógica
S. S., 30 anos	Professor de Educação Física Escolar

FONTE: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas (2019).

Para nortear as entrevistas foram elaborados 05 roteiros diferenciados, conforme a função dos entrevistados (ver anexo 1). As entrevistas foram realizadas de forma individual, e tiveram lugar nos respectivos locais de trabalho, garantindo condições de privacidade, foram gravadas e posteriormente transcritas para linguagem escrita. Após a realização, os dados foram sujeitos a uma análise de conteúdo. Segundo Bardin (2010, p. 24), “a análise de conteúdo serve para descrever e interpretar o conteúdo dos instrumentos usados para a coleta dos dados”, como é o caso da pesquisa que resultou nesta dissertação, com relatos de

⁴ A Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, traz sobre a ética em pesquisa nas ciências humanas e a não necessidade de consentimento, quando a pesquisa trata da coleta de percepções, opiniões, que não colocam em risco a vida e integridade do entrevistado, que é o caso da pesquisa em questão.

experiência de professores, diretora e secretária da Escola Municipal João da Costa Viana e da secretária e diretora de ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu.

Foram realizadas 5h16min de entrevistas. Após realização das mesmas, as gravações em áudio foram transcritas, e para análise dos conteúdos, dividiu-se os relatos em categorias as quais se agregaram por aproximação. Os relatos surgiram a partir da questão geradora do estudo: Como funciona o processo de recepção, avaliação e definição da seriação dos alunos estrangeiros que frequentam as escolas municipais de Foz do Iguaçu?

Desta forma, os relatos da secretária municipal de educação, diretora-geral do ensino fundamental, dos 05 professores, a coordenadora pedagógica, a secretária escolar e a diretora da Escola Municipal João da Costa Viana originaram as subcategorias, resultando em: 1) Processo de Recepção e Acolhimento dos Alunos Estrangeiros nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu; 2) Avaliação Inicial, Definição da Seriação e Matrícula dos Alunos Estrangeiros; 3) Adaptação Escolar: Acompanhamento e Apoio Pedagógico dos Alunos Estrangeiros; 4) Formação Continuada dos Professores que atuam nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu; 5) Questões de Território, Fronteira, Migração e os Reflexos na Escola.

Optou-se em escolher uma categoria central “O Atendimento ao Aluno Estrangeiro nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu: Acolhimento, Avaliação, Seriação e Acompanhamento Pedagógico.” Essas categorias foram configuradas a partir das questões levantadas ao longo das entrevistas, conforme apêndices A, B, C, D e E.

O olhar cuidadoso do pesquisador é muito importante nesta etapa da pesquisa, e apenas a leitura das transcrições das entrevistas não bastam para se chegar a respostas para os objetivos traçados. Pensando nisso, optou-se pela utilização de um software que faz uso da análise de conteúdo de Bardin (1978), o que tornou o trabalho mais prático e alinhado, trata-se do Atlas TI. O uso do software requer a organização dos dados nas seguintes etapas: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial por meio das descrições das análises das entrevistas e outros documentos.

O Atlas TI facilita as análises dos dados, de acordo com a definição dos objetivos e estratégias de pesquisa, possibilitando a construção de redes semânticas. Através dele é possível integrar as unidades hermenêuticas (projetos primários) entre si, o que facilita a dinâmica das análises. Destaca-se que o software

não realiza o procedimento de análise, ele apenas permite uma gama de opções ao pesquisador que, conhecendo as potencialidades dele, terá sua análise facilitada. Com ele é possível realizar anotações e comentários, criar redes e interligar as situações, permitindo que o pesquisador analise, dentre os conteúdos, aqueles que concordam, discordam, se distanciam ou se aproximam dos objetivos da investigação. Os principais elementos interligados ao software Atlas Ti e que estão dentro de um projeto, denominado unidade hermenêutica, são: os documentos primários (P-Docs), as citações (Quotes), os códigos (Codes) e as notas (Memos). Esses elementos dão origem às teias (ferramentas de análise que podem ser utilizadas para ilustrar as relações que foram analisadas pelo pesquisador).

Conforme material disponibilizado pela Unicentro (2006), as principais ferramentas do *Atlas.ti* e a função de cada uma delas são as seguintes:

- a) *Hermeneutic Unit* (HU): unidade hermenêutica que armazena todos os dados de uma pesquisa. Cada pesquisa deve ser *saved* com um nome específico e nela estão contidos todos os dados da pesquisa assim como o tratamento que lhes foi dado pelo pesquisador.
- b) *Primary Documents* (PD): são os arquivos de dados da pesquisa a serem analisados, que podem estar em diferentes formatos: PDF (*Portable Document Format*), DOC (*Document do Word*), JPEG (*Joint Photographics Experts Group*), além de vídeos e áudio e documentos de geoprocessamento (*Google Earth*). Cada documento é identificado pelo próprio *software* com a letra P e um número cardinal subsequente. Seguem algumas definições importantes sobre o funcionamento do Atlas TI, segundo material de orientação desenvolvido pela UNICENTRO, em 2006:
- c) *Quotations*: são os trechos significativos selecionados nos documentos com base nos objetivos estipulados pelo pesquisador e de acordo com o referencial teórico-metodológico adotado.
- d) *Codes*: referem-se às codificações realizadas nos segmentos selecionados. Geralmente, são expressões sucintas, podendo ser um conjunto de palavras, que denotam o sentido/significado/informação da *quotation* selecionada.
- e) *Memos*: são lembretes que podem estar associados a algum referencial teórico ou a alguma conexão do pensamento do pesquisador.
- f) *Families*: é a ferramenta que possibilita a organização de categorias de análise e também permite a associação de documentos e de *memos*. É a fase em que o pesquisador, independente do referencial teórico adotado, organiza, com sentido, os dados e as suas interpretações sobre o *corpus* da pesquisa.
- g) *Networks*: são esquemas gráficos no formato de redes que possibilitam a visualização dos resultados da pesquisa. Nelas podem estar inseridos os documentos, as codificações, os segmentos analisados, os *memos*, e permitem visualizar articulações entre diferentes elementos.
- h) *Outputs*: são relatórios gerados pelo *software*, a partir das necessidades do pesquisador. Estes podem agregar as

diferentes ferramentas e a associação entre elas, por exemplo, as codificações e suas respectivas frações de texto selecionadas durante a análise. (UNICENTRO, 2006, p. 6-7).

Para uma melhor compreensão do caminho metodológico percorrido ao longo da pesquisa, segue figura ilustrativa:

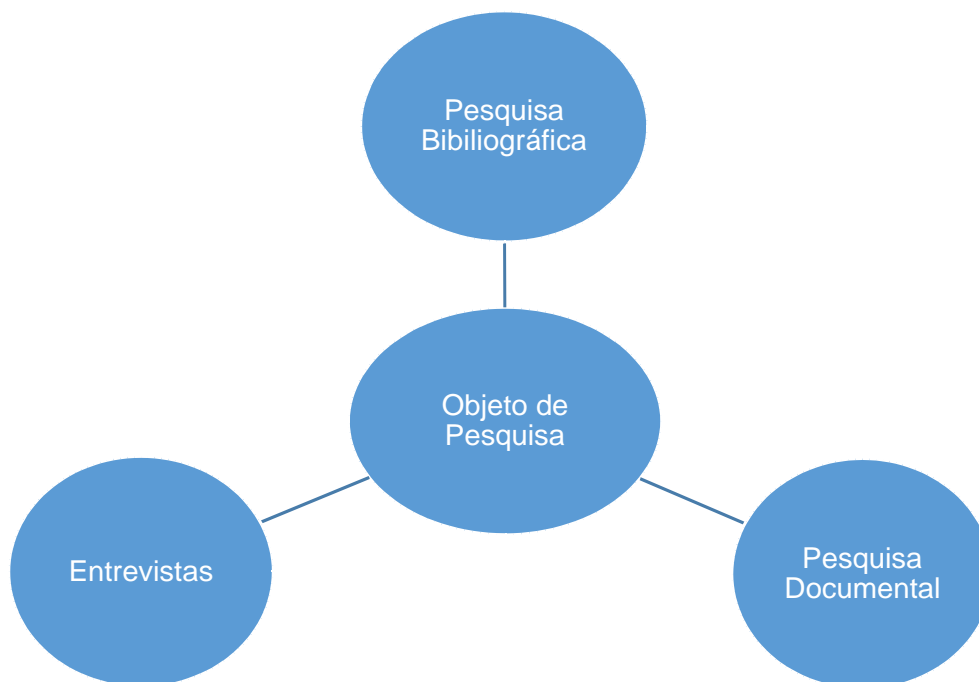


Figura 6- Técnicas de coletas de dados
FONTE: Elaborado pela autora (2019).

Abaixo apresentamos as categorias de análise definidas com auxílio do software Atlas TI:

Quadro 2-Categorias de Análises das entrevistas

Categorias Centrais	Subcategorias
4.1 Processo de Recepção e Acolhimento dos Alunos Estrangeiros nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu	---
4.2 Avaliação Inicial, Definição da Seriação e Matrícula dos Alunos Estrangeiros	4.2.1 Os Documentos Norteadores e Corte Etário
	4.2.2 Da Avaliação Inicial à Classificação e Seriação
	4.2.3 A Matrícula

	4.2.4 Reclassificação e Falhas no Encaminhamento
4.3 Da adaptação Escolar ao Acompanhamento e Apoio Pedagógico dos Alunos Estrangeiros	4.3.1 Aproveitamento Escolar dos Alunos Estrangeiros: Aprovação, Reprovação e Abandono / Sucesso e/ou Fracasso Escolar
4.4 Da Formação de Professores à Inclusão Escolar: Por uma Política de Atendimento ao Aluno Estrangeiro	4.4.1 Processo de Inclusão Escolar
	4.4.2 Parceria com a Universidade
4.5 Questões de Território, Fronteira, Migração e os Reflexos na Escola	---

FONTE: Elaborado pela autora a partir das entrevistas (2019).

Ao categorizarmos as entrevistas foi possível perceber que muitos dos relatos dos entrevistados convergiam e se complementavam, visto que trata do cotidiano escolar, realidade vivenciada e compartilhada, ainda que de forma diferente, por todos. Porém, em algumas categorias, é possível perceber um certo grau de discordância entre os relatos, em especial, naqueles que dizem respeito a percepção do entrevistado em relação à cultura, aos direitos ou mesmo ao atendimento ofertado aos alunos estrangeiros. No capítulo 3, serão apresentadas as *Networks* ou redes de conexão, resultados produzidos por meio das análises das entrevistas e dos documentos de orientação, quanto à matrícula e ao atendimento dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

Cabe destacar que mesmo não sendo o objetivo principal desta dissertação discorrer sobre a cultura, por se tratar de um tema que perpassa pelas questões culturais, ao longo das entrevistas se torna evidente o quanto os padrões culturais e a percepção dos profissionais que atuam nas escolas e na secretaria municipal de educação em relação ao aluno estrangeiro acaba interferindo nos processos de recepção e acolhimento, bem como na avaliação inicial, definição de série, classificação, aprovação e reprovação, entre outras situações que serão apresentadas ao longo do capítulo.

Dito isso, a presente dissertação está dividida em 3 capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo apresenta-se o referencial teórico, onde são abordados os conceitos de território, territorialidades e fronteiras, além de uma breve reflexão sobre identidade e língua/idioma. O segundo capítulo, traz como tema central “A avaliação e o atendimento inicial de estudantes estrangeiros do 1º ao

5º ano do ensino fundamental no Brasil.” No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos ao longo da pesquisa e as análises dos resultados. Por fim, apresentam-se considerações finais, demonstrando as impressões e principais conclusões que podem ser extraídas do trabalho.

1. TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre os conceitos de território e territorialidades. Esta reflexão é importante porque nos auxilia a compreender a dinâmica dos fatores envolvidos nos espaços transfronteiriços, refletir sobre a importância do território e suas territorialidades, analisando também as questões que envolvem identidade espacial e interação social.

Dito isso, o capítulo está dividido nas seguintes seções. Na primeira, intitulado “Território”, os conceitos de território são abordados a partir de autores que problematizam as dinâmicas territoriais e ampliaram as análises de estudos nessa temática. A segunda, intitulada “Algumas reflexões sobre o conceito de fronteira”, tem o objetivo de discutir sobre os diferentes conceitos e a necessidade de se compreender sobre as dinâmicas de fronteira. Finalmente a última, procura compreender as dinâmicas que envolvem a “Migração e a Fronteira”, articulando com as definições e reflexões envolvendo a identidade e a língua como um dos elementos principais da identidade cultural de um povo, mas que também pode trazer dificuldades quando o assunto é a inserção e os processos de acolhimento e avaliação inicial de alunos estrangeiros nas escolas brasileiras.

Refletir sobre as dinâmicas do cotidiano fronteiriço pode ser uma estratégia muito importante para compreender os processos socioculturais e, no caso dessa pesquisa, a dinâmica que envolvem o acolhimento e a avaliação de alunos estrangeiros em Foz do Iguaçu, município cosmopolita que tem como vizinhos o Paraguai e a Argentina. Ao longo deste capítulo será possível aspectos relacionados as dinâmicas que envolvem o território e suas territorialidades dentre os quais encontram-se as diferenças nos modos de viver, as dificuldades enfrentadas ao migrar do país de origem para outro território, onde além do choque cultural, muitas vezes os migrantes lidam com a pobreza.

Aqui, a ideia é analisar também os espaços transfronteiriços tendo em vista a divisão geográfica, as relações de poder e as territorialidades, a fim de entender os motivos pelos quais muitas famílias de imigrantes, especialmente aquelas que vêm do Paraguai e da Argentina, países vizinhos à Foz do Iguaçu acabam se instalando em municípios de fronteira, se deslocando de um bairro para outro, e muitas vezes, acabam voltando para seu país de origem, “flutuando” entre um território e outro. Nos próximos capítulos, essa análise será de fundamental

importância, pois haverá possibilidade de relacionar com as dificuldades enfrentadas pelos alunos estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu.

1.1. TERRITÓRIO

Há diferentes conceitos de território, a depender da temática e do ponto de vista do autor. Todavia, a maioria das conceituações envolvem o debate sobre espaço e poder. Neste texto, a apresentação sobre o conceito tem a intenção de levar a uma compreensão mais aprofundada sobre os territórios transfronteiriços, oportunizando uma reflexão envolvendo também as territorialidades vivenciadas em Foz do Iguaçu, no Paraná, visto que a pesquisa em questão tem este município como cenário. Para Souza (2009) trata-se:

(...) Fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2009, p. 59-60).

Para Haesbaert (2004, s.p) território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Para Santos (1978, p. 36), “a utilização do território pelo povo cria o espaço.” E apesar de existir limites territoriais muitas vezes imutáveis, é historicamente mutável, mas o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e também mais complexo, visto que trata-se de um sistema totalmente conectado com os diversos outros sistemas de objetos e ações, com a história e seus acontecimentos, com os problemas e questões sociais, e tantas outras situações que o envolve enquanto sendo uma área delimitada. É importante lembrar que nesses espaços vivem e convivem entre si diversos seres, inclusive os humanos, e por isso é preciso considerar as relações sociais envolvidas no espaço

geográfico, no território, pois é a partir disso que se firmam as diversas territorialidades (SANTOS, 1978). Raffestin (1993, p. 144), assinala que “evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.”

O território pode ser considerado, portanto, como delimitado, construído, desconstruído e também reconstruído por meio das relações de poder que envolvem uma variedade muito grande de atores. Outra importante consideração de Santos, (1996) sobre o território, é de que:

(...) A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia. (SANTOS, 1996, p. 38).

Haesbaert (2002, p. 121), confirma essa mesma ideia quando diz que o território é tido como “o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Essa conexão entre as falas de Santos e Haesbaert nos possibilita perceber que o território está intimamente ligado a questões que envolvem as classes sociais e o poder, seja por meios culturais, religiosos, econômicos, entre outros tipos de poder presentes nas sociedades. Entende-se a partir desse conceito, que o território está diretamente envolvido e é dependente das relações de poder, não se restringindo apenas ao espaço geográfico.

É importante problematizar também que os territórios são espaços de domínio de alguns grupos, e que em toda a história da humanidade, sempre foi uma necessidade definir os espaços e saber quem são os outros que ocupam os espaços próximos (a vizinhança). Sobre isso, Raffestin (1993, p. 150) afirma que “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.” O referido autor complementa sobre essas interações e destaca o sistema de tessituras, nós e redes que se conectam

uns com os outros, formando um sistema interdependente, especialmente, quanto às relações de poder:

A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. (...). Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios¹². Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Nas relações de poder que envolvem disputas e domínios de território, bem como, as situações de dominação que ocorrem com imigrantes ao chegar num dado espaço territorial, fica explícito que há uma interligação entre elas. Apesar das tessituras não se romperem facilmente, nos jogos de poder percebemos que nem sempre há concordância e união, o que vemos geralmente são imposições de barreiras, sejam elas culturais, físicas ou políticas. Sobre as questões que envolvem o território e as relações de poder, cabe destacar que os sujeitos que habitam e constantemente modificam o território em suas diversas situações provocam o que chamamos de territorialidade. Conforme Haesbaert (2004, s.p):

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2004, s.p)

Segundo Sack (1986) *apud* Dantas e Morais (2008, p. 9):

A definição de territorialidade envolve três relações interdependentes: uma classificação por área; uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira; e uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora, através da repressão àquelas que estão no seu interior. (SACK *apud* DANTAS e MORAIS, 2008, p.9).

(...) A visão de territorialidade é eminentemente humana, social, portanto, totalmente distinta daquela relacionada ao comportamento animal. Embora seja reconhecível que as formas mais tradicionais de territorialidade humana estão vinculadas a territórios juridicamente reconhecidos, sua manifestação ocorre também em diferentes contextos sociais. (DANTAS e MORAIS, 2008, p. 9).

Considerando o município de Foz do Iguaçu e suas fronteiras com a Argentina e o Paraguai e, por outro lado, analisando suas peculiaridades e as formas de morar, viver e conviver dessa população transfronteiriça, percebemos que há várias territorialidades dentro de um mesmo território que é este município do estado do Paraná e que está inserido no Estado brasileiro.

Essas territorialidades dependem de uma série de fatores, perceptíveis de região para região, de bairro para bairro, com variações pela classe social, organização política, posição geográfica ou ainda, questões culturais como por exemplo, a religião. Em relação a essas territorialidades, Raffestin (1993) destaca que:

(...) A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Assim, a construção de territorialidades está intimamente ligada à apropriação social, cultural e política do espaço. É um processo dinâmico que envolvem disputas, conflitos, saberes, tradições. Podemos conectar a discussão sobre do território com o debate sobre fronteiras e suas especificidades. Pensando nisso, na sequência serão debatidos os diferentes conceitos de fronteira, importante para entendermos os aspectos relacionados ao ingresso de estudantes estrangeiros nas escolas de Foz do Iguaçu, município de fronteira.

1.2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE FRONTEIRA

A palavra fronteira pode apresentar uma variedade de sentidos a depender do contexto e da interpretação de quem a define. Desta forma, para que se possa compreender e refletir um pouco mais sobre o conceito de fronteira, abriremos discussão ao longo do texto, porém o termo aqui é empregado especialmente no sentido de limite territorial que influencia nos fatores culturais em espaços fronteiriços.

Para Raffestin (1993), a fronteira é uma interface biossocial que pode sofrer alterações ao longo do tempo, dada as relações humanas entre si e com a natureza. O autor destaca também que a fronteira é uma construção política.

O limite, a fronteira *a fortiori*, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada. De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem no entanto nunca desaparecerem (...). O limite é portanto uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Ainda aí é particularmente estranho que só a fronteira tenha uma conotação política enquanto, de fato, todo limite possui uma, nem que seja só pelo fato de ele ser sempre a expressão de uma manifestação coletiva, direta ou indireta. Na verdade, a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estados-nações tomaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo. Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia. (RAFFESTIN, 1993, p. 164-166).

Já para Bourdieu (1998, p. 115), as fronteiras são produtos de atos jurídicos artificiais, de disputas por poder, carregados de poder simbólico. O autor destaca ainda que há uma relação de troca e reciprocidade nas questões culturais e políticas na definição de fronteiras territoriais pelos Estados nacionais. Em sua perspectiva as fronteiras geográficas são preenchidas com significados políticos e culturais e funcionam, como “campos de luta pela delimitação legítima”. Na mesma linha de Bourdieu, Alejandro Grimson (2000), também diz que:

Las fronteras son espacios de condensación de procesos socioculturales. Esas interfaces tangibles de los estados nacionales unen y separan de modos diversos, tanto en términos materiales como simbólicos. Hay fronteras que sólo figuran en mapas y otras que tienen muros de acero, fronteras donde la nacionalidad es una noción difusa y otras donde constituye la categoría central de identificación e interacción. Esa diversidad, a la vez, se encuentra sujeta a procesos y tendencias. Paradójicamente, cuando se anuncia el “fin de las fronteras”, en muchas regiones hay límites que devienen más poderosos (...). Las zonas fronterizas constituyen espacios liminales donde se producen a la vez identidades transnacionales,

así como conflictos y estigmatizaciones entre grupos nacionales. Como zonas de expansión y de límite, se reconfiguran para cumplir nuevas funciones en el nuevo orden global y regional. En diversas regiones se manifiestan dos procesos aparentemente contradictorios: la construcción de distinciones identitarias, y la construcción de elementos o rasgos compartidos por sus habitantes más allá del límite político existente. (GRIMSON, 2000, p. 5-6).

Assim, ao mesmo tempo que separa a fronteira também une, já que é permeada por trocas culturais, intercâmbio de línguas, de pensamentos, de crenças, de sistemas educativos, processos que contribuem a formação de uma identidade única, a identidade fronteiriça, que precisa ser estudada e compreendida de tal forma, que não se compare um espaço fronteiriço a qualquer outro lugar. Corroborando com essa ideia, Martins (1997, p. 23) destaca que a fronteira é essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

A discussão sobre fronteiras pode nos levar a pensar sobre a formação dos Estados Nacionais, sobre a noção de soberania nacional e também sobre o sentido da própria fronteira. A fronteira não se trata apenas de um marco de delimitação entre dois ou mais países, e sim como elemento integrador ou delimitador cultural, linguístico, político e territorial. Para Raffestin (2005, p. 10), “uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas”.

Apesar de todos esses aspectos, é preciso estabelecer uma diferença conceitual entre outros conceitos que se relacionam e que delimitam a ideia jurídica de fronteira, como linha, faixa e região de fronteira. A este respeito, Neto e Penha (2017, p. 207) explicam que:

Existe uma distinção conceitual entre linha, faixa e região de fronteira. As duas primeiras dizem respeito à caracterização jurídica da fronteira. Linha de fronteira é a demarcação do limite entre dois países; e faixa de fronteira, a demarcação interna de até onde se considera próximo da linha de fronteira (no Brasil, são 150 km de distância da linha para dentro), respectivamente. A região de fronteira, por seu turno, refere-se às realidades social, econômica, cultural e administrativa da faixa de fronteira. (NETO e PENHA, 2017, p. 207).

Assim, compreendido o conceito de fronteira no contexto desta pesquisa, considera-se que o espaço fronteiriço não pode ser visto apenas como um limite, pois é antes disso um espaço de integração das mais diversas formas. Muitos problemas sociais que ocorrem em municípios de fronteira são particulares dessas regiões, devido aos choques culturais, políticos, jurídicos, entre outros que são raros em outros espaços. Entende-se desta forma, que as regiões de fronteiras, nem

começam e nem terminam com os limites territoriais entre os países. Mesmo que os indivíduos que vivem nos espaços fronteiriços pertençam legalmente a um país, devido ao fato de se viver tão próximo de outro, podem ser considerados também como habitantes da fronteira.

Muitos são os conceitos e interpretações dos estudiosos sobre fronteira e território, o que possibilita reflexões aprofundadas sobre o assunto. Porém, outro debate, desta vez mais específico, se torna necessário para compreender as questões transfronteiriças que envolvem a pesquisa em questão. Trata-se do debate institucional sobre as fronteiras no Brasil, que se apresenta primeiro de forma geral, aprofundando-se nas questões transfronteiriças que abarcam o município de Foz do Iguaçu, no Paraná.

1.2.1 O Debate Institucional sobre Fronteiras no Brasil

Segundo Machado apud Souza (2009, p. 20), a região de fronteira brasileira foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira em 1974, delimitada a 150 km a partir do limite internacional. A criação desse território foi feita sob a ótica da segurança nacional, sendo até hoje um tema carente de políticas públicas consistentes que promovam o desenvolvimento das regiões de fronteira existentes no território brasileiro.

É importante lembrar que, os espaços de fronteira possuem suas próprias formas de organização territorial, devido às especificidades sociais, políticas e culturais diferentes dos demais espaços. Sobre isso, Souza (2009) afirma que:

Ora, se as fronteiras e os limites podem ser “invisíveis” (conquanto possamos tomar como referência marcos materiais instalados ad hoc, assim como rios e outras feições visíveis na paisagem), uma fronteira bem pode ser uma linha reta arbitrariamente traçada sobre um mapa em gabinete e imposta na prática, depois, a milhões de homens e mulheres; se as fronteiras podem ser deslocadas sem que para isso seja preciso, necessariamente, alterar o substrato material, ou sem que uma tal alteração seja um requisito prévio; se territórios podem ser criados e se desfazer ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem tão, intelectualmente, é preciso admitir que o território e o substrato material que lhe serve de suporte e referência, e inclusive de fator de condicionamento, por mais que não possam ser separados concretamente de modo simples (como se pudesse existir território sem um substrato), não são, só por isso, sinônimos. (SOUZA, 2009, p. 65).

Conforme já mencionado no tópico anterior, os espaços de fronteira, apresentam características específicas, que são construídas ao longo da história pelos povos que vivem e transitam nesses territórios. No Brasil, esses espaços são tão diversificados que cada fronteira necessita de estudos específicos e análises aprofundadas sobre diversas questões. A partir desses estudos, seria possível pensar em políticas públicas eficientes e eficazes que busquem diminuir e resolver os problemas sociais fronteiriços e melhorar a condição de vida dos atores que habitam na fronteira.

A Constituição Federal brasileira em seu Título III, capítulo II, §2 (p. 22), classifica como faixa de fronteira a área compreendida dentro de cento e cinquenta quilômetros perpendiculares à linha limite do território brasileiro. Em discussões mais recentes, o país adotou o conceito linha de fronteira, que serve para delimitação do território municipal que compõe a divisa nacional. De acordo com o Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil⁵, escrito por Verônica Teresi (2012) e organizado pelo Ministério da Justiça:

O Brasil conta com 16.889 km de área de fronteira (2.533.350 km²), que atravessa onze estados da federação, a saber: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, chegando a atingir 588 municípios, e afetando aproximadamente 10 milhões de cidadãos em áreas de fronteira com dez países diferentes. (TERESI, 2012, p. 36).

Desta forma, estudar sobre as fronteiras e entender os problemas que abarcam essas regiões, é fundamental para pensar o desenvolvimento de um país. Esses estudos são de grande importância e merecem destaque nas discussões sobre a política nacional e internacional envolvendo o Brasil e América Latina.

Para tratar desses assuntos, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR⁶, que auxilia politicamente no desenvolvimento das regiões fronteiriças, propondo políticas públicas que visam minimizar as desigualdades e os índices de pobreza nessas regiões, como a reestruturação do

⁵ Documento completo disponível em: https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/documentos-orientadores-para-rede-de-nucleos-e-postos/cartilha_guiareferencia.pdf. Acesso: jun, 2019.

⁶ Documento disponível através do link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso: jul, 2019.

Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. A proposta é de que com a implementação desses programas, as regiões de fronteira passem a ter condições para promover o desenvolvimento sustentável através de ações do governo federal, em parceria com estados e municípios, pensando em questões que envolvam tanto a curto prazo, mas que também se mantenham com o tempo, movendo a economia, a saúde, a educação, e a estrutura física das cidades gêmeas, gerando desenvolvimento econômico e social.

De acordo com informações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira disponíveis no portal do IPEA⁷, a discussão sobre regiões de fronteira ganhou destaque a partir de 2004, quando o Ministério da Integração Nacional (MI) discutiu propostas que continham uma visão ampliada da fronteira. Uma das preocupações da proposta foi de criar diretrizes que visassem o Fortalecimento da Cidadania na região de fronteira.

Entre as propostas para fortalecer o desenvolvimento das regiões de fronteira no Brasil estava o Programa Escolas Interculturais de Fronteira - PEIF (2005), criado para desenvolver uma política educacional voltada às regiões de fronteira, mas também como uma política linguística que buscava promover a integração entre as comunidades fronteiriças, contribuindo para valorização das potencialidades das mesmas e para o fortalecimento da cidadania, bem como para desmistificar preconceitos em relação ao tipo de vida na fronteira, em geral destacada por seu lugar periférico, de marginalidade e violência. O PEIF teria como objetivo alcançar uma cultura da paz e, neste sentido, a escola é um espaço fundamental para a construção da fronteira socialmente reconhecida. Nos próximos tópicos, o programa será melhor detalhado.

⁷ Informações disponíveis em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_fronteras_do_brasil-alexandre-bastos-15-06-2016.pdf.

1.3.A TRÍPLICE FRONTEIRA: BRASIL (FOZ DO IGUAÇU), PARAGUAI (CIUDAD DEL ESTE) E ARGENTINA (PUERTO IGUAZÚ)

Bourdieu (1989, p. 249) ressalta que as fronteiras não são, necessariamente, fixas e sim móveis. O referido autor aponta ainda que fronteiras são produto de um ato jurídico, por isso nunca coincidem com outros critérios que devem ser considerados, como a língua, os costumes, as tradições culturais, entre outros. O Brasil possui nove tríplexes fronteiras, porém, a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é a que tem mais destaque, especialmente, por contar com pontos turístico mundialmente conhecidos, como é o caso das Cataratas do Iguaçu, da Itaipu Binacional e ainda, por oferecer facilidade de compras de produtos importados a preços atrativos na Argentina e no Paraguai.

Os municípios desta tríplex fronteira apresentam papéis diferentes em seus países, exemplo disso são as bases econômicas de cada um deles. Sobre a questão econômica de cada um dos três municípios da fronteira, Cardin (2009) em seu artigo intitulado “A Expansão do Capital e Desenvolvimento Regional: Foz do Iguaçu entre o Legal e o Illegal” explica que:

Enquanto Puerto Iguazu tem um papel muito pequeno na economia Argentina, tanto no que se refere a sua produção de capital quanto a sua circulação, Foz do Iguaçu e, principalmente, Ciudad del Este, possuem uma maior expressão econômica. Contudo, a importância destes municípios limítrofes muda de status quando são levados em consideração assuntos relativos à segurança pública e à comunidade internacional, embora tais questões sejam de maior complexidade e, ao mesmo tempo, de maior invisibilidade (CARDIN, 2009, p. 04).

Muitas são as questões que envolvem o encontro dos rios Iguaçu e Paraná, e os municípios de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Problemas sociais como a facilitação ao tráfico de drogas, o desemprego, a precariedade dos serviços públicos como saúde e educação, entre outros, tem sido motivo de preocupação dos governos, e principalmente da população desses países.

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, essa região de Tríplex Fronteira, abriga uma população superior a 500.000 pessoas, sendo que somente Foz do Iguaçu possuía 256.088 habitantes

⁸ Informações sobre a população e o município de Foz do Iguaçu podem ser acessadas pelo link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso: jun, 2019.

em 2010 e, atualmente, apresenta um número maior. Desta forma, Foz do Iguaçu precisa ser entendida para além de uma cidade turística, devido às Cataratas do Iguaçu e Itaipu Binacional. A cidade deve ser vista também, como um espaço de intensas disputas políticas, um laboratório social das mais variadas culturas, com destaque para as culturas paraguaia e argentina.

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. A cidade possui, aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. Os traços dessa variedade cultural se refletem nos hábitos característicos da região, como nas religiões, nos vestuários, na alimentação e nas línguas, todos encontrados nesta fronteira e que dificilmente estão presente tão facilmente em outras regiões do mundo.

Puerto Iguazu é uma cidade da província de Misiones, Argentina. Localizada a 8 km das Cataratas do Iguaçu. Separada de suas cidades vizinhas pelo Rio Paraná (de Cidade do Leste) e pelo Rio Iguaçu (de Foz do Iguaçu), Porto Iguaçu conecta-se com a última por meio da Ponte Internacional Tancredo Neves, que une as rodovias RN 12 e a BR-469. A população de Puerto Iguazu é de 80.020 habitantes (INDEC, 2010), sendo esta a menor das cidades que compõem a tríplice fronteira. O turismo, em virtude de a cidade abrigar boa parte das Cataratas do Iguaçu, é a principal atividade econômica da cidade, já que o comércio e a hotelaria também são as principais fontes de renda.

Ciudad del Este é uma cidade e distrito do Paraguai, situada no extremo leste do país às margens do rio Paraná. É a capital do departamento de Alto Paraná e está localizada a 327 km da capital do país, Asunción. Também está conectada ao Brasil através da Ponte Internacional da Amizade, no rio Paraná. É a maior cidade da Tríplice Fronteira, que faz fronteira com Foz do Iguaçu, Brasil e com Puerto Iguazu, Argentina. É a segunda cidade mais importante do Paraguai, segundo o censo DGEEC, 2012, sendo habitada por 300.255 habitantes. É caracterizada por ser uma cidade comercial e ultimamente industrial, sendo principalmente conhecida por ser uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. É a principal cidade do turismo de compras da região.

Em muitos espaços e comunidades de fronteiras, a exemplo de Brasil (Foz do Iguaçu), Paraguai (Ciudad del Este) e Argentina (Puerto Iguazu), é

comum percebermos que a organização das barreiras que delimitam o território internacional é muito diferente de um país para outro. No município de Foz do Iguaçu, percebemos que há uma grande diferença nas questões que envolvem regulação e controle na entrada e saída de pessoas e produtos, pois pelo Paraguai o acesso é facilitado, apesar da existência do controle aduaneiro. Já pela Argentina, o controle aduaneiro é bastante rigoroso.

Essas diferenciações de controle e regulação em ambos os países vizinhos não costumam atrapalhar as relações e redes de solidariedade, trocas comerciais, culturais, entre outras tantas trocas que percebemos em Foz do Iguaçu e que são marcas desse espaço transfronteiriço. Essas situações contribuem para a formação de uma identidade local em espaços de fronteira.

Sabemos que apesar de todas essas discussões e propostas pautadas pelo governo, as regiões fronteiriças, atualmente, sofrem das mesmas dificuldades, especialmente, no que se relaciona a economia, saúde e educação. Muitos outros problemas sociais vão surgindo ao longo do tempo, como é o caso da constante necessidade de reformulação das políticas de segurança pública em regiões fronteiriças, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas e armas.

Segundo estudos apresentados em 2016, pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras – IDESF, com sede em Foz do Iguaçu:

No estado do Paraná, há fronteiras com o Paraguai e a Argentina. O Oeste do estado é uma das maiores portas de entrada de contrabando no Brasil e é também onde existe maior intensificação policial. Na fronteira com o Paraguai, há o registro de todo tipo de mercadorias, com destaque para cigarros, eletrônicos, medicamentos, cosméticos e bebidas, assim como drogas e armas. Pela fronteira com a Argentina, entram alimentos, itens de vestuário e bebidas. O Paraná é porta de entrada e distribuição para os estados do Centro-Oeste e Sul do Brasil. As principais rotas de acesso são a BR-277, a BR-163 e as rodovias estaduais, assim como rotas municipais. A violência sempre foi uma consequência grave do contrabando, mais que uma consequência, é considerada pelos contrabandistas como uma ferramenta para viabilizar seus crimes. (IDESF⁹, 2018, p. 18).

Nas regiões de fronteira brasileira a mobilidade humana é bastante expressiva. Quando se trata de tríplice fronteira, como o é o caso de Foz do Iguaçu – Paraná, Puerto Iguazu – Argentina e Ciudad Del Este – Paraguai, esse trânsito constante não é diferente. Na busca de explicar o posicionamento estratégico dessa

⁹ Trecho extraído do link: <http://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Rotas-do-Crime-As-Encruzilhadas-do-Contrabando.pdf>. Acesso: jun, 2019.

região trinacional, Balthazar (2005)¹⁰, destacou alguns pontos sobre a mobilidade urbana a partir de Foz do Iguaçu, conforme segue:

1. A região trinacional possui três aeroportos internacionais num raio de 25 km;
2. Foz do Iguaçu é Cidade internacional, onde vivem mais de 60 etnias. Em foz qualquer supermercado aceita cinco moedas: dólar, euro, guarani, peso argentino e real. Na maioria dos grandes supermercados o preço da compra já sai nas diversas moedas;
3. A fronteira com o Paraguai configura o terceiro maior polo comercial do planeta;
4. Foz do Iguaçu tem potencial para um Polo intermodal de transportes: aéreo, rodoviário, ferroviário e hidroviário. Boa parte destes modais já estão em operação, faltando apenas ajustes e alguns investimentos;
5. Foz está no caminho da futura ferrovia bioceânica Paranaguá – Antofagasta, no Chile. Esta ligação representará uma quebra de paradigmas na ligação continental. Uma vez conectada com os outros modais de transporte, nossa região irá possibilitar a integração econômica e turística de milhões de latinoamericanos, onde os benefícios consequentes são imensuráveis;
6. A região é passagem da hidrovia Paraná-tietê, que conecta Buenos Aires e Montevideo aos estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, além de dezenas de outros municípios do Paraguai e da Argentina. O Rio Paraná possui em torno de 4.900 km de extensão, torna possível um passeio hidroviário para conhecer Buenos Aires e Montevideo, saindo de um Porto no Espaço das Américas;
7. Foz tem também potencial para tornar-se possível Hub Aéreo da América do sul. Existem projetos em desenvolvimento na cidade para Foz seja também o elo de ligação aérea latino-americana;
8. Polo turístico de importância internacional. Com as Cataratas do Iguaçu elevadas a uma das sete maravilhas do mundo, Foz pode dobrar ou triplicar o número de visitantes, há que se preparar para isso;
9. Polo Universitário. Com a chegada da UNILA e do IFPR, o ensino superior federal soma-se à Uniãoeste, que é estadual, para totalizar a curto prazo quase 15 mil vagas de estudo gratuito. Ainda existem em Foz, outras quatro instituições de ensino privadas e uma comunitária, a Nova Uniamérica.(BALTHAZAR 2005).

A exemplo disso, é interessante citar a questão do acesso a esses países, pois para entrar em Puerto Iguazu o processo de cadastramento e controle de visitantes e migrantes na Aduana Argentina é bastante rigoroso, mesmo para os moradores de Foz do Iguaçu. Já em Ciudad del Este, apesar da existência do posto aduaneiro, não há um controle rigoroso, as pessoas são paradas aleatoriamente para controle de fiscalização apenas das compras realizadas no Paraguai e não no sentido de controle de entrada e saída do país vizinho. Esse processo acaba facilitando a ocorrência de uma série de problemas como o tráfico de drogas e até mesmo de pessoas, entre outros.

10 Trecho extraído do link: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/os-desafios-do-planejamento-e-mobilidade-urbana-trinacional/>. Acesso em dez, 2018.

Um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento expressivo da referida região foi a criação do Bloco Econômico do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, a partir de 1991, que fez parte de um novo modelo de integração para América Latina. Antes disso, haviam muitas situações envolvendo proteções comerciais que dificultavam a compra e a venda de produtos na região. O MERCOSUL também possibilitou a melhoria nas relações governamentais, econômicas e sociais entre os países do bloco. Estas negociações também favoreceram a integração de maneira muito mais ampla entre os países-membro, todavia, os acordos firmados pelo Tratado de Assunção ainda estão longe de se consolidar de forma integral, uma vez que há muitos pontos que necessitam de alinhamento para minimizar as dificuldades econômicas e sociais entre os países-membros, sobre o tema Reichel e Cappelari (2007) destacam que:

A criação do Mercosul, no início da década de 1990, foi a maior iniciativa de integração regional entre países da América do Sul. A formalização ocorreu com o Tratado de Assunção, em março de 1991, o qual instituiu uma união alfandegária. É importante salientar que a criação de tal bloco se deu em clima de opinião positiva, ao tempo em que aconteciam dois fenômenos internacionais: a globalização e a regionalização. (REICHEL E CAPPELARI, 2007, p. 379).

Em tratados e acordos como este que possibilitou a criação do MERCOSUL são discutidos temas envolvendo políticas públicas como a educação escolar dos países-membros do bloco, em especial nos municípios de fronteira. Assim, cabe analisarmos sob um olhar cuidadoso e atento as questões que fazem dessa região de fronteira trinacional um espaço múltiplo e único ao mesmo tempo, onde muito mais do que mercadorias e problemas sociais, circulam, vivem e convivem pessoas, com suas diferenças e semelhanças. São esses os atores que fazem parte e que enriquecem esse território.

1.4. MIGRAÇÃO E FRONTEIRA

Os processos e fluxos migratórios são íntima e diretamente ligados às regiões de fronteira. A migração pode ocorrer por diversos fatores, como perseguições políticas, étnicas ou culturais, desastres ambientais, guerras, busca de melhores condições econômicas e de vida, entre outros. Segundo informações do relatório de desenvolvimento humano de 2009, pelo Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), aproximadamente 195 milhões de pessoas moram fora de seus países de origem, o equivalente a 3% da população mundial.

Sobre as migrações, Simmel *apud* Sprandel (2013, p. 24), diferencia o viajante, aquele que passa, do estrangeiro que permanece.

O estrangeiro, o estranho ao grupo, é considerado e visto, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social. (SIMMEL *apud* SPRANDEL, 2013, p. 24).

O imigrante é aquele que veio de outro lugar, e fixou-se em um novo território, seguindo sempre como um objeto de constante desconfiança. Já o emigrante é aquele que sai de um país para viver em outro. Ambos os termos se referem ao mesmo indivíduo, mas sob perspectivas diferentes. No país que entra, o indivíduo é imigrante. Já para o país do qual ele saiu, esse indivíduo passa a ser um emigrante. Para Gallino (2005, p. 405), migração é o “movimento de população, voluntário ou forçado, de uma área geográfica de assentamento estável para outras áreas, situada dentro do mesmo país ou em outro país, visando ao assentamento de longo prazo ou definitivo”.

Já para Bourdieu *apud* Barbosa (2010, p.18) afirma que: “pode-se dizer que o imigrante é o grande tema da sociabilidade contemporânea, operando, no limite, como metáfora do deslocamento do sujeito universal.” Seguindo a linha de Bourdieu, o imigrante pode estar num lugar onde não é nem cidadão nem estrangeiro, quando está na fronteira caminha entre o ser e o não-ser social.

Voltando para a questão das migrações e os reflexos sociais que elas trazem, é importante destacar que apesar da proximidade espacial que Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este apresentam, muitas vezes os imigrantes desses países, ao chegarem no país vizinho sofrem alguns entraves, especialmente no que se refere à linguagem.

De acordo com informações publicadas em novembro de 2015, no Relatório MT Brasil Migrações Transfronteiriças¹¹, do Ministério da Justiça, entre as principais dificuldades vivenciadas pelos imigrantes estão a burocracia na legalização de documentos pessoais, diplomas, regulamentação de trânsito,

¹¹ Relatório completo disponível em: https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/mtbrasil_act-1-3-1-4_relatorio_final.pdf. Acesso: jun, 2019.

cadastro no sistema único de saúde (no caso do Brasil), matrículas na escola e universidade, atendimento ao público de forma geral.

Muitos cidadãos, inclusive do governo, veem o imigrante como um “problema” ou um “peso” para o país que o recebe. Assim, na maioria das vezes, esses ditos “estrangeiros”, na falta de suporte legal ou de políticas públicas que o amparem, acabam sofrendo pela negligência de atendimento e dificuldade de acesso a serviços, dificultando a mobilidade humana, um direito fundamental do ser humano. Sobre isso, a Declaração Universal dos Direitos do Homem - DUDH, de 10 de dezembro 1948, afirma que:

O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. (p.2).

(...) que os estados-membros se comprometem a promover em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades. (p. 3).

Art. 13. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. (p.8)

Art. 15. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. (p.9). (DUDH, ONU¹², 1948, p. 2-9).

Na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, principalmente nos municípios paraguaios próximos a Foz do Iguaçu, há muita demanda por mão-de-obra barata e sem qualificação para trabalhar na indústria, que intensificou sua produção, ainda mais a partir da criação do Regime de Maquila¹³ em 2013. Cabe

¹² Trecho extraído e documento completo no link: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso: jun, 2019.

¹³ O Regime de Maquila foi criado na tentativa de incentivar a industrialização do Paraguai (Ley 1064/97, “De La Industria Maquiladora De Exportación”), com o objetivo de promover o estabelecimento e regular as operações de empresas que se dediquem, total ou parcialmente, a realizar processos produtivos, combinando bens ou serviços de procedência estrangeira, com mão de obra e outros recursos nacionais, destinando sua produção aos mercados de exportação. Essa lei estabelece isenção de impostos para que as empresas que operem sob o regime de maquila importem máquinas e matérias-primas, desde que o produto final seja destinado à exportação. As exportações dessas empresas são taxadas com um único tributo de 1% sobre o valor agregado em território paraguaio quando a mercadoria sai do país. Esses benefícios levaram muitas empresas do Brasil e do mundo a se instalarem no Paraguai. Boletim completo sobre o Regime de Maquila, sobre a Instalação de indústrias brasileiras no Paraguai pode ser acessado pelos links: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletinslegislativos/bol67ehttps://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?mime=applicatio n/pdf&disposition=inline&dm=7631128>.

destacar que, devido à falta de documentação e leis que protejam esses imigrantes, muitos deles acabam aceitando as péssimas condições de trabalho ofertadas.

Muitos são os motivos que levam os indivíduos a migrar de um país vizinho a outro, através de suas cidades mais próximas, na busca de melhores condições de vida. Segundo o diretor da Organização Internacional de Migração (OIM) para América do Sul, o uruguaio Juan Artola, em entrevista à BBC Brasil de 20/03/2012, os principais motivos para esses fluxos migratórios são:

- a) A saúde - Na busca de atendimento mais humanizado, melhores equipamentos hospitalares, especialidades médicas que não são facilmente encontradas na cidade onde residem, valores mais baixos, etc;
- b) A segurança pública - em alguns casos, devido à violência vivenciada na cidade de origem, muitos indivíduos acabam buscando no país vizinho a segurança e o conforto para sua família;
- c) A educação – Partindo do pressuposto que a educação que seu país de origem oferece é de qualidade inferior à do país vizinho, muitas pessoas migram na busca de educação de qualidade, com cursos técnicos, universidade e até mesmo escolas de nível básico para seus filhos e para si;
- d) O emprego - Devido às altas taxas de desemprego da atualidade em muitos países, ao perceberem a chance de conquistar uma vaga de emprego no país vizinho, ou mesmo de abrir um comércio ou ainda de oferecer serviços, como é o caso de construtores paraguaios que migram para Foz do Iguaçu na intenção de trabalhar na construção civil;
- e) O comércio - Quando percebem que o custo de vida no país vizinho tem sido mais baixo que seu país de origem. Os alimentos, as roupas e calçados, o lazer e até mesmo os produtos farmacêuticos têm apresentado preços mais atraentes no país vizinho.(BBC BRASIL¹⁴, 2012).

Como o mercado oscila o tempo todo e nenhuma das condições anteriores são permanentes, esses indivíduos também costumam voltar a seu país de origem, com a mesma rapidez que migraram para o país vizinho. O que muitas vezes se torna uma prática constante, por isso chamamos essa situação de “População Flutuante”. Flutuante porque devido às dificuldades que estas famílias apresentam em fixar residência, manter a vaga de emprego, ter o filho frequentando a mesma escola ou na mesma cidade durante um tempo, ou seja, não conseguem se fixar num mesmo lugar por muito tempo, conforme já mencionado.

14

Trecho extraído do link:
https://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2012/03/120319_imigracao_mc_ac.shtml.
Acesso: jun, 2019.

2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E O ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO

O presente capítulo busca refletir sobre o papel da avaliação no contexto escolar, em especial a avaliação de alunos estrangeiros. Entende-se que refletir sobre os diferentes tipos de avaliação e os objetivos que a permeiam pode auxiliar no estabelecimento de critérios avaliativos mais coerentes e, a re(pensar) a educação escolar, de forma geral e, principalmente, o seu papel no que tange as necessidades enfrentadas pelos alunos estrangeiros ao iniciarem seus estudos nas escolas brasileiras.

Dessa forma, o capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, intitulada “A Importância da Avaliação”, a intenção é de levar o leitor a refletir sobre o quanto a avaliação pode interferir tanto positiva, quanto negativamente na educação escolar e quais os impactos que uma boa avaliação pode trazer para o processo de ensino e aprendizagem. A segunda, intitulada “Tipos de Avaliação”, tem como objetivo debater a sobre os principais tipos de avaliação e a importância de cada um deles, bem como aborda sobre o tipo de avaliação aplicado ao aluno estrangeiro, quando do seu ingresso nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu. A terceira, intitulada “A Legislação sobre Avaliação no Brasil”, apresenta do ponto de vista legal, quais as possibilidades que as escolas brasileiras têm, quando o assunto é avaliação da aprendizagem. A quarta, intitulada “A Avaliação e Inclusão de Alunos Estrangeiros no Brasil”, apresenta as discussões acerca da inclusão de alunos estrangeiros nas escolas brasileiras.

Finalmente a última, intitulada “Modelos de Acolhimento, Matrícula e Avaliação Diagnóstica para Fins de Seriação Aplicados a Alunos Estrangeiros no Brasil”, traz alguns exemplos de avaliação escolar aplicada a alunos estrangeiros nas escolas brasileiras, a fim de que possamos entender um pouco mais sobre essa realidade, o que auxiliará numa melhor compreensão do próximo capítulo, que traz a situação vivenciada na pesquisa de campo.

2.1. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO

A palavra avaliar possui diversas definições, a depender do contexto. Pode significar classificar, julgar, analisar, mensurar, examinar, investigar, regular, determinar, mostrar o valor positivo e/ou negativo de um objeto, fato, lugar, ser vivo, etc. De acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis¹⁵, avaliar pode significar também calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de (...); reconhecer a intensidade, a força de (...); apreciar o valor de algo ou alguém (...); fazer o cômputo de; calcular, computar, orçar (...); supor previamente; julgar segundo certas probabilidades; pressupor, presumir; considerar(-se), julgar(-se), ter(-se) em conta de (...). Percebe-se assim, que em , assim, que uma única avaliação tem por objetivo estabelecer um diagnóstico sobre o desempenho de algo ou de alguém.

Quando o assunto é a educação escolar, a avaliação da aprendizagem representa um fator de grande relevância, na tentativa de mensurar os erros e acertos que ocorrem ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Segundo Romão (1998):

A avaliação da aprendizagem é um tipo de investigação e é, também, um processo de conscientização sobre a “cultura primeira” do educando, com suas potencialidades, seus limites, seus traços e seus ritmos específicos. Ao mesmo tempo, ela propicia ao educador a revisão de seus procedimentos e até mesmo o questionamento de sua própria maneira de analisar a ciência e encarar o mundo. Ocorre, neste caso, um processo de mútua educação. (ROMÃO, 1998, p.69).

Já para Gatti (2003), a avaliação precisa ir além, ela deveria objetivar o desenvolvimento pessoal do aluno, dar significado à aprendizagem já adquirida e contribuir para o desenvolvimento futuro dos alunos.

Em seu sentido mais amplo, então, uma avaliação é um julgamento de valor. No caso de nosso interesse, a avaliação em sala de aula é um julgamento para se saber até que ponto alunos atingem objetivos valiosos em aprendizagens diversificadas em relação a um certo conteúdo considerado necessário ao seu desenvolvimento pessoal; como o fazem e quais atitudes e valores revelam que sejam pertinentes ao seu domínio vivencial. (GATTI, 2003, p. 111).

15 Trecho extraído do link:<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=avaliar>.

Como aliada no processo de ensino e aprendizagem, a avaliação está ligada de maneira forte e direta com o conhecimento, o que leva o avaliador à necessidade de seguir o processo avaliativo com coerência, seriedade e significado. Desta forma, a avaliação não pode ser entendida como uma atividade neutra ou simplesmente técnica, visto que ela segue um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, interpretado e assumido pela prática pedagógica.

Segundo Luckesi (1995), a avaliação da aprendizagem não pode ser considerada como um fim, mas deve ser vista como um meio, que permite verificar o alcance dos objetivos. Para o autor, tal compreensão, tornaria menos complexa a identificação dos alunos com dificuldade de aprendizagem, ou mesmo daqueles que necessitam apenas de ritmo, métodos e/ou técnicas diferenciadas. Só então, o professor, como facilitador do processo de ensino e aprendizagem, conseguiria definir como mensurar a aprendizagem de sua turma. Além de que, a avaliação precisa englobar o processo de ensino-aprendizagem como um todo, acompanhar o desenvolvimento do aluno diariamente.

Luckesi (1995) também destaca que a avaliação não pode ser interpretada como uma mera formalidade no processo educativo, que visa aplicar notas. Ela deve ser entendida como uma ferramenta que possibilita a verificação da qualidade do ensino e dos índices de aprendizagem do aluno. Para o autor (...) a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo. (LUCKESI, 1995, p. 33).

Avaliar a aprendizagem do aluno de forma integral e continuada, respeitando desde os seus pequenos avanços, até a compreensão de conteúdos mais complexos, torna a aprendizagem mais significativa e instigante, visto que a criança percebe suas conquistas e o professor tem a possibilidade de mensurar todo o caminho percorrido para se chegar ao nível atual de conhecimento.

Libâneo (2013) traz um entendimento de que o ato de avaliar precisa ser reconhecido e valorizado como integrante do processo de ensino e aprendizagem, para que assim faça sentido. Nas palavras do autor “a avaliação escolar é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e não uma etapa isolada. Há uma exigência de que esteja concatenada com os objetivos-conteúdos-métodos expressos no plano de ensino e desenvolvidos no decorrer das aulas. (LIBÂNEO, 2013, p. 200).

Mesmo que se tenha conhecimento sobre os processos avaliativos e o quanto as avaliações poderiam de fato contribuir para que a aprendizagem seja significativa, Luckesi (2005) aponta que outro fator importante é o objetivo que cada modelo de avaliação busca alcançar. A forma de avaliação que tem sido aplicada nas escolas implica, muitas vezes, um processo de classificação, não apresentando um diagnóstico, a fim de que se possa desenvolver estratégias para, a partir dos resultados da avaliação, melhorias no processo de ensino e aprendizagem:

A atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior. (LUCKESI, 2005, p. 35).

Nessa perspectiva, o ato de avaliar corre o risco de perder o sentido de contribuir para o desenvolvimento escolar do aluno, passando a ser um mero ato que aponta se o aluno está apto ou inapto, se ele é bom o suficiente ou ainda não alcançou o nível pretendido. Em relação a avaliação classificatória e a diagnóstica, Luckesi (2005) aponta também que:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia, do crescimento para a competência, etc. Como diagnóstica, ela será um momento dialético de "senso" do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente. A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é constitutivo: a obrigatoriedade da tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação. (LUCKESI, 2005, p. 34).

Reforçando a ideia de que a avaliação escolar poderia ser muito mais dinâmica, coerente e trazer resultados mais positivos para a definição das ações pedagógicas visando a qualidade do ensino e do processo de aprendizagem, Luckesi (2005) destaca:

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação. A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e a concepção teórico-prática da educação também não forem autoritários. (LUCKESI, 2005, p. 42).

É importante destacar que a educação escolar no Brasil é norteada por diversas regras, princípios, conceitos e leis. Muitas dessas bases estão enraizadas em tendências pedagógicas tradicionais ou mesmo em bases teóricas que não condizem com a realidade da escola pública atual e com o perfil dos estudantes. Assim, muitas vezes, a própria escola, que poderia ser um espaço de transformação social e cultural, muitas vezes apresenta práticas que não respeitam as dificuldades de aprendizagem, a diversidade cultural e a pluralidade de ideias, entre tantas outras situações que cotidianamente encontramos nas escolas e que poderiam ser trabalhadas com bases teóricas mais inclusivas.

Em busca de mudanças para melhorar o processo da avaliação da aprendizagem, é comum que escolas, professores e alunos encontrem obstáculos, mas o principal deles está na resistência que a própria comunidade escolar, especialmente, os professores apresentam ao buscar manter as tendências avaliativas tradicionais. Essa resistência tende a ser um empecilho para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, que juntamente às teorias educacionais, buscam a transformação do ambiente escolar, tornando-o mais atrativo, prazeroso, um ambiente de trocas de aprendizado e descobertas.

Em relação a resistência à mudança apresentada pelos professores, em seus estudos sobre avaliação educacional, Gatti (2003) destaca que:

O exercício da docência com propósitos claros e consensuais alimenta um processo de avaliação mais consistente e mais integrado na direção de uma perspectiva formativa, voltada para o desenvolvimento dos alunos e não para cumprir uma formalidade burocrática – passa/não passa – ou mesmo para satisfazer o exercício de autoritarismos ou auto-afirmações pessoais. (GATTI, 2003, p. 111).

Assim, torna-se necessário mesclar as teorias, experimentar diversos métodos e técnicas de ensino e avaliação, buscando sempre atender as necessidades dos estudantes, respeitando as individualidades, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse processo, é importantíssimo analisar e (re)pensar também a formação inicial e continuada dos docentes. É através dos cursos de graduação, pós-graduação e cursos de formação pedagógica, que os docentes adquirem as bases teóricas, os métodos e as técnicas que irão utilizar em sala de aula. Mesmo sabendo que a prática está muito além das teorias, o alicerce do trabalho pedagógico está muito ligado às tendências e às teorias utilizadas pelos docentes,

naquilo que o grupo todo, alguns ou cada um deles julga ser o melhor caminho para se ensinar e aprender.

(...) A formação dos professores não pode estar desarticulada de uma política de melhoria da qualidade do ensino. A meta de que os alunos possam ser sujeitos da sua própria formação implica construir um objetivo idêntico para o processo de formação dos professores, uma vez que o educador só pode dar sua tarefa por realizada quando ele coloca seu trabalho a serviço da aprendizagem de todos os alunos. (FREITAS, 2007, p. 14).

Mas, para que seja definido qual o melhor tipo ou método de avaliação, é necessário pensar nos diferentes contextos escolares, nas situações culturais, sociais e econômicas presentes nos arredores da escola, no reconhecimento das diferentes trajetórias de vida dos estudantes, etc. E isso, implica na flexibilização das formas de ensinar e avaliar.

A avaliação escolar assume ainda, um importante papel na formulação e implementação de políticas públicas para a educação. A forma na qual se avalia também pode ser considerada um ato político, visto que muitas vezes, a escola e/ou o professor tem enraizadas ideias, ideologias, tendências e teorias que podem não condizer com as necessidades e a realidade vivenciada pelos estudantes.

Frequentemente, os modelos de avaliação da aprendizagem seguem um sistema definido por aqueles que detêm o poder de ditar o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Em relação a organização e o funcionamento da educação, Mantoan (2003) enfatiza que a estrutura do currículo e as formas nas quais os conteúdos muitas vezes são ensinados nas escolas, e isso inclui a avaliação, não tem sido coerente, visto que se “mede” a inteligência dos alunos com base em avaliações específicas.

Os alunos do ensino fundamental estão organizados por séries, o currículo é estruturado por disciplinas e o seu conteúdo é selecionado pelas coordenações pedagógicas, pelos livros didáticos, enfim, por uma “inteligência” que define os saberes e a sequência em que devem ser ensinados. (MANTOAN, 2003, p. 27).

Porém, como os modelos de avaliação utilizados atualmente ainda seguem os padrões de décadas atrás, o que se percebe é que há uma resistência da própria escola, principalmente do professor, uma vez que mudanças tiram os indivíduos de sua zona de conforto, sendo mais prático reproduzir conhecimentos já

adquiridos, como, por exemplo, a utilização de um modelo único de mensuração de sucesso ou fracasso escolar. Assim, não é tão simples modificar a forma de pensar e principalmente a prática da avaliação escolar. Perrenoudt (1999) em relação a essas mudanças salienta que:

Mudar a avaliação é fácil dizer! Nem todas as mudanças são válidas. Pode-se bastante facilmente modificar as escalas de notação, a construção das tabelas, o regime das médias, o espaçamento das provas. Tudo isso não afeta de modo radical o funcionamento didático ou o sistema de ensino. As mudanças das quais se trata aqui vão mais longe. Para mudar as práticas no sentido de uma avaliação mais formativa, menos seletiva, talvez se deva mudar a escola, pois a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino. Transformá-la radicalmente é questionar um conjunto de equilíbrios frágeis. (PERRENOUDT, 1999, p.145).

De fato, toda mudança traz impactos e na educação isso não é diferente. Alterar esse conjunto de “equilíbrios frágeis” da educação pode ser uma tarefa bastante árdua, mas o importante é não desistir. Não se pode aceitar que os modos de avaliar caminhem para objetivos distantes daqueles que a escola luta para alcançar pois, desta forma, além de isolada seria uma prática inútil. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem não pode ser uma ferramenta de premiação a uma gestão de governo, ou punição ao aluno, docente ou a escola, pois sua função é ser instrumento de auxílio na transformação da educação, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Analisando por esse viés, conclui-se que a avaliação classificatória dificulta o processo de aprendizagem, uma vez que não respeita o estudante em sua integridade, na medida em que avalia apenas uma parte do processo.

A implementação de políticas avaliativas nas escolas pode garantir que não ocorram, ou ao menos, sejam minimizadas situações envolvendo injustiça social, discriminação racial, por gênero ou qualquer outro tipo de classificação e diversas outras situações. Por isso, a avaliação é uma etapa fundamental no processo de ensino e aprendizagem, visto que além de mostrar através dos resultados a eficiência e eficácia dos métodos utilizados pelo professor ao longo das aulas, poderá definir o futuro escolar de cada aluno da turma.

2.2. TIPOS DE AVALIAÇÃO

Refletimos na seção anterior sobre a importância que a avaliação da aprendizagem possui para o desenvolvimento do estudante e para que professor e

equipe pedagógica possam analisar quais os métodos e técnicas são mais eficientes e eficazes no processo de ensino e aprendizagem. Agora, apresentaremos, ainda que de maneira breve, os principais tipos de avaliação existentes, e dessa forma, buscar compreender cada um deles. É imprescindível compreender os tipos e as diferentes concepções de avaliação, visto que, conforme já mencionado no tópico anterior, avaliar é também emitir valor sobre algo, julgar, mensurar. Assim, a avaliação da aprendizagem atribui valores em escalas quantitativas e qualitativas, alia teoria e prática.

Em primeiro lugar, há que partir para a perspectiva de uma avaliação diagnóstica. Com isso, queremos dizer que a primeira coisa a ser feita, para que a avaliação sirva à democratização do ensino, é modificar a sua utilização o de classificatória para diagnóstica. (LUCKESI, 2005, p. 81).

São três os principais tipos de avaliação da aprendizagem: a formativa, a diagnóstica e a somativa. Segundo Zeferino e Passeri (2007), a diagnóstica tem como função “constatar se os alunos possuem os conhecimentos básicos e imprescindíveis às novas aprendizagens”. (p. 39). Já a formativa, “é aquela realizada no decorrer do curso com o objetivo de verificar se os alunos estão dominando gradativamente cada etapa proposta.” (p. 39). E a somativa, “a avaliação somativa é aquela realizada ao final do curso e que consiste em identificar se o estudante adquiriu as competências necessárias para desenvolver novas etapas do processo de aprendizagem.” (p. 42).

Além dos tipos de avaliação, é importante verificar a aplicação prática da avaliação. Ao mensurar o aproveitamento escolar, o professor se utiliza de três procedimentos, tendo como base a avaliação. Para Luckesi (1999, p. 87) os procedimentos são: “medida do aproveitamento escolar; transformação da medida em nota ou conceito e utilização dos resultados identificados.

Sobre a relação existente entre a avaliação, a teoria e a prática dos conteúdos escolares e a abordagem ser quantitativa ou qualitativa, para Libâneo (2013, p. 199), “o entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos”. O referido autor destaca também que:

A avaliação escolar cumpre pelo menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A função pedagógico-didática se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar (...). O outro equívoco é utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou

indisciplinados. As notas se transformam em armas de intimidação e ameaça para uns e prêmios para outros (...). O terceiro equívoco é o dos professores que, por confiarem demais em seu “olho clínico”, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas (...). O quarto equívoco é daqueles professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos (...). (LIBÂNEO, 2013, p.198-199).

Essas funções existentes no processo de avaliação escolar geralmente caminham juntas, uma complementando a outra. Ao longo do ano, o professor pode se utilizar das três, conforme citadas, e utilizá-las para acompanhar o progresso do aluno, não sendo necessário compará-lo ao restante da turma ou às crianças de determinada série ou idade. Sobre essa particularidade em respeito às condições do próprio aluno e a avaliação, Romão (1998) destaca que:

(...) Pode-se dizer que a avaliação “auto”, “interna”, “diagnóstica”, “qualitativa”, referenciada em códigos locais e sociais e respeitosa em relação aos ritmos e condições pessoais é fundamental nos pontos de partida e nos da trajetória do itinerário pedagógico de cada aluno. Porém, a avaliação “hétero”, “externa”, “quantitativa” e referenciada em padrões socialmente pactuados aceitos é essencial nos pontos de chegada. (ROMÃO, 1998, p. 43).

O processo avaliativo pode ser considerado, desta forma, como uma ação que verifica se os alunos dominam os pré-requisitos necessários para novas aprendizagens, sem comparações ou fixação de padrões de “inteligência”. Para que a avaliação seja significativa é importante que além dos objetivos, ela cumpra algumas tarefas. Segundo Libâneo (2013), as tarefas da avaliação são:

- a) Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, por meio de provas, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, entrevistas, etc;
- b) Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em reação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos;
- c) Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados. (LIBÂNEO, 2013, p. 217).

Apresentados os principais tipos de avaliação da aprendizagem, é possível concluir que não há uma receita pronta de avaliação, nem mesmo um tipo ou técnica perfeita. É preciso conhecer a realidade de cada escola, adaptar-se a cada situação, e muitas vezes, mesclar algumas delas, visto que ao longo do processo de ensino e aprendizagem, professor e aluno passam por diversas fases, que vão desde a avaliação inicial (identificada aqui como ‘avaliação diagnóstica’),

até a avaliação formativa. O mais importante nesse processo é a prevalência do respeito às diferenças e às necessidades dos estudantes, bem como o acompanhamento de todo o processo que leva à aprendizagem significativa.

2.2.1 A avaliação Inicial Diagnóstica Aplicada ao Aluno Estrangeiro nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu

Um dos pontos que contribuem para o planejamento docente e, por consequência, o desenvolvimento da aprendizagem é o professor descobrir o que o aluno recém-chegado já sabe, ou seja, quais os conteúdos ele já aprendeu, qual o nível de leitura e escrita, qual o nível de aprendizagem que esse aluno consegue acompanhar. Nas séries iniciais a avaliação diagnóstica contribui para que o professor e a equipe pedagógica possa identificar essas e outras questões, inclusive apontando quais as principais dificuldades e/ou habilidades desse aluno, para que a partir dali seja possível pensar num encaminhamento pedagógico coerente com a realidade.

Quando se trata do atendimento ao aluno estrangeiro nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, segundo informações da SMED a avaliação inicial diagnóstica é a ferramenta utilizada como estratégia para verificar sobre os possíveis encaminhamentos, tanto em relação a série na qual o aluno irá frequentar quanto para pensar em estratégias metodológicas que possam contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo os professores entrevistados ao longo da pesquisa, a identificação do que o aluno estrangeiro recém-chegado já sabe é essencial para que se possa dar continuidade ao atendimento pedagógico, diminuindo, inclusive, as dificuldades geradas em razão da língua estrangeira ou das diferenças trazidas pela cultura. Para a equipe pedagógica da Escola Municipal João da Costa Viana, a avaliação diagnóstica inicial, quando bem aplicada, funciona como um raio-x, que

ajuda a identificar os diferentes saberes, o nível de conhecimento dos conteúdos exigidos para a série de acordo com a idade, e também as dificuldades específicas que o aluno estrangeiro apresenta ao chegar na escola brasileira.

Para Hoffmann (2008), por meio da avaliação diagnóstica, pode-se:

Investigar seriamente o que os alunos ainda não compreenderam, o que ainda não produziram, o que ainda necessitam de maior atenção e orientação [...] enfim, localizar cada estudante em seu momento e trajetos percorridos, alterando-se radicalmente o enfoque avaliativo e as práticas de recuperação. (HOFFMANN, 2008, p. 68).

Segundo a diretora geral do ensino fundamental pela SMED, as escolas têm autonomia desde a elaboração da avaliação inicial diagnóstica até a aplicação ou não dela, visto que, em alguns casos, o aluno estrangeiro já chega com a documentação escolar corretamente instruída. Nesses casos, a equipe pedagógica, inicialmente, encaminha o aluno para a série na qual frequentava em seu país de origem e, caso não ocorra adaptação pedagógica, é realizada a avaliação diagnóstica. Sendo assim, o momento de aplicação diagnóstica depende muito dos documentos referentes a escolaridade do aluno em seu país de origem, como por exemplo, o histórico escolar.

Avaliação inicial diagnóstica é aplicada pela equipe pedagógica ao aluno estrangeiro em todas as escolas da rede pública municipal de Foz do Iguaçu, e após definição dos resultados, o aluno é encaminhado à sala de aula para que o professor inicie o processo de adaptação pedagógica. Mas, existem casos nos quais a escola não aplica, visto que o aluno é encaminhado para a continuidade da série na qual já frequentava e consegue se adaptar aos conteúdos abordados no Brasil.

Possibilitando uma melhor reflexão quanto às principais características e funções da avaliação diagnóstica, Ballester *apud* Lorencini (2013) na Figura 7 apresentam alguns caminhos:

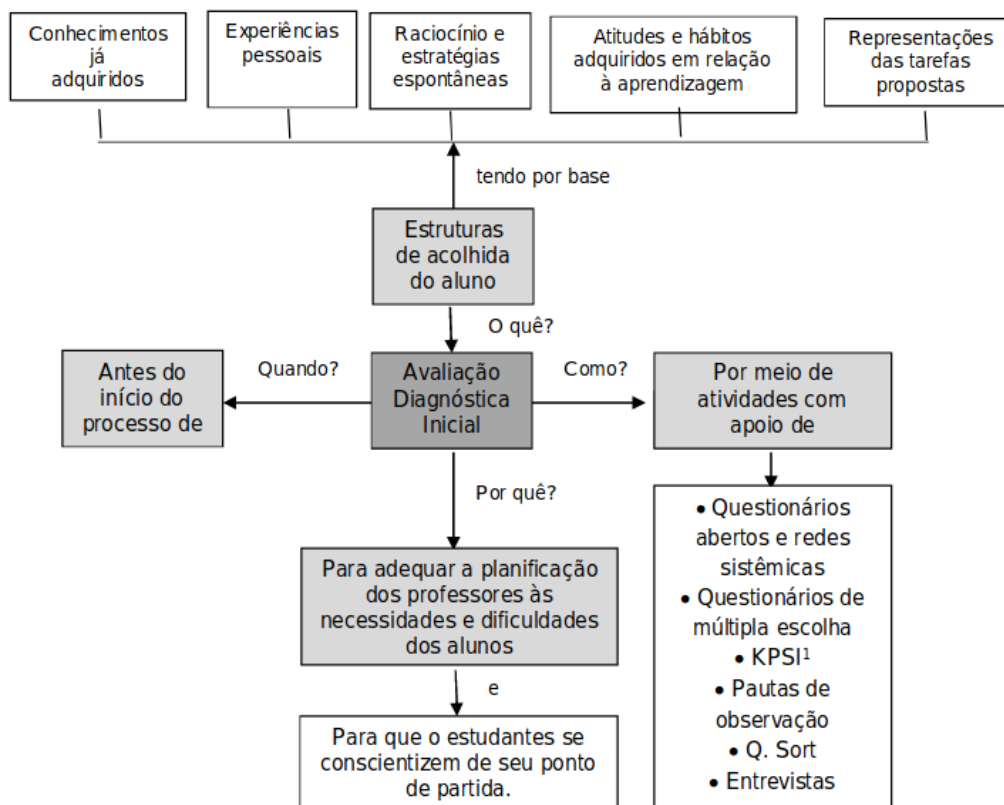


Figura 7- Avaliação Diagnóstica¹⁶
 Fonte: Ballester apud Lorencini, 2013.

De acordo com informações do site do Núcleo de Tecnologia Educação Municipal de Foz do Iguaçu - NTM, os instrumentos que geralmente são utilizados para verificar a aprendizagem dos alunos estrangeiros quando da aplicação da avaliação diagnóstica para que a escola iguaçuense considere na avaliação inicial são principalmente:

1. A Leitura e a interpretação de textos: Buscando identificar as habilidades que o aluno domina e quais as principais dificuldades, respeitando a diversidade linguística e as barreiras idiomáticas;
2. A Produção textual: Abordando os gêneros textuais de acordo com o planejamento dos conteúdos por série;
3. A Resolução de problemas envolvendo as operações matemáticas: Considerando a idade do aluno e série frequentada em seu país de origem, abordar as 04 operações matemáticas simples, sendo elas: adição,

¹⁶ A sigla KPS citada na figura 7 refere-se a “Knowledge and Prior Study Inventory”, em língua portuguesa, “Inventário de conhecimentos e estudos anteriores”. Já a sigla Q. Sort, refere-se a um teste psicológico exigindo que os indivíduos classifiquem itens entre si ao longo de uma dimensão como “ concordo ” / “ discordo ” para análise por estatísticas Q-metodológicas.

subtração, multiplicação e divisão. (NTM, Foz do Iguaçu, 2019).

Quanto aos resultados da avaliação inicial diagnóstica aplicada aos alunos das escolas municipais de Foz do Iguaçu, a SMED admite que não há um controle dessas informações registrado na sede, mas que cada escola possui essas informações, até porque, é a partir desses resultados que a equipe pedagógica norteia o encaminhamento do aluno estrangeiro para a série mais adequada a seu desempenho pedagógico. Destaca-se também que a avaliação diagnóstica orienta inclusive o atendimento ofertado em turma de apoio pedagógico, no qual os alunos estrangeiros frequentam no contraturno escolar.

Desta forma, pode-se concluir que a avaliação inicial diagnóstica é uma ferramenta que contribui positivamente no processo de adaptação, interferindo diretamente o processo de ensino e aprendizagem do aluno estrangeiro, quando de sua chegada nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

2.3. A LEGISLAÇÃO SOBRE AVALIAÇÃO NO BRASIL

A Constituição Federal (1988), em seus artigos 5º e 6º traz que “todos são iguais perante a lei” e que, portanto, brasileiros e estrangeiros residentes no país têm garantidos o direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Além disso, um dos direitos sociais garantidos no artigo 6º é a educação, base fundamental para possibilitar a melhoria das condições de vida e de trabalho do indivíduo. Os artigos 205 e 206 definem que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e tem como um dos princípios a igualdade de condições para acesso e permanência” Sobre esse direito constitucional, Mantoan (2003) reforça que:

Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e, assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. (MANTOAN, 2003, p. 22).

Sobre a garantia de direitos, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei da Migração, traz em seu Art. 3º que a política migratória brasileira se rege pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - Universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; XI - acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da (LEI DE MIGRAÇÃO nº 12.527, 2011).

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 1990), no artigo 4º define que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à educação”. E no artigo 5º traz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Com as mudanças no âmbito da avaliação escolar, surgiu a necessidade de abrir discussão sobre um modelo justo e coerente de avaliação, que pudesse ser utilizado pelas escolas de todo o país. Assim, em 1996, passa a vigorar a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trouxe diversas mudanças para o contexto da avaliação dos alunos, possibilitando a reflexão também dos professores, como parte deste processo. Essa Lei vigora até o momento e orienta a educação formal desde a educação infantil até o ensino superior, abrangendo todas as modalidades de ensino.

A LDB confirma o que é citado na Constituição Federal, em seu artigo 2º, quando determina que a educação é dever da família e do Estado. Seu artigo 3º destaca o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar cultura, pensamento, arte e saber; o respeito à liberdade e apreço à tolerância e a consideração com a diversidade étnico-racial. Todos estes podem ser considerados marcos legais para atendimento aos imigrantes. Também em seu Art. 24, inciso V, traz que:

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (LDB, 1996, p. 9).

Essa legislação buscou nortear as principais normas para orientação dos professores e gestores educacionais em relação estrutura e funcionamento da Educação Básica. Assim, não se limitou apenas às avaliações formativas bimestrais ou anuais, mas alterou o processo de ensino e aprendizagem e a organização escolar de forma geral

Em 1998, o Ministério da Educação, com base na LBD 9394/96, desenvolveu os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, diretrizes que passariam a ser utilizadas para a Educação Básica de todo o Brasil, como apoio aos currículos nas escolas públicas e privadas. Segundo os PCNs:

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar. (PCNs, 1997, p.55).

Ao analisar a perspectiva dos PCNs é possível compreender que a avaliação deve abandonar seu caráter julgador e, por isso, deve adotar um caráter orientador. Assim, para cumprir seu objetivo principal, a avaliação precisa apresentar significado para o aluno e seu processo de aprendizagem.

Nas duas últimas décadas, quase todos os países da América Latina implantaram alguma modalidade de sistema nacional de avaliação do rendimento escolar. Assim, em 1994, o Brasil criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB. O SAEB permite produzir indicadores educacionais para o Brasil, regiões, Unidades da Federação, municípios e escolas. Esse sistema de avaliação, de acordo com informações do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por ser um sistema de avaliação externa de larga escala, também permite: avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada nos diversos níveis governamentais; subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação, baseadas em evidências e desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional.

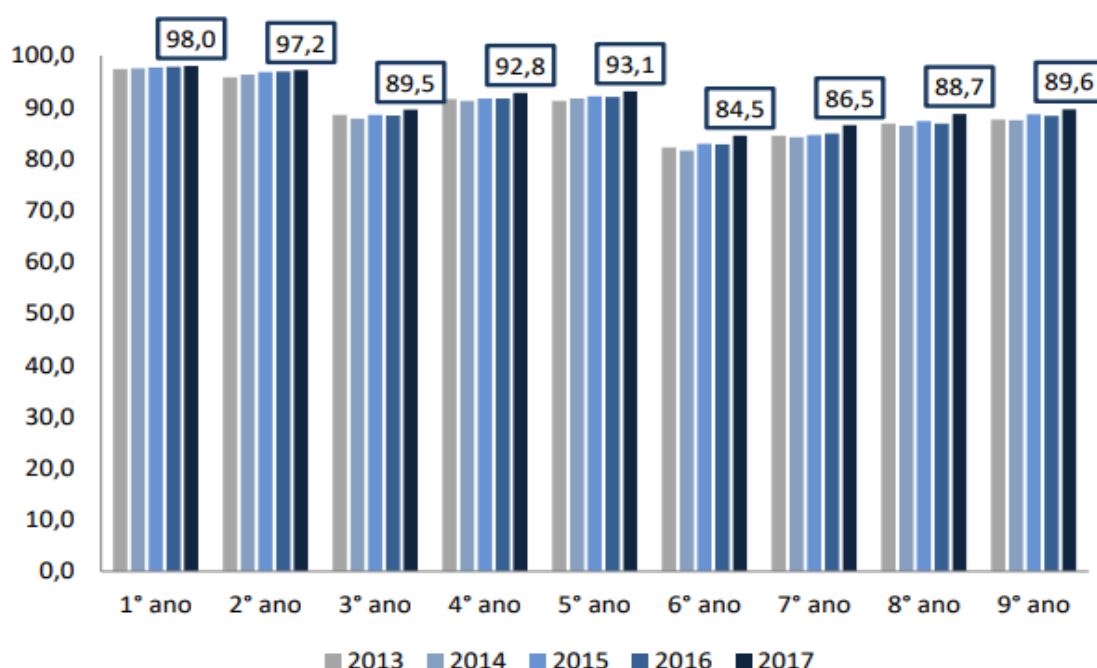
O Saeb é realizado periodicamente pelo Inep desde os anos 1990, e que tem por objetivos, no âmbito da Educação Básica, (i) avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais; (ii) produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e Unidades da Federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas; (iii) subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil; e (vi) desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa. (INEP, 2018, p. 9).

O referido sistema se utiliza de questionários e provas para avaliar a qualidade da educação básica, na busca por desenvolver caminhos de aprendizagens e com objetivo de formar os estudantes brasileiros de modo global. Os resultados obtidos pelo SAEB, combinados com os dados do Censo Escolar, possibilitam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A base de orientação do sistema tem como referência: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; a Lei do Plano Nacional da Educação (2014-2024) de 2014 e a Resolução que estabelece a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Sobre os resultados do SAEB, acessando o portal do Inep é possível encontrar as informações sobre as taxas de aprovação e reprovação dos alunos brasileiros desde o 1º ano do ensino fundamental, até o 3º ano do ensino médio, sendo que também são denominados como “sucesso” e/ou “insucesso” escolar.

Para facilitar a compreensão dos dados, optou-se por apresentar os gráficos que resumem os resultados. No primeiro gráfico o objetivo é apresentar a taxa de aprovação no ensino fundamental brasileiro entre os anos de 2013 a 2017.

Gráfico 1- Evolução da taxa de aprovação no ensino fundamental – Brasil 2013-2017



Fonte: Inep/Censo Escolar ¹⁷.

Já no segundo gráfico, temos a representação da taxa de insucesso, que representa a soma da reprovação e do abandono (evasão) escolar, separados por etapa do ensino fundamental e médio em 2017, traçando ainda uma linha comparativa entre as escolas públicas e privadas.

¹⁷ Gráfico extraído do link: http://portal.inep.gov.br/artigo/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb2019-tera-testes-de-ciencias-e-alfabetizacao-sera-avaliada-no-2-ano-do-ensino-fundamental/21206. Acesso: jul, 2019.

Gráfico 2- Taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por etapas do ensino fundamental e médio



Fonte: Inep/Censo Escolar¹⁸.

Além do SAEB, há no Brasil atualmente outros quatro processos avaliativos estratégicos voltados a educação básica, são eles: a Provinha Brasil, aplicada aos alunos que estão cursando o segundo ano do ensino fundamental; a Prova Brasil, direcionada aos alunos que estão concluindo o quinto ano do ensino fundamental, encerrando o ciclo do ensino fundamental I; o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, aplicado aos alunos que estão para concluir ou concluíram o 3º ensino médio; e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, direcionado aos alunos que já alcançaram os 18 anos e ainda não concluíram o ensino médio.

Com todas essas mudanças na legislação brasileira, que nortearam a avaliação escolar e contribuíram para que o processo de ensino e aprendizagem deixasse de ser visto como uma forma de possibilitar a aprovação em testes e elevações de níveis escolares, é importante destacar que as escolas continuam tendo autonomia para adaptar suas avaliações cotidianas, de acordo com as necessidades e condições do aluno.

18 Gráfico extraído do link: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saeb-2019-tera-testes-de-ciencias-e-alfabetizacao-sera-avaliada-no-2-ano-do-ensino-fundamental/21206. Acesso: jul, 2019.

De acordo com o site do Ministério da Educação - MEC, a partir de 2019, de forma inédita, a educação infantil será avaliada por meio do SAEB. Conforme anunciado pelo MEC em outubro de 2017, quando foram divulgados os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2016, os estudantes do segundo ano do ensino fundamental serão avaliados como nova etapa de referência para a alfabetização, adequando-se à BNCC. A meta de para alfabetização no país também foi antecipada para a faixa etária de sete anos, idade em que a criança está matriculada no segundo ano do ensino fundamental.

Ainda conforme informações do MEC, a partir de 2019, será aplicado um projeto piloto para testar o SAEB por meio eletrônico. A intenção é que alguns alunos façam a prova nos dois formatos: por escrito e digital. As avaliações do SAEB são obrigatórias para o ensino público e facultativas para as escolas particulares, mas o governo federal espera ampliar e contar com uma participação cada vez maior das instituições privadas.

2.4. MODELOS DE ACOLHIMENTO, MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA FINS DE SERIAÇÃO APLICADOS A ALUNOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Como vimos nos textos anteriores, para que a inclusão dos alunos estrangeiros aconteça da melhor forma, é importante definir estratégias, traçar metas, estruturar políticas de atendimento, entre outras situações que busquem dar suporte ao atendimento escolar, desde a matrícula até o acompanhamento pedagógico. Pensando nisso, a intenção deste texto é de apresentar, ainda que de maneira breve, alguns modelos de acolhimento, matrícula e procedimentos de avaliação diagnóstica para fins de seriação voltados ao aluno estrangeiro nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná, sendo que estes documentos orientam tanto o atendimento das escolas estaduais, quanto municipais.

O primeiro exemplo é o do estado de São Paulo¹⁹, que conforme já mencionado, é o que mais recebe estudantes estrangeiros no país e também o mais preparado para recebê-los. O documento que orienta o atendimento das escolas às

¹⁹ A base legal para o atendimento de alunos estrangeiros está disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/pesqpalchav.asp?assunto=120>. Acesso: jun, 2019.

famílias imigrantes²⁰, foi organizado pelo Núcleo de Inclusão Educacional (NINC), do Centro de Atendimento Especializado (CAESP) da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), a partir das demandas levantadas em visitas às Escolas Estaduais que recebem alunos imigrantes, e de propostas pelo Comitê Estadual de Refugiados (CER) da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC), do qual a SEED faz parte. O objetivo deste documento é divulgar, para a rede estadual de ensino e as prefeituras municipais, as legislações nacionais e estaduais vigentes, além de orientações do Conselho Estadual de Educação (CEE) e da própria Secretaria de Estado da Educação, no que diz respeito à vida escolar dos estudantes imigrantes.

Conforme a Resolução nº 10, de 2 de fevereiro de 1995, da Secretaria da Educação, é garantida a matrícula na rede estadual de ensino ao estudante estrangeiro, independente de documentação. O Parecer CEE 633/2008 confirma a ideia ao afirmar que “é inadmissível qualquer discriminação a crianças, adolescentes e jovens no que se refere ao seu direito de escolarização. A educação é um direito de todos e a escola não deve ser um local onde os registros escolares ou a documentação de alunos sirvam de pretexto para qualquer tipo de controle ou fiscalização a ser exercida sobre seus pais.

Sobre o acolhimento, o estado de São Paulo diz que o primeiro aspecto a ser considerado para realizar o atendimento ao imigrante na unidade escolar é compreender que ele e sua família, ao chegarem ao Brasil, podem ter passado por inúmeras situações adversas em seus países de origem, por exemplo, a violência física e/ou psicológica; as situações de guerras ou conflitos armados; a perseguição religiosa, política, racial, por orientação sexual ou de gênero; a extrema vulnerabilidade social. Essas situações podem resultar em falta de documentação básica, necessidade de residência provisória, sofrimento psíquico, dentre outras situações que podem afetar os estudantes imigrantes e seus familiares.

O imigrante que reside há pouco tempo no Brasil pode apresentar dificuldades no domínio e na compreensão da Língua Portuguesa. Por isso, procure ser paciente; falar suave e pausadamente; atentar-se aos gestos/linguagem corporal; ser objetivo, com uma linguagem de fácil compreensão; observar se a pessoa está entendendo. Caso necessário, poderão ser utilizados aplicativos ou sites tradutores, que estão

20 Deliberação CEE Nº 16/97 disponível em:
[http://siau.edunet.sp.gov.br/litemLise/arquivos/notas/delcee16_97\(parcee445_97\).htm](http://siau.edunet.sp.gov.br/litemLise/arquivos/notas/delcee16_97(parcee445_97).htm). Acesso: jun, 2019.

disponíveis gratuitamente na internet. Também poderão ser utilizadas imagens ou símbolos para dar andamento ao atendimento. (SEEDSP, 2018, p. 10).

Quanto à matrícula dos alunos estrangeiros, o estado de São Paulo, por meio da deliberação CEE nº 16, de 08 de outubro de 1997, que dispõe sobre o ensino fundamental e médio do sistema de ensino do Estado de São Paulo, assevera que:

Art. 1º - A Direção dos Estabelecimentos que ministram o ensino fundamental e médio deverão proceder à matrícula dos alunos estrangeiros sem qualquer discriminação, observando, no que couber, as mesmas normas regimentais que disciplinam a matrícula de alunos brasileiros nas escolas do sistema estadual de ensino. Art. 2º - A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. § 1º - A avaliação de competências deverá ser realizada, até 15 dias após solicitação do interessado, por docente(s) da unidade escolar indicado(s) pelo Diretor de Escola. [...] § 6º - Para o aluno da própria escola a reclassificação deverá ocorrer, no máximo, até o final do primeiro bimestre letivo e, para o aluno recebido por transferência ou oriundo de país estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos anteriores, em qualquer época do período letivo. (SEEDSP, 2018, p. 11).

De acordo com informações disponíveis no portal da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo – SEED/SP (2018), ao procurar uma escola para matrícula, o imigrante apresentará, na maioria dos casos, um documento de identificação. Pode ser que não apresente nenhum, mas nesses casos, a matrícula não poderá ser negada. Entre os documentos de identificação que poderão ser apresentados, estão os emitidos no país de origem do imigrante ou os emitidos no Brasil, como: O documento Provisório de Registro Nacional Migratório (será emitido a partir de outubro de 2018), o Documento Provisório da Identidade de Estrangeiro (Protocolo da Polícia Federal), a cédula de Identidade de estrangeiro (RNE), o passaporte, a certidão de nascimento emitida pelo país de origem (traduzida ou não) e os documentos escolares emitidos pelo país de origem (traduzidos ou não).

Em seu Documento Orientador Estudantes Imigrantes - Matrícula e Certificados²¹, a SEEDSP apresenta que “(re)classificar é matricular o estudante no

21 Documento disponível no link: https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/MATR%c3%8dCULA_FINAL-compressed.pdf. Acesso: jun, 2019.

ano/série/termo adequado a seu nível de competência, respeitada a correlação idade/série.” A classificação, adotada no Ensino Fundamental e Médio ocorre para estudantes, dentre outros casos, recebidos por transferência de outras instituições escolares do país ou do exterior e que não comprovem escolaridade anterior, mediante avaliação de competência.

Assim, um estudante imigrante que chega à escola sem nenhum documento ou comprovação de sua vida escolar deve passar pelo processo de classificação, conforme o artigo 9º da Resolução SE 76 de 2009: “No caso de alunos que não possam apresentar a documentação escolar, e quando houver motivos que revelem essa impossibilidade após consulta ao supervisor responsável a escola adotará o procedimento de classificação previsto em legislação vigente.” Contudo, enfatiza-se que a matrícula é orientada pela faixa etária, uma vez que uma pessoa alfabetizada na sua língua de origem poderá se adaptar mais facilmente a um grupo com a mesma idade.

Ainda no mesmo documento orientador da SEED/SP (2018) voltado ao atendimento de estudantes imigrantes, destaca-se que eles também poderão receber apoios à aprendizagem, que auxiliem em suas dificuldades em sala de aula. A reclassificação poderá ocorrer a qualquer tempo durante o ano letivo, mediante requerimento do professor ou responsável pelo estudante, e definirá o ano/série mais adequado ao prosseguimento de estudos, tendo como base a correspondência idade/série e a avaliação de competência. O primeiro ano escolar bem-sucedido do estudante imigrante pode ser prejudicado no ano seguinte pelas dificuldades de um novo segmento, como por exemplo o 1º ano e 6º ano do Ensino Fundamental e 1º série do Ensino Médio.

Buscando apresentar outros exemplos de estados brasileiros que possuem um protocolo de atendimento voltado ao atendimento de alunos estrangeiros, apresenta-se o estado de Santa Catarina. De acordo com informações do portal da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina – SEED/SC, o processo para matrícula dos estudantes estrangeiros é bem parecido com o do estado de São Paulo. A equivalência e revalidação de estudos realizados no exterior, que é o reconhecimento da conclusão de estudos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e/ou Profissional de Nível Médio, realizados no exterior, é realizada atendo a um protocolo que gerará um processo de matrícula nas escolas estaduais e municipais do estado.

Com o protocolo²²do estado de Santa Catarina, o requerente deverá encaminhar-se à SEED/SC ou a Gerência Regional de Educação (GERED) mais próxima, portando originais e cópias simples dos seguintes documentos: RG e CPF; requerimento contendo dados pessoais e fone para contato; diploma e/ou certificado; histórico(s) escolar(es) brasileiro e/ou estrangeiro, com todas as disciplinas cursadas, respectivas cargas horárias, rendimento escolar e resultado final de avaliação; carimbo consular ou "Apostille" (Convenção de Haia); tradução oficial (os documentos redigidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução juramentada; cédula de identidade de estrangeiro, na falta desta, o protocolo de registro no Departamento da Polícia Federal (Art. 48, da Lei Federal nº 6815/80); procuração para fins de Abertura/Retirada de documentos. OBS: em caso de solicitação por terceiros, a procuração deverá ser assinada pelo titular.

No Paraná, estado onde o município de Foz do Iguaçu, território de pesquisa desta dissertação, não foi possível encontrar orientações específicas quanto ao atendimento de alunos estrangeiros no ensino fundamental. Também percebe-se que não há orientações quanto ao processo de acolhimento desses alunos.

O principal documento que orienta as matrículas dos alunos estrangeiros é Instrução Normativa Nº 10/10 da Secretaria de Estado da Educação. Entre as principais orientações, estão que compete aos Núcleos Regionais de Educação acompanhar, orientar e supervisionar os Estabelecimentos de Ensino sob sua jurisdição, os alunos e os interessados, quanto a equivalência e Revalidação de Estudos Incompletos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na análise da documentação pessoal e escolar; na elaboração da Declaração de Equivalência; na elaboração da Ata de Adaptações; no registro das Adaptações e da Equivalência de Estudos nos documentos escolares; e no protocolo de requerimento de Registro Provisório, com validade expressa de 180 (cento e oitenta) dias; quando o prazo de validade estiver vencido, deverá ser solicitada sua revalidação na Polícia Federal, ou então certidão que estipule a condição do andamento do processo.

De acordo com a Deliberação nº 09/01 – CEE - PR: Art. 5º, o período de matrícula será estabelecido no calendário do Estabelecimento de Ensino. Mas, o aluno não vinculado a estabelecimento de ensino tem a possibilidade de ingressar na escola a qualquer tempo, desde que se submeta a processo de classificação,

²² Documento disponível no link: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/pais-alunos-e-comunidade/6596-equivalencia-regularidade-de-estudos>. Acesso: jun, 2019.

aproveitamento e adaptação previstos no regimento escolar, sendo que o controle de frequência se fará a partir da data efetiva da matrícula.

O Parecer nº 1044/02, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, de 06 de novembro de 2002, ampara a matrícula, equivalência e revalidação de Estudos da Educação Básica de alunos que não possuem documentos de permanência legal no Brasil. Os alunos nascidos no exterior, cujo pai ou mãe, ou ambos, são de nacionalidade brasileira, quando maiores de 16 anos deverão apresentar o original e uma fotocópia da Cédula de Identidade e da Certidão de Nascimento; os menores de 16 anos, o original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento.

Já no estado do Paraná, de acordo com informações disponíveis no portal da SEED/PR, são considerados como documentos necessários e aceitos para a realização da matrícula de alunos estrangeiros em escolas da rede pública municipal e estadual, bem como na rede privada de ensino: os comprovantes de escolaridade expedidos pela escola estrangeira, com assinaturas das autoridades escolares, originais e fotocópias, com registro das séries cursadas, ano letivo, disciplinas, avaliações e resultado final, devendo conter a tradução por tradutor juramentado, exceto quando se tratar de documentos originais da Língua Espanhola; visto do Cônsul Brasileiro no país de origem do documento, exceto para: documentos escolares provenientes dos países parte do MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai); documentos escolares expedidos em outros países, desde que encaminhados por via diplomática.

A matrícula de aluno proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar conforme o previsto na legislação, poderá ser realizada mediante a classificação, onde o aluno realiza a avaliação diagnóstica dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, destinada aos que tenham conhecimento da Língua Portuguesa, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais. Leva-se em conta no ato da matrícula também, a idade apresentada no documento de identificação do estudante, esta medida se faz necessária para garantir que o aluno não seja encaminhado a uma série muito inferior a sua faixa etária, e está amparada no Art. 35 da Deliberação n.º 09/01 – CEE, destinada aos alunos que não tenham conhecimento da língua portuguesa e que por ventura possam ser classificados em série equivocada pelo fato de não apresentar conhecimento e/ou domínio da língua oficial praticada no Brasil. Nesses casos, o

estabelecimento de ensino fica responsável por elaborar um plano próprio para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos e necessários ao prosseguimento de estudos do aluno, o que a escola geralmente trabalha no contra turno escolar por meio de apoio pedagógico.

Não foram encontrados em nenhum dos três exemplos de atendimento das secretarias estaduais de educação informações ou documentos que orientam o acompanhamento pedagógico, apoio pedagógico (o antigo reforço escolar) e sobre as avaliações bimestrais de alunos estrangeiros que estudam nas escolas municipais ou estaduais em São Paulo, Santa Catarina ou no Paraná. A falta dessas informações nos leva a refletir sobre a importância dos estudos sobre o atendimento voltados aos alunos estrangeiros nos estados citados e muito provavelmente no Brasil, de modo geral, e especialmente nas escolas públicas.

3. O ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO IGUAÇU: DO ACOLHIMENTO E AVALIAÇÃO À DEFINIÇÃO DA SÉRIE E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

De modo a responder a hipótese apresentada na introdução e na busca por alcançar os objetivos de pesquisa, este capítulo procura analisar as informações colhidas durante a realização do trabalho de campo. Tais informações procuram dar conta de evidenciar a realidade vivenciada nas escolas municipais de Foz do Iguaçu em relação ao atendimento do aluno estrangeiro. A presente análise será orientada pelas discussões que foram realizadas nos capítulos anteriores.

Em outras palavras, o conteúdo deste capítulo configura as análises realizadas pela pesquisadora a partir das impressões e vivências de servidores técnicos e docentes que atuam de forma direta ou indireta no atendimento pedagógico dos alunos estrangeiros que estudam nas escolas iguaçuenses, perpassando desde o atendimento inicial (na secretaria da escola), a sala de aula (com os processos de ensino, aprendizagem e avaliação), até os resultados e registros (SMED). Desta forma, o capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, intitulada “Processo de Recepção e Acolhimento dos Alunos Estrangeiros nas Escolas Municipais de Foz do Iguaçu”, a intenção é apresentar ao leitor sobre como os alunos estrangeiros são recepcionados, acolhidos nas escolas municipais iguaçuenses. Na segunda, intitulada “Avaliação Inicial, Definição da Seriação e Matrícula dos Alunos Estrangeiros”, tem como objetivo apresentar sobre o funcionamento da avaliação inicial que é aplicada aos alunos estrangeiros, que pode ser um condicionante para a definição da série na qual este aluno irá cursar; traz também sobre as exigências e os documentos norteadores, bem como sobre o corte etário que orientam as matrículas para alunos estrangeiros e, ainda, sobre as falhas no encaminhamento de matrícula e as situações que envolvem a reclassificação desses alunos. Já na terceira seção, intitulada “Da adaptação Escolar ao Acompanhamento e Apoio Pedagógico dos Alunos Estrangeiros”, apresenta-se sobre o período de adaptação escolar e como ocorre o acompanhamento e apoio pedagógico voltado aos alunos estrangeiros e, ainda, traz as impressões sobre o aproveitamento escolar, envolvendo a aprovação, reprovação, abandono, sucesso e/ou fracasso escolar desses alunos. Na quarta seção, intitulada “Da Formação de Professores à Inclusão Escolar: Por uma Política de Atendimento ao Aluno Estrangeiro”, apresenta as discussões em torno da formação de professores pela

SMED, mostrando as impressões sobre o processo de inclusão dos alunos estrangeiros, bem como sobre os avanços e possibilidades futuras para o atendimento do aluno estrangeiro em parceria com as universidades locais. Por fim, a quinta seção, intitulada “Questões de Território, Fronteira, Migração e os Reflexos na Escola”, traz sobre os reflexos que as questões territoriais, envolvendo a tríplice fronteira, trazem para a escola, para vida escolar e social dos alunos estrangeiros. Os textos dessas cinco seções, conforme já mencionado, são resultado das entrevistas e visitas de campo e refletem as impressões dos entrevistados sobre a realidade vivenciada pelos alunos estrangeiros, professores, equipe pedagógica, secretaria escolar, e servidores da SMED.

3.1.PROCESSO DE RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO DOS ALUNOS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FOZ DO IGUAÇU

Por meio das entrevistas realizadas tanto com os professores, secretária escolar e diretora da Escola Municipal do João da Costa Viana, quanto com a secretária municipal de educação e a diretora de ensino fundamental, a primeira categoria que iremos detalhar trata do processo de recepção e acolhimento dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

Para que se possa compreender um pouco mais sobre o contexto no qual as entrevistas foram realizadas e, conseqüentemente, buscar entender os resultados da pesquisa, é importante conhecer um pouco mais sobre a SMED e também sobre a Escola Municipal João da Costa Viana.

A SMED tem como missão apoiar a elaboração da política educacional do município, coordenar sua implantação e avaliar os resultados, com o objetivo de assegurar a excelência na Educação e contribuir para formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadão. Atualmente, sua estrutura está composta por quatro departamentos que gerenciam as atividades escolares, são eles: Departamento de Ensino Fundamental, Departamento de Educação Infantil, Departamento de Educação Especial e Departamento de Assistência ao Educando. O departamento responsável pelo acompanhamento das avaliações iniciais diagnósticas nas 51 escolas do município é o de Ensino Fundamental, que orienta, normatiza e acompanha o

desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, inclusive dos alunos estrangeiros matriculados na rede pública e que frequentam do 1º ao 5º ano.

A Escola Municipal João da Costa Viana, ao longo de seus 48 anos de existência (1969-2017), passou por diversas transformações, tanto na estrutura física quanto pedagógica. Acompanhando a preocupação da SMED com o IDEB, o índice de desenvolvimento na aprendizagem da escola vem aumentando nos últimos anos, no ano de 2005, o resultado no IDEB era de 4.1, em 2007, de 4.5, em 2009, de 6.1 e, em 2011, o resultado foi de 6.9. Já no ano de 2013, o índice elevou, atingindo a média de 7.2 pontos e, atualmente, mantém a última média. Segundo a direção da escola, o apoio da Secretaria da Educação e o empenho da equipe pedagógica tem contribuído muito com os avanços na qualidade do ensino e para a diminuição do índice de reprovação e evasão. O resultado obtido se atribui ao trabalho pedagógico realizado com o enfrentamento das fragilidades com apoio pedagógico no contraturno escolar, recuperação paralela, reuniões com pais e projetos de intervenção, principalmente com maior atenção nos anos de avaliação do IDEB, pois a prefeitura dispõe de mais profissionais para esses meios de recuperação. A Escola Municipal João da Costa Viana oferece à comunidade as modalidades de Ensino Fundamental, que compreende do 1º ano ao 5º ano, Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncional e Programa Mais Educação. E conta com um amplo quadro de servidores (conforme Quadro 3), que busca na formação continuada o fortalecimento para o trabalho.

Quadro 3- Servidores da E M João da Costa Viana

Quadro de Servidores que atuam na Escola Municipal João da Costa Viana	
Pessoal Administrativo e Especialista	3
Pessoal Docente	68
Pessoal de Apoio (Merendeiras e Serviços Gerais)	18

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João da Costa Viana. Foz do Iguaçu, 2018.

Foram realizadas um total de 10 entrevistas semiestruturadas, com servidores da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, sendo duas delas estão atualmente lotadas diretamente na SMED - a secretária municipal de educação e a Diretora do Ensino Fundamental -, e os demais, estão lotados na Escola Municipal João da Costa Viana - a diretora, a secretária da escola, a coordenadora pedagógica,

uma professora de 2º ano, uma professora de 3º ano, uma professora de 4º ano, uma professora de 5º ano uma professora do apoio pedagógico e um professor de educação física. O período de realização das entrevistas foi de 13 de maio a 7 de junho de 2019. Os professores entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, respeitando os critérios da metodologia da pesquisa, que colocou como meta entrevistar um professor por série.

Em relação a percepção dos entrevistados sobre o processo de recepção e acolhimento dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, especialmente, a partir da realidade vivenciada na Escola Municipal João da Costa Viana, fica evidente por meio dos relatos, que o município carece de uma política que oriente esse atendimento, facilitando o acesso dos alunos estrangeiros e suas famílias, bem como possibilitando um melhor atendimento por parte dos servidores da escola e da SMED. Para ilustrar tal afirmação apresentamos abaixo o relato da Diretora-geral do Ensino Fundamental:

O acolhimento já é feito pelas escolas, porém eu acho que a gente tem que melhorar... há um desafio muito grande de acolhimento dessas crianças, para que a gente possa realmente manter o vínculo e que ele que ele tenha vontade de continuar indo para escola... Justamente de acolher bem essa criança para que ela realmente seja incluída. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019.).

Atualmente o processo de recepção do aluno estrangeiro e sua família na rede municipal de educação em Foz do Iguaçu, ocorre integralmente na escola onde a criança é matriculada. Quando a família chega à escola buscando atendimento e orientação, são recepcionados pelo(a) secretário escolar, que solicita a documentação exigida para a realização de matrícula. Após a análise da documentação o secretário ou secretária encaminha o aluno à equipe pedagógica da escola para que seja realizada uma ambientação do aluno na escola, a fim de que mesmo conheça os diferentes espaços, os funcionários, entre outros, conforme pode-se compreender no relato da secretária municipal de educação.

Então, cada caso você tem que tratar específico, ver qual a forma, não só a criança e o acolhimento, mas também dessa família como é que está, onde que ela estava? De que contexto que ela está inserida, dentro do município? Qual é o tipo de auxílio de acolhimento que ela está necessitando, precisando da assistência social. O que que é necessário, afinal de contas, ele passa a ser um cidadão da cidade (...). A gente está tendo um aluno agora que chegou do Canadá, (...). Já tivemos [alunos] árabes, já tivemos chineses, são alunos que vêm de muitas nacionalidades. Agora está tendo uma demanda grande da Venezuela chegando, então esses alunos, a

escola é o primeiro contato que eles têm, para o acolhimento. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Quanto às principais dificuldades enfrentadas no processo de recepção e acolhimento dos alunos estrangeiros destacam-se as questões da língua, visto que nem sempre o secretário escolar, a equipe pedagógica e/ou o professor consegue compreender a família e o aluno e vice-versa, devido a falta de domínio do idioma falado e/ou escrito do país de origem do aluno e de sua família. Cabe destacar que isso ocorre mesmo em se tratando das famílias paraguaias e argentinas, já que a maioria dos servidores da escola não dominam a língua espanhola, idioma oficial tanto no Paraguai, quanto na Argentina. Quando a família domina somente a língua guarani ou outros idiomas, a dificuldade é ainda maior.

Nesses casos, a escola procura orientação e apoio junto à equipe da SMED, que por também não contarem com equipe capacitada para esse tipo de atendimento, solicitam apoio por meio das parcerias com grupos de pesquisa nas universidades locais.

A escola faz uma parte, mas as meninas da equipe de ensino da secretaria da educação acompanham essa parte também. A escola faz aplicação, se precisar de ajuda, as meninas da equipe de ensino vão acompanhando, mas aí de novo, cada caso é um caso. Depende da situação, tem uns que a escola dá conta. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Outra problemática enfrentada na recepção e acolhimento dos alunos estrangeiros é a falta de documentação. Muitas famílias chegam à escola sem documentos pessoais e escolares, o que dificulta a definição inicial da série e a realização da matrícula, visto que o sistema utilizado no município que funciona sob controle da Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED/PR o SERE, não aceita a efetivação da matrícula sem a completa inserção dos dados referente à documentação do aluno:

O atendimento é normal, como se faz para qualquer aluno, independentemente de onde veio. Mas a gente sempre procura orientar o professor que irá receber aquela criança de onde ele tá vindo, o que ele traz de documento, para auxiliar o professor nessa chegada. (Secretária Escolar, junho, 2019).

Assim, a gente pede a documentação, mas muitas vezes eles não têm. Mas a gente não nega vaga. As crianças são matriculadas e a gente pede que as famílias vão até a casa do imigrante, para que legalizem a situação (quando não tem documento). Mas, quando tem, eles trazem e a matrícula é feita baseando-se inicialmente na série que consta nesse documento. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Em análise aos relatos da secretária escolar e da diretora da escola, comparando com os relatos anteriores da secretária municipal de educação, pode-se entender que há uma discrepância entre as informações em relação a avaliação inicial diagnóstica aplicada aos alunos estrangeiros para definição da série/ano na qual irão frequentar.

O que ocorre é que as representantes da SMED afirmam que todos os alunos estrangeiros passam pelo processo de avaliação inicial, enquanto que os servidores da escola relatam que nos casos onde a família apresenta a documentação com informações escolares de seu país de origem, a secretaria da escola em Foz do Iguaçu analisa o histórico escolar e a seriação na qual o aluno frequentava e, na sequência, geralmente o mesmo é encaminhado para a série/ano em que estava matriculado para dar continuidade aos seus estudos. Quando a documentação não é apresentada, a escola aplica uma avaliação de conhecimentos elaborada especificamente para os estudantes estrangeiros, e a partir dos resultados dessa avaliação é que a equipe pedagógica da escola define a série na qual o estudante imigrante deverá cursar.

Assim, a avaliação diagnóstica inicial não é um procedimento obrigatório para a definição da série do aluno imigrante, mas ela ocorre nos casos onde não há informações documentais sobre a escolaridade frequentada no país de origem, ou ainda, nos casos onde o aluno não se adapta à série no qual foi inserido inicialmente aqui no Brasil, nesse último caso a escola dá o nome de reclassificação.

(...) Nós tínhamos alguns casos que chegavam com a documentação, então ela precisava ser revalidada no Brasil. Então a gente vê onde que ela está. Só que mesmo você fazendo o processo de classificação no Brasil, você precisa saber, claro, a história e a geografia do país, mas em português e matemática precisa saber até onde que ele vai. É claro que toda uma situação da língua dele principalmente, mas, para você ver que conteúdos que ele tem. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

A falta de documentação dos alunos, segundo o depoimento da coordenadora pedagógica, interfere não somente nas questões escolares para fins de matrícula, mas na inacessibilidade a outros direitos, como o atendimento à saúde e assistência social.

Na verdade, é bem complicado, porque todas as vezes que o aluno estrangeiro precisa de atendimento, por exemplo, passa mal na escola e precisa de médico (...) a primeira pergunta do posto de saúde é se ele tem

documentação. Se não tem, já não consegue atendimento. Tudo esbarra na documentação. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

A questão de documentos deles também é negligenciada, eles não conseguem acionar todos os órgãos por não ter documentação e nem tem condições financeiras ou conhecimento para ir atrás e conseguir essa documentação. Então quando chegam na escola, essa é a maior dificuldade, porque precisamos de certidão de nascimento, cartão SUS, histórico escolar da instituição onde estudava no país de origem, uma série de documentos necessários para a realização da matrícula e que eles não conseguem comprovar. Essa questão que envolve cidadania. (Secretária Escolar, junho, 2019).

Apesar das dificuldades enfrentadas em alguns atendimentos, os entrevistados destacam que os servidores da escola buscam atender as famílias e os alunos estrangeiros sempre com respeito, cuidado e atenção e, inclusive, orientando as famílias que chegam sem documentação entre outras necessidades básicas mencionadas no atendimento inicial, onde e como podem procurar auxílio para resolver essas questões. Mesmo assim, a dificuldade de comunicação é evidente, em virtude do não domínio do idioma da família e do aluno.

A escola busca recepcionar as famílias da melhor forma, mas em alguns casos, não é fácil compreender o idioma deles. A comunicação fica um tanto complicada nesse atendimento inicial. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Pela escola, a recepção é tranquila. Porque eles recebem, matriculam de acordo com a documentação e encaminham para a sala de aula, então as dificuldades quem verifica é o professor, que pede auxílio da coordenação pedagógica. A criança estrangeira, às vezes, se sente constrangida pelas dificuldades, tem uma timidez, mas ficam quietas por conta das dificuldades. Eu sempre tento recebê-los da maneira mais natural possível, ajudando a integrar, a incluir, eles precisam se sentir bem ali em sala de aula para conseguir aprender. Mas não é fácil não. (Professor 2º ano, junho, 2019).

Nós, funcionários da escola, buscamos atender as famílias e os alunos da melhor forma possível. Somos receptivos e buscamos conhecer as dificuldades das famílias e quando possível, encaminhamos eles para os órgãos responsáveis. (Secretária escolar, junho, 2019).

Quando questionada sobre o direito de o aluno estrangeiro acessar a escola mesmo quando não há documentação, a diretora da escola reforçou que esse direito é respeitado, mas que a escola encaminha a família à Casa do Imigrante, órgão responsável pela emissão da documentação para as famílias que vêm de outros países para viver no Brasil.

Pode, mas depois precisa procurar a casa do imigrante, só que tem outro problema, esse documento não sai de graça e às vezes é uma luta. (Diretora da Escola, junho, 2019).

A seguir, são apresentadas o resumo dos relatos formando as redes que se conectam com a categoria de análise da recepção e acolhimento, onde percebe-se que a fala da diretora da escola contradiz a fala do professor 4, pois enquanto a primeira não destaca a necessidade de um atendimento especial e cuidadoso aos alunos estrangeiros, o segundo enfatiza que é necessário melhorar o atendimento e criar estratégias para minimizar as dificuldades enfrentadas tanto pelo aluno e sua família, quanto pelo professor. Também os relatos da coordenadora pedagógica confirmam a percepção da maioria dos professores quanto à forma na qual ocorre esse acolhimento inicial à família e o aluno estrangeiro.

3.2. AVALIAÇÃO INICIAL, DEFINIÇÃO DA SERIAÇÃO E MATRÍCULA DOS ALUNOS ESTRANGEIROS

3.2.1 Os Documentos Norteadores e o Corte Etário

As matrículas dos alunos estrangeiros na rede municipal de Foz do Iguaçu, conforme já mencionado anteriormente, seguem às Instruções Normativas - INs e deliberações da SEED/PR, que por sua vez atendem à legislação do Ministério da Educação - MEC. E são realizadas no Sistema Estadual de Registro Escolar do Paraná - SERE, pelo Sistema Escola, permitindo o registro das informações do aluno e sua vinculação à escola, à SMED, ao estado e ao país.

Desta forma, independente do período letivo ou da situação escolar do aluno, ao solicitar a transferência, seguirá para o seu destino tendo em mãos o histórico escolar com todas as informações necessárias para dar sequência à vida escolar na mesma série/ano que na escola anterior. Esse processo independe do município, país ou origem do aluno.

As matrículas dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu seguem as orientações da SEED/PR, a exemplo da Deliberação 09/01 do Plano Estadual de Educação que norteia o atendimento e garante o direito à escola. Sobre isso, segue informações da página da SEED/PR:

DIREITO À ESCOLARIZAÇÃO – Todo migrante que vem ao Brasil, em suas diferentes condições, tem direito à escolarização e ao acesso à educação básica. No processo de adaptação em um novo país, o desafio imposto pela língua se destaca. O acesso pleno à educação em todos os níveis e modalidades de ensino é garantido aos estudantes estrangeiros de acordo com a deliberação nº09/01 do Plano Estadual de Educação.

O aluno migrante que chega ao Paraná sem nenhum documento que comprove sua escolaridade, mas quer estudar, tem três maneiras de ingressar no ensino regular: Classificação; Matrícula na série compatível com a idade e Equivalência e a Revalidação de Estudos Incompletos.

O primeiro passo é verificar o nível de conhecimento da Língua Portuguesa por meio de uma prova de classificação. Se o aluno comprovar que consegue se expressar e se comunicar em português, ele é encaminhado para o ano ou série referente à etapa de ensino condizente ao conhecimento que ele apresentar na prova. (SEED/PR, 07/05/2019).

Como norteadores do atendimento concedido aos alunos, bem como em relação às avaliações e outras situações envolvendo o cotidiano escolar, ao longo das entrevistas, foram citados, além das INs da SEED/PR, o Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP, o Regimento Escolar, a Autorização de Funcionamento, entre outros. Consta-se também nos relatos a não existência de um documento específico para nortear o atendimento de alunos estrangeiros.

Nós temos o Projeto Político Pedagógico, que todas as escolas têm os seus, que elas são, de dois em dois anos a gente tem que fazer a reformulação do PPP, temos o Regimento escolar, que também ele é, é um documento dentro da escola. Tem a autorização de funcionamento, que tem que ser renovado de 2 em 2 anos também, e entre outros documentos que são instruções normativas, que daí são mais orientações para as escolas, instrução normativa do estado, da SUEDE/SEED, ele é o Nº 15/2017, onde fala da avaliação e da recuperação paralela e dos avanços também, do aluno. Então, ela é uma avaliação diagnóstica e cumulativa. (Secretária Escolar, junho, 2019).

Além desses documentos, temos instruções normativas - INs da SMED e algumas deliberações específicas do Conselho Estadual de Educação, que norteiam todo o nosso trabalho. Não temos um documento específico para o aluno estrangeiro, mas a Deliberação 09 fala sobre o atendimento desses alunos também. (Secretária Escolar, junho, 2019).

Ainda sobre as normativas e os documentos necessários para a efetivação das matrículas, durante a entrevista com a diretora-geral do ensino fundamental, a mesma falou sobre o corte etário, que define a idade mínima para acesso ao ensino fundamental no Brasil e no estado do Paraná.

Nós ainda não temos o corte etário no ensino fundamental, tá? Então isso vai com o tempo. Então hoje as crianças ingressam com 6 anos de idade, até o final do ano, até 31 de dezembro. A não ser que a criança não tenha frequentado a educação infantil, a essa criança sim, aplica-se o corte etário, caso contrário, ela entra com 6 anos, até 31 de março, e aí ela permanecesse na escola até o quinto ano, entre os 10 e 11 anos, dependendo se não houver reprovação a gente prioriza que não haja reprovação, mas sempre o ensino de qualidade. Se a criança tem condições de avançar, ela avança, caso contrário, que precise dessa retenção, também acontece. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019).

Desta forma, independente da série/ano frequentado em seu país de origem, ao se matricular em escolas brasileiras, o corte etário deverá ser respeitado. Nas escolas do Paraná, sejam elas públicas ou privadas, essa questão seguem o Parecer Normativo nº 02/2018-CEE/SEED/PR, que orienta:

1. A data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas, para matrícula inicial na Educação Infantil aos 4 (quatro) anos de idade, e no Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos de idade, é aquela definida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6(seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula. (Parecer Normativo nº 02/2018-CEE/SEED/PR, 2018, p. 3)

3. O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 7/2010.a) É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6(seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.b) As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil, na etapa da pré-escola. (Parecer Normativo nº 02/2018-CEE/SEED/PR, 2018, p. 3 e 4).

3.2.2 Da Avaliação Inicial à Classificação e Seriação

Ao longo das entrevistas foi possível constatar que nem todos os alunos estrangeiros passam pelo processo avaliativo, visto que são avaliados apenas 1) aqueles que chegam à escola sem documentação que conteriam as informações referentes a seriação frequentada pelo aluno em seu país de origem; 2) estudantes sem a documentação de identificação para comprovação da data de nascimento, 3) ou ainda, nos casos onde desde os primeiros contatos com a turma o aluno demonstra, por meio das atividades desenvolvidas em sala de aula, que não conseguirá acompanhar o nível de conteúdos da série no qual foi inserido.

O processo avaliativo é realizado após a recepção do aluno e sua família, encaminhados pelo(a) secretário(a) escolar à equipe pedagógica, que verifica se a documentação está completa e define, de acordo com a idade e com a série na qual o aluno cursava em seu país de origem, conforme mencionado anteriormente. Não há um padrão ou modelo único de avaliação aplicado nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, nesses casos, a equipe pedagógica de cada escola elabora um modelo por série/ano, sendo que na Escola Municipal João da Costa Viana são respectivamente 5 modelos, com foco nos conteúdos de língua portuguesa, na leitura e interpretação de textos e na matemática.

Deste modo, a equipe pedagógica orienta o aluno e o acompanha durante a realização dessa primeira avaliação. Neste processo a equipe busca perceber quais as principais dificuldades e fragilidades em relação ao conteúdo e contato com a língua portuguesa.

Nos casos onde o aluno não apresenta documentação ou o mesmo não se adapta aos conteúdos da série no qual foi inserido, a equipe pedagógica realiza uma avaliação, com os conteúdos selecionados por série, para verificar qual a melhor série que nesse momento inicial o aluno conseguirá acompanhar. Quando o professor percebe que ele já conseguiu compreender a base daquela série, é realizada uma nova avaliação e então ele é encaminhado para a série seguinte. (Secretária Escolar, junho, 2019).

Quando aluno vem documentação, aí sim é feita uma prova de classificação, daí eles fazem essa prova e a gente vê em que série se enquadra. A avaliação é geralmente baseada nos conteúdos de português e matemática e também leitura e interpretação de textos. Ela é aplicada assim que a criança chega à escola sem documentação ou após ser inserida em uma série na qual não conseguiu se adaptar. Não há um período específico para isso. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Segundo dados das entrevistas, é a equipe pedagógica da escola a responsável por cuidar desse processo avaliativo desde a elaboração, aplicação e correção das avaliações iniciais aplicadas aos alunos estrangeiros. Não há um período definido para a realização dessas avaliações, visto que depende da data de chegada do aluno estrangeiro à escola e da necessidade de aplicação da avaliação. Os alunos geralmente levam em torno de 2h00min à 2h30min para concluir as avaliações e, conforme necessidade, a escola solicita um tradutor para acompanhar o aluno nas leituras e auxiliá-lo na escrita das respostas, mas isso é raro.

É a coordenação pedagógica, nós fazemos todo esse processo avaliativo e de definição da série, e só após encaminhamos para a sala de aula que irá cursar. Quando aluno vem documentação, aí sim é feita uma prova de classificação, daí eles fazem essa prova e a gente vê em que série se enquadra. A avaliação é geralmente baseada nos conteúdos de português e matemática e também leitura e interpretação de textos. Ela é aplicada assim que a criança chega à escola sem documentação ou após ser inserida em uma série na qual não conseguiu se adaptar. Não há um período específico para isso. Os conteúdos são selecionados por série. Por exemplo, de acordo com a idade do aluno, se ele tem 9 anos, aplicamos uma avaliação de quarto ano, para ver se ele acompanha. Então a gente faz essa avaliação, que dura entre duas horas e duas horas e meia, muitas vezes ele acaba frequentando turma de série inferior ao que se esperava, mas, a gente tenta dar um apoio para que ele consiga, o mais rápido possível, se adequar a série que a idade dele se encaixa melhor. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Quem realiza a avaliação inicial é a própria escola, com base nos documentos da SUED/SEED, que norteiam o processo de avaliação dos estudantes estrangeiros. A gente prefere primeiro aplicar a avaliação, para depois definir que série. No passado nós fizemos formação de inglês e espanhol, mas nós temos que fortalecer e retomar esses grupos, até para essa criança, ela ser melhor entendida na escola, passar por um processo de avaliação melhor elaborado. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, junho, 2019).

Quem cuida desse processo de avaliação é a própria escola, com base nas orientações da secretaria de educação. Se faz a avaliação, tem a avaliação específica, que depois o processo vem pra cá e depois vai para o Núcleo Regional de Educação, mas tem casos que são mais tranquilos de se trabalhar. A gente teve aluno de você ter que fazer conta de matemática para você ver até onde que ele vai. Em português, a situação que ele precisa de repente em matemática, que ele tá lá no terceiro ano, mas em português ele estaria no primeiro ano. A escola faz uma parte, mas as meninas da equipe de ensino da secretaria da educação acompanham essa parte também. A escola faz aplicação, se precisar de ajuda, as meninas da equipe de ensino vão acompanhando, mas aí de novo, cada caso é um caso. Depende da situação, tem uns que a escola dá conta. Você tem que fazer uma adaptação do currículo, para que até ele chegar no ano que deveria estar. Não necessariamente pela idade, mas sim pelo conhecimento que ele já tem ou que está desenvolvendo. Então é, história e geografia mesma coisa, ciências são conteúdos que se ligam mais, né? Não tem muita diferença de você trabalhar animais aqui, trabalhar no Paraguai e na Argentina, tanto faz, eu tenho controle parecido. A história local, a geografia local do país. Quanto a linguagem, a língua portuguesa, a produção de texto, a reestruturação, toda essa parte você tem que começar lá no início daí, desde o comecinho. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

A coordenação que elabora as avaliações. Faz a matrícula da criança, a secretária vê de acordo com a grade que ela vai ser matriculada. Aí se ela (a criança) tiver alguma dificuldade, é a coordenação quem elabora uma avaliação com atividades para verificar em que nível a criança está. Mas isso é realizado depois que a criança já foi matriculada e inserida na sala de aula, de acordo com a idade e documentação. A coordenação acompanha, até mesmo tomando leitura. Elas têm um modelo de avaliação por série, de acordo com os conteúdos exigidos no currículo, para cada série. Ela geralmente é escrita, mas às vezes também oral. As informações são repassadas à secretaria da escola, que informa à SMED. (Diretora da Escola, junho, 2019).

A questão da matrícula depende do lugar de origem deles, tem alunos que vem de escola que era por ciclo, por série. Depende do documento que eles têm. A escola faz (a avaliação) internamente, com a equipe pedagógica e depois vem o pessoal da SMED para dar esse apoio pra gente. Não tem um período certo, depende da situação do aluno. A gente tem os modelinhos de avaliação que a equipe pedagógica desenvolve, de acordo com os conteúdos por série. (Professor 3, junho, 2019).

Questionada sobre o idioma no qual as avaliações são elaboradas e aplicadas, a coordenadora pedagógica da escola afirmou que são “em português, unicamente”, mas que a depender da situação, solicitam apoio

da SMED para tradução da mesma.” Segundo a mesma e a secretária municipal de educação, o registro dos resultados dessas avaliações é encaminhado para a secretaria da escola e após, a matrícula é efetuada e as informações são inseridas no SERE, para controle da SEED e da SMED.

As informações são registradas na secretaria, mas nos casos de reclassificação, não registramos, porque assim que eles conseguem, encaminhamos para a série que deveriam estar. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Assim, monta-se um processinho, que a escola monta. É claro que a família acompanha, o tempo todo. Eu tô falando enquanto escola. Eu acredito que cada escola tem esse contato com a família, de estar acompanhando a evolução e mostrando para família que está sendo feito, o tipo de avaliação. Em alguns casos, os pais também são chamados para estar acompanhando. Aí depois, tem casos que a secretaria de educação está acompanhando, tem casos que até a própria educação especial, que a gente falou antes, (...) existe caso que sim, eles precisam, porque a criança precisa, de repente de um atendimento na sala de recurso que é específico, porque ela precisa atendimento individualizado, ela precisa da sala no contra turno para o reforço. Então, assim, é necessário que tenha todo esse cuidado, pelo fato de ele (o aluno) não conhecer o andamento do ano letivo. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Assim, após realização da avaliação inicial e o acompanhamento e correção da mesma pela equipe pedagógica, verifica-se qual a série/ano mais adequada para que o aluno estrangeiro seja inserido e possa adaptar. Conforme evolução pedagógica e também a partir de um melhor contato com a leitura e escrita na língua portuguesa, o mesmo pode ser encaminhado para a série mais adequada sua idade ou para a série seguinte.

3.2.3 A Matrícula

A matrícula é a parte desse processo que efetiva o vínculo do aluno estrangeiro com a escola e que, por sua vez, garante os registros de sua trajetória escolar. Conforme já mencionado, quando a documentação pessoal e escolar apresentada pela família é condizente ao exigido pelas deliberações e instruções normativas que definem as regras para a aceitação da matrícula pela escola, o mesmo é automaticamente matriculado na mesma série/ano que frequentava em seu país de origem.

Caso não apresente a documentação, o aluno tem o direito de frequentar a sala de aula, passando pelo processo avaliativo que define a

seriação, mas também é encaminhado à Casa do Migrante, onde solicita a documentação para continuar no Brasil e ter a garantia de direitos como o acesso à saúde, educação, assistência social entre outros.

O capítulo II da Deliberação 09/01 do Conselho Estadual de Educação, em seus Artigos 21 a 27 tratam da classificação e reclassificação dos alunos estrangeiros, conforme segue:

Art. 21 – Classificação é o procedimento que o Estabelecimento adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais. Art. 22 – A classificação pode ser realizada: a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, etapa, ciclo, período ou fase anterior na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase ou etapa adequada. Parágrafo Único – Fica vedada a classificação para o ingresso na primeira série do Ensino Fundamental. Art. 23 – A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes medidas administrativas para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais: a) proceder avaliação diagnóstica documentada pelo professor ou equipe pedagógica; b) comunicar ao aluno ou responsável a respeito do processo a ser iniciado para obter deste o respectivo consentimento; c) organizar comissão formada por docentes, técnicos e direção da escola para efetivar o processo; d) arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados; e) registrar os resultados no histórico escolar do aluno. Art. 24 – Reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar. Art. 25 - O resultado do processo de reclassificação realizado pela escola, devidamente documentado, será encaminhado à SEED para registro. Art. 26 - Caberá ao órgão competente da SEED, acompanhar durante dois anos, o aproveitamento escolar do aluno beneficiado por processo de reclassificação, nos casos que julgar necessários. Art. 27 – Ficam vedadas a classificação ou reclassificação para etapa inferior à anteriormente cursada.

Em atendimento à deliberação citada é que as secretarias das escolas e a SMED realizam as matrículas dos alunos estrangeiros, garantindo o direito ao acesso à educação. Questionados sobre a efetivação da matrícula nos casos em que as famílias chegam sem a documentação, tanto a diretora quanto a secretária da escola afirmaram que o direito do aluno em frequentar a escola é respeitado, mas que a matrícula só poderá ser registrada no sistema após a apresentação da documentação exigida.

As crianças são matriculadas e a gente pede que as famílias vão até a casa do imigrante, para que legalizem a situação (quando não tem documento). Mas quando tem, eles trazem e a matrícula é feita baseando-se inicialmente na série que consta nesse documento. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Sim, pode e deve. Mas é necessário formalizar a documentação na casa do imigrante depois, o que não é gratuito e é bem complexo, por isso, muitos acabam não resolvendo a situação com a documentação e os alunos não são inseridos no sistema, mas continuam frequentando a escola, porque é um direito. (Coordenadora Pedagógica, junho, 2019).

Assim, a matrícula nem sempre é efetivada. Nós não podemos negar a vaga, mas ficamos aguardando essa documentação e a criança frequenta a escola sem estar devidamente matriculada, às vezes nem entra nos índices de alunos da escola, e quando vemos, já foi embora pra outro bairro ou voltou para o seu país, nem avisam na maioria das vezes. (Secretária Escolar, junho, 2019).

O processo avaliativo dos alunos estrangeiros que frequentam as escolas municipais de Foz do Iguaçu contém vários módulos, e as informações destes levam a equipe pedagógica à definição da série na qual o aluno estrangeiro irá cursar nas escolas públicas municipais. Desta forma, o processo de recepção e acolhimento está diretamente ligado à definição da série na qual o aluno estrangeiro irá frequentar, pois quando a família apresenta a documentação exigida pela SMED e nela há registros da série na qual este aluno frequentava em seu país de origem, o mesmo é encaminhado diretamente à mesma série, para a continuidade dos estudos, não sendo necessário realizar a avaliação inicial diagnóstica no primeiro momento.

Nesse caso, a equipe pedagógica acompanha o processo de adaptação do aluno nesta série, quando esta adaptação ocorre conforme o esperado e o aluno não apresenta dificuldades na aprendizagem, ele continua os estudos normalmente até concluir a série, porém nos casos onde a equipe pedagógica e o professor da turma percebem que não há condições de adaptação na série, o aluno é encaminhado para realizar a avaliação diagnóstica, o que a escola chama de reclassificação. E assim, a equipe pedagógica faz a reclassificação, definindo a série mais adequada às condições reais de aprendizagem do aluno estrangeiro.

A seguir, são apresentados o resumo dos relatos dos entrevistados, através da formação de redes que se conectam com a categoria de análise sobre a Matrícula de alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu. Contata-se que é a apresentação da documentação realmente

facilita o processo de definição da seriação e matrícula do aluno, que nesses casos, nem sempre necessita passar pela avaliação inicial. Mas, mesmo não apresentando a documentação, o direito ao acesso é adquirido.

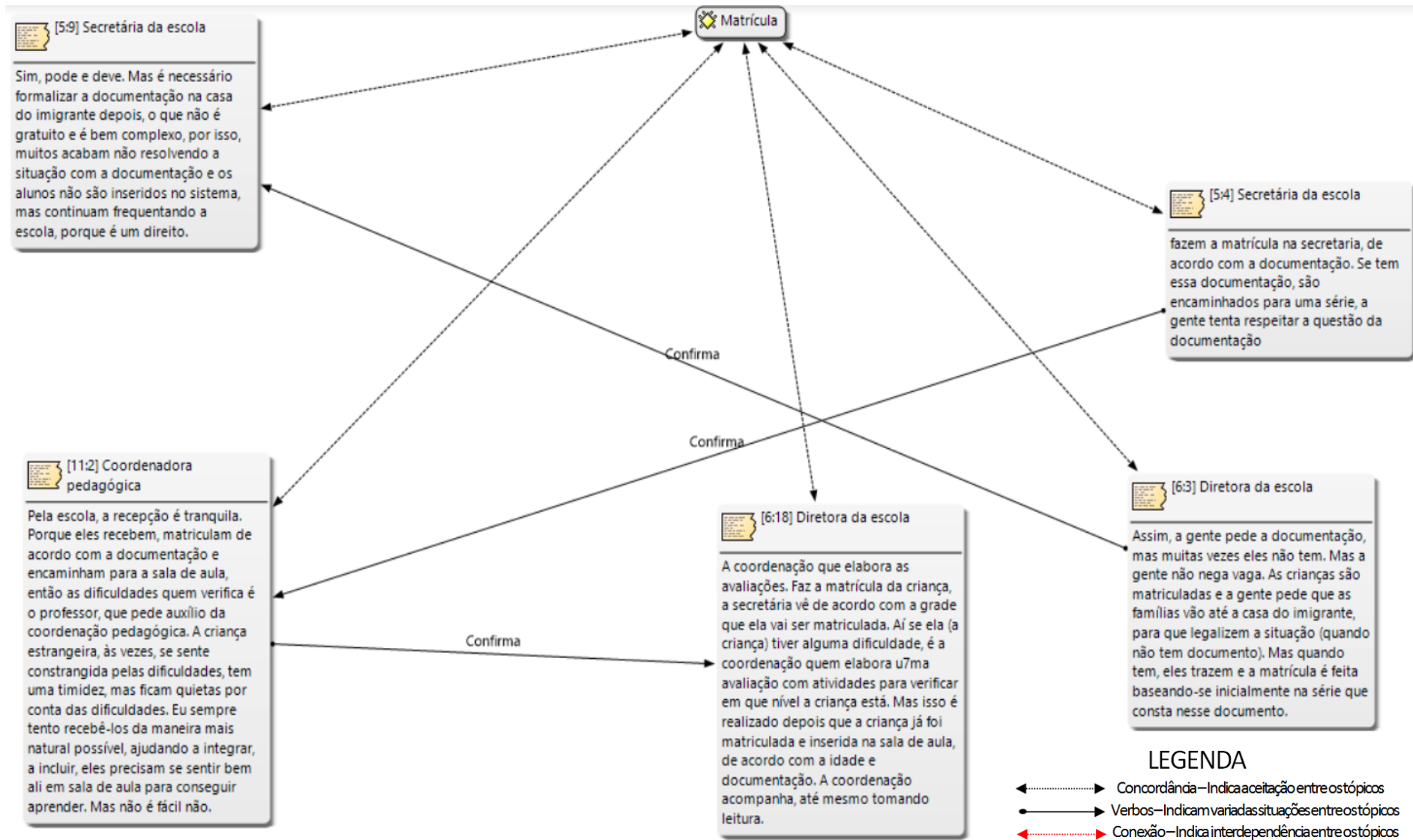


Figura 9 - Categoria de Análise: Matrícula dos Alunos Estrangeiros

FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do Atlas TI (2019).

3.2.4 Reclassificação e Falhas no Encaminhamento

Após a efetivação da matrícula do aluno estrangeiro ocorre encaminhamento para a série/ano que a equipe pedagógica classificar como mais adequada, e inicia-se o período de adaptação escolar do mesmo. Em alguns casos, o professor percebe que o aluno não conseguirá acompanhar o nível de conteúdos exigidos para a série/ano e recorre à equipe pedagógica, que por sua vez, a equipe pedagógica que, por sua vez, acompanha este aluno nas aulas de apoio pedagógico por algumas semanas. A partir do momento em que se conclui que não haverá possibilidade de permanência na série matriculada, uma nova avaliação para fins de reclassificação é aplicada.

Isso [a matrícula] depende do lugar de origem deles, tem alunos que vem de escola que era por ciclo, por série. Depende do documento que eles têm. O ano passado recebi um aluno que veio do Paraguai, sem documentação legal nem nada. Então ele tinha 10 anos e veio para matrícula do 1º ano, só que um aluno assim que tinha um conhecimento bem mais apurado, porque a irmã mais velha auxiliava ele em casa. Então, eu consegui fazer um processo de reclassificação com ele e consegui colocá-lo no segundo ano, com a ajuda da equipe pedagógica. Ele se sentia assim, numa monotonia total trabalhando aquelas atividades de primeiro ano, imagine. Era pontilhado, letrinhas com vogais. No ano anterior, ele estudava no Paraguai, primeiro ano, veio pra cá, continuou no primeiro ano, porque não tinha terminado lá. Então assim, bem complicado. Mas conseguimos esse processo de reclassificação, a escola começou e a SMED nos auxiliou a concluir... Penso que deveriam cobrar do poder público sobre a criação de uma política de atendimento ao estrangeiro, não só educacional, mas também social, já que um afeta o outro. (Professor 3, junho, 2019).

Ele primeiro vai para a sala de aula, tem contato com os materiais didáticos da série referente a documentação e idade, e como eu disse, depois se apresentar muitas dificuldades, é encaminhado para uma avaliação com a coordenação pedagógica para realizar uma reclassificação. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Cheguei a encaminhar o aluno estrangeiro para reclassificação em anos anteriores. Que é quando eles fazem provinhas para verificar qual a melhor série para frequentarem até se adaptar. (Professora 1, junho, 2019).

A gente recebe o aluno em sala de aula quando esse processo de definição da série já foi realizado. Mas sei que na maioria das vezes, eles matriculam de acordo com a documentação, mas algumas vezes, precisamos encaminhar o aluno para a equipe pedagógica aplicar avaliação de reclassificação. (Professor 1, junho, 2019).

O ano passado recebi um aluno que veio do Paraguai, sem documentação legal nem nada. Então ele tinha 10 anos e veio para matrícula do 1º ano, só que um aluno assim que tinha um

conhecimento bem mais apurado, porque a irmã mais velha auxiliava ele em casa. Então, eu consegui fazer um processo de reclassificação com ele e consegui colocá-lo no segundo ano, com a ajuda da equipe pedagógica. Ele se sentia assim, numa monotonia total trabalhando aquelas atividades de primeiro ano, imagine. Era pontilhado, letrinhas com vogais. No ano anterior, ele estudava no Paraguai, primeiro ano, veio pra cá, continuou no primeiro ano, porque não tinha terminado lá. Então assim, bem complicado. Mas conseguimos esse processo de reclassificação, a escola começou e a SMED nos auxiliou a concluir. (Professor 3, junho, 2019).

Em outros casos, pode ocorrer que, por falta de orientação ou mesmo descuido da equipe pedagógica, do professor e da escola de modo geral, o aluno estrangeiro seja encaminhado para turmas de classe especial, pois a falta de compreensão da língua portuguesa nas atividades disponibilizadas na avaliação inicial ou mesmo no dia a dia em sala de aula, acaba levando a equipe pedagógica a interpretar aquela dificuldade linguística como um nível de dificuldade de aprendizagem avançado. Nos relatos da diretora-geral do ensino fundamental e da secretária municipal de educação ficam claro que a SMED não concorda com este tipo de decisão e, portanto, orienta que a situação seja reanalisada, fazendo também um acompanhamento.

(...) tem crianças sendo encaminhadas para a avaliação da Educação Especial, por motivo de língua estrangeira. Então assim, isso não pode acontecer dentro do município. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019).

Hoje de manhã, eu fiquei sabendo de uma situação que o aluno foi para a classe especial porque ele é estrangeiro. Não, ele não é caso de classe especial, ele precisa ser avaliado. Então assim, não é porque ele não fala a língua portuguesa, que ele é um caso de classe especial. Nem sempre, se for, tudo bem. Mas, não é o caso de ele ser estrangeiro que ele é classe especial. Ele precisa de um atendimento especializado, para que ele consiga desenvolver os conteúdos de uma outra língua que ele está sendo inserido nesse momento. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Segue o resumo dos relatos dos entrevistados, formando as redes que se conectam com a categoria de análise da Reclassificação e Falhas no Encaminhamento. Um dos destaques dessa rede é sobre a influência que a recepção e acolhimento ao aluno e sua família exerce sobre a classificação, a matrícula, bem como nas falhas no encaminhamento.

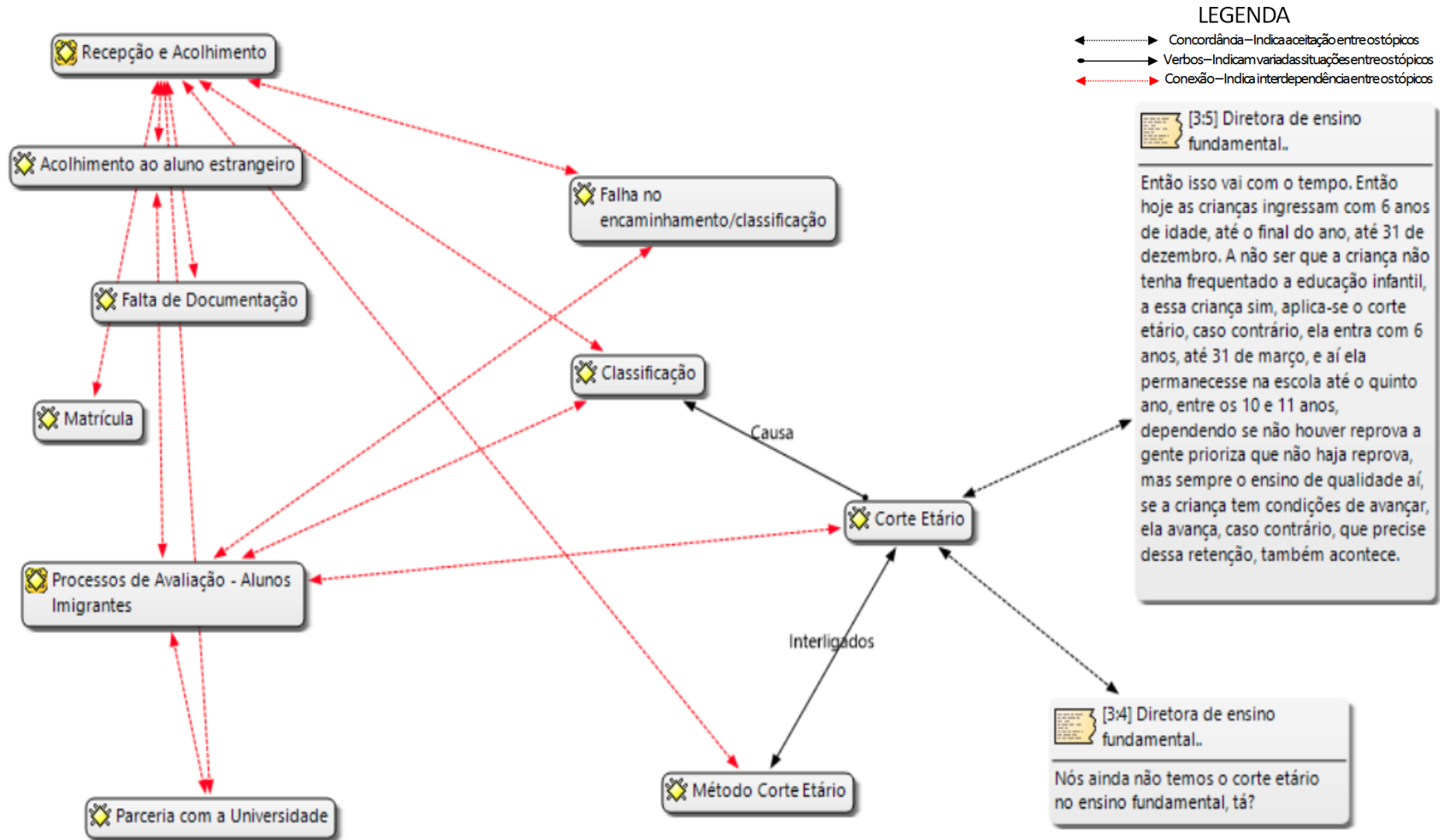


Figura 10- Categoria de Análise: Reclassificação e Falhas no Encaminhamento dos Alunos Estrangeiros
FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Atlas TI (2019).

Na figura 11, a representação buscou compreender sobre o processo avaliativo voltado aos alunos estrangeiros de forma geral, passando por cada uma das etapas desde a recepção da família estrangeira até a adaptação escolar do aluno, trazendo alguns dos possíveis caminhos que se pode percorrer.

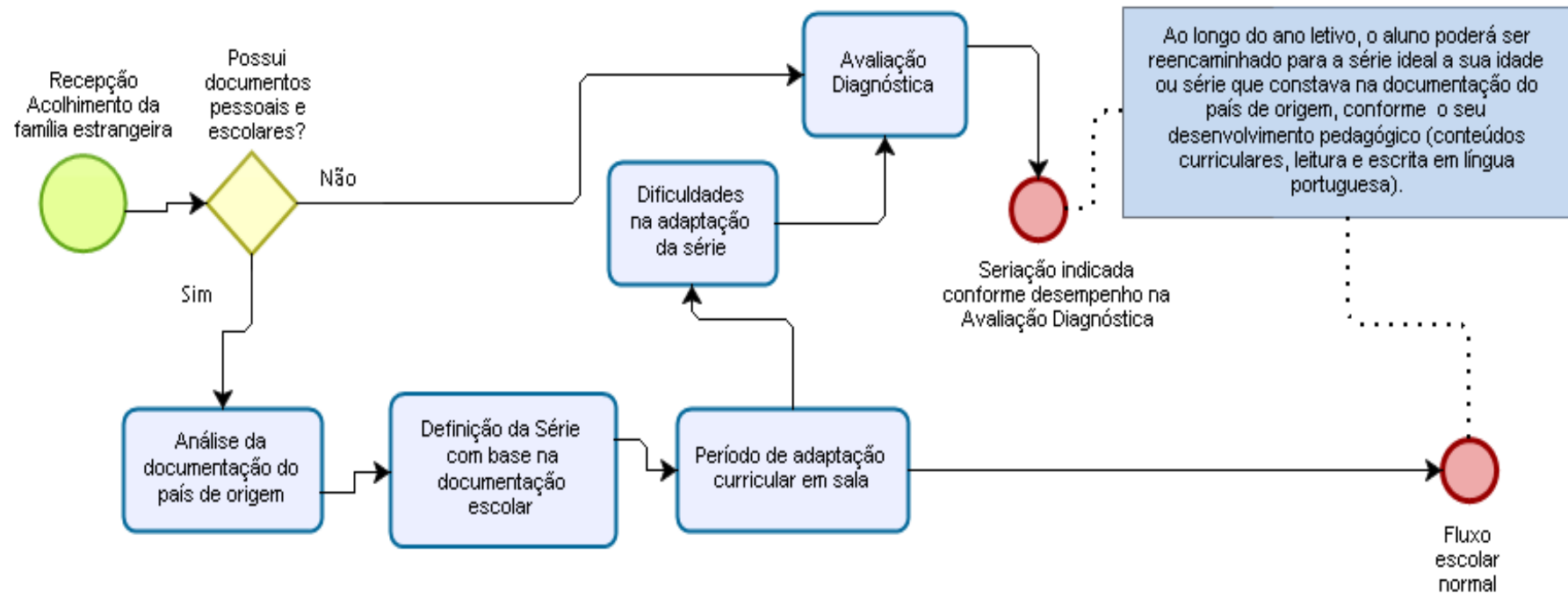


Figura 11- Processo avaliativo voltado aos alunos estrangeiros que frequentam as escolas municipais em Foz do Iguaçu
Fonte: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Bizagi Modeler, 2019.

3.3. ADAPTAÇÃO ESCOLAR, ACOMPANHAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO E DOS ALUNOS ESTRANGEIROS

Mesmo o foco desta pesquisa sendo o processo de recepção e avaliação do aluno estrangeiro, cabe ressaltar que o atendimento do aluno estrangeiro não para por aí, após a definição da série/ano na qual o aluno irá cursar e o encaminhamento à sala de aula, é importante que seja realizado o acompanhamento pedagógico, para que a escola possa verificar os avanços e/ou dificuldades desse aluno e, com isso, buscar alternativas que melhor atendam a situação. Durante os relatos, tanto os professores quanto a gestão da escola e da SMED citaram a importância do acompanhamento pedagógico na adaptação escolar do aluno estrangeiro, bem como o contato frequente com a família desse aluno.

(...) As dificuldades quem verifica é o professor, que pede auxílio da coordenação pedagógica. A criança estrangeira, às vezes, se sente constrangida pelas dificuldades, tem uma timidez, mas ficam quietas por conta das dificuldades. Eu sempre tento recebê-los da maneira mais natural possível, ajudando a integrar, a incluir, eles precisam se sentir bem ali em sala de aula para conseguir aprender. Mas não é fácil não. (Professora 1, junho, 2019).

Ele está no terceiro ou até no segundo ano, pedagogicamente falando. E aí precisa de um apoio danado, precisa de um acompanhamento para chegar no nível da série que condiz com a idade e a documentação. Sabe que isso aí é um caso muito sério? Porque é assim, o professor na sala, não vai conseguir dar o atendimento que a criança precisa. Então, é muito complicado para o professor atender um aluno estrangeiro. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Muitos deles acabam reprovando no primeiro ano, por causa da defasagem de conteúdos, mas eles se adaptam bem à escola. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Ainda sobre a adaptação escolar, outro ponto relevante que foi levantado nas entrevistas é a relação entre professor e aluno estrangeiro e também entre os colegas brasileiros com os alunos estrangeiros na escola. Os entrevistados relataram que, apesar das dificuldades enfrentadas em razão da língua falada e escrita, das diferenças em relação à cultura e aos costumes, entre outras barreiras que poderiam dificultar a comunicação entre os alunos brasileiros e estrangeiros, as crianças convivem muito bem, respeitam os colegas estrangeiros e reagem positivamente quanto à língua

estrangeira, eles acham diferente, mas gostam da ideia de ter um colega que fala “diferente”.

(...) Eu vejo as crianças, elas têm uma facilidade muito grande de aprendizagem, muito maior do que nós adultos, e eles interagem muito rápido. É muito rápido. Nós tínhamos na escola o aluno que falava fluentemente o árabe e falava o português, e daí a mãe vinha e não falava nada. E estava o mesmo tempo aqui no Brasil. Nós tínhamos um aluno chinês, há uns três ou quatro anos atrás, não lembro. E ele rapidinho aprendeu a falar assim enrolado, mas ele misturava no caderno tudo, mas ele falava. Quando vinha a família, era um problema, nós tínhamos que chamar o aluno, porque a família não conseguia comunicação. Então assim, as crianças, elas têm essa facilidade, do conhecimento, eles são mais abertos a aprender, de repente, eles têm uma facilidade maior. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Eles se adaptam muito rápido, mas nem sempre conseguem ser aprovados no final do ano, às vezes, precisamos retê-los na mesma série por mais um ano para recuperar os conteúdos que não aprenderam. (Professor 1, junho, 2019).

As crianças são sempre muito receptivas, e apesar da timidez daqueles que vêm de outros países, que são retraídos na maioria das vezes, eu acho que por causa do idioma, eles logo se enturmam. (Professor 2, junho, 2019).

Nas relações entre professor e aluno os relatos apontam que, apesar das dificuldades que ambos enfrentam nos primeiros contatos, na maioria das vezes as relações são positivas, os professores se esforçam para serem compreendidos apesar das barreiras linguísticas e os alunos estrangeiros apresentam um “bom comportamento”, são quietos e esforçados.

Há relatos de professores que enfrentaram muitas dificuldades a depender do tempo de experiência em sala de aula ou até mesmo do suporte recebido da equipe pedagógica. Também são relatadas situações envolvendo a dificuldade que alguns alunos apresentam na compreensão dos conteúdos tanto por serem escritos em língua portuguesa quanto pela diferença nos conteúdos ensinados por série no país de origem ou ainda porque alguns apresentam dificuldades de aprendizagem.

A dificuldade acontece tanto para o aluno, quanto para o professor, porque o professor ele também passa por esse período de adaptação, e a gente precisa sim, às vezes fica até angustiada em receber bem essa criança. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019).

Apesar dessa demora deles conseguirem se comunicar com o professor, a relação entre professor aluno é muito boa, quando eles passam a confiar na gente, tudo flui. (Professor 3, junho, 2019).

Normalmente eu como professora é que busco me adaptar a eles, procuro me fazer entender, busco traduzir algumas palavras, nem que seja com a ajuda do dicionário. (Professor 2, junho, 2019).

Eu busco fazer o máximo que posso, assim como a escola também. A minha relação com eles é sempre boa, a linguagem do amor é universal e eu gosto muito da minha profissão, então, ensino com carinho e paciência. (Professor 2, junho, 2019).

Na medida do possível, busco me fazer entender e compreendo eles também, mas reforço que não é fácil. Penso que precisamos melhorar muito nisso. (Professor 1, junho, 2019).

A escola dispõe do apoio pedagógico, mas as ferramentas dependem do professor, eu busco utilizar material concreto, fichas de leitura, vídeos em português e espanhol, faço rodinhas de conversa, me viro pra tentar deixar a aula mais interessante para aquela criança. (Professor 3, junho, 2019).

Numa escola, a gente teve o caso de uma aluna que veio dos Estados Unidos, e ela era excelente em matemática, só que não falava uma palavrinha em português, nós tínhamos uma professora de inglês na escola, ela nos ajudou traduzindo, a gente fazia avaliação para atividades com ela e ela fazia, uma gracinha, mas o problema dela é exatamente só a linguagem, só! Ela não tinha mais outro problema. Então assim, imagina colocar na classe especial, um crime! (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Nas primeiras vezes que atendi um aluno estrangeiro eu ainda era muito jovem e sem experiência como professora, a escola onde eu trabalhava não dava o suporte que eu precisava e eu acabava me sentindo péssima com aquele aluno. Lembro dos olhinhos dele toda vez que eu não o entendia ou quando ele não me entendia. Aquilo me incomodou a ponto de eu estudar um pouco de espanhol pela internet, algo bem básico, mas ajudou bastante. Hoje, após alguns anos como professora, eu ainda sinto dificuldades no atendimento deles, mas já sei como deixar o aluno mais confortável em sala de aula. Ele não sente a minha insegurança. (Professor 4, junho, 2019).

Foi bem difícil, eu sentia dificuldade da parte deles comigo, eles tinham insegurança para se comunicar, estavam sempre quietos, retraídos, como quem tem vergonha de falar algo de errado. A gente tenta ter maior acesso a eles, mas demora um pouco até conseguir essa abertura. (Professor 3, junho, 2019).

Ainda sobre a adaptação escolar dos alunos estrangeiros, a questão da língua é fator que se repete nos relatos, sendo possível perceber que além de dificultar a comunicação também pode interferir negativamente nas questões pedagógicas caso não se tome cuidados e se faça um acompanhamento desses alunos.

Mas, às vezes, o professor, ele não sabe como (atender). É difícil, você tem que fazer um trabalho em uma situação que você não conhece, que você não sabe como trabalhar. Então a importância da gente está trabalhando com os professores, de como vão trabalhar principalmente o espanhol, que é o nosso foco maior, o inglês

também, mas a gente tem casos de chineses, tem caso árabe aqui no município, nós temos todas as línguas. Então o professor, muitas vezes, se depara com uma situação que é difícil de trabalhar. A dificuldade dele é o, não o conhecimento, é o como fazer esse trabalho, então é aí que o professor precisa do apoio. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Nós tínhamos na escola o aluno que falava fluentemente o árabe e falava o português, e daí a mãe vinha e não falava nada. E estava o mesmo tempo aqui no Brasil. Nós tínhamos um aluno chinês, há uns três ou quatro anos atrás, não lembro. E ele rapidinho aprendeu a falar assim enrolado, mas ele misturava no caderno tudo, mas ele falava. Quando vinha a família, era um problema, nós tínhamos que chamar o aluno, porque a família não conseguia comunicação. Então assim, as crianças, elas têm essa facilidade, do conhecimento, eles são mais abertos a aprender, de repente, eles têm uma facilidade maior. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Segue abaixo a figura 12 com as conexões que ligam a adaptação escolar e o comportamento dos alunos estrangeiros após a inserção em sala de aula. O que se percebe é que nesta categoria os relatos também se interligam, complementam, confirmam e justificam, o que torna clara a percepção sobre a realidade destacada pelos professores da escola e também pela equipe de gestão.

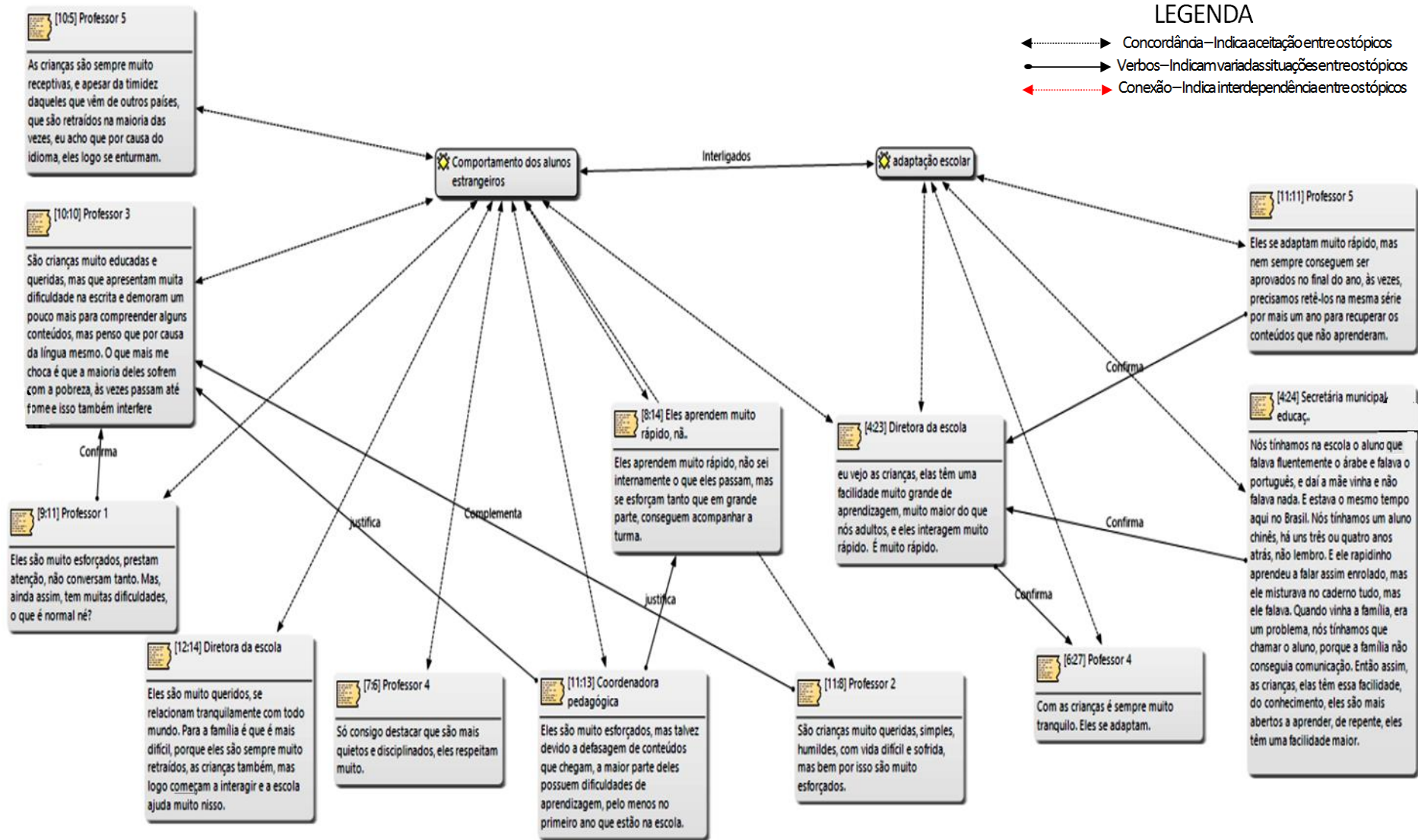


Figura 12- Categoria de Análise: Adaptação Escolar dos Alunos Estrangeiros
 FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do Atlas TI, 2019.

A figura 13 traz os resumos dos relatos sobre a importância do acompanhamento pedagógico para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

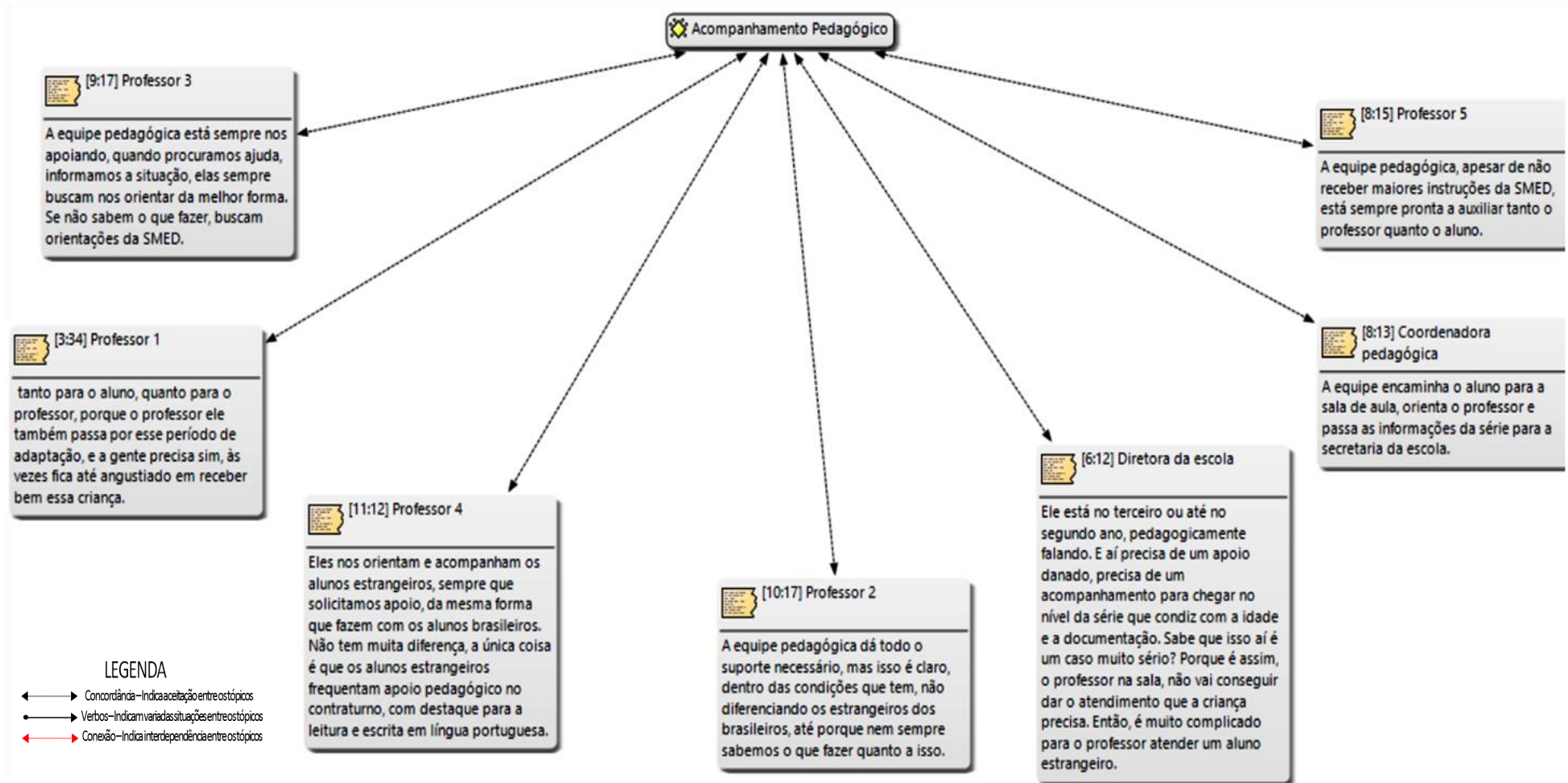


Figura 13- Categoria de Análise: Acompanhamento Pedagógico Ofertado aos Alunos Estrangeiros
 FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do Atlas TI, 2019.

Já a figura 14 traz o resumo dos relatos que citam questões de interferência da língua falada e escrita desde o processo de recepção e avaliação até o acompanhamento do aluno no cotidiano escolar.

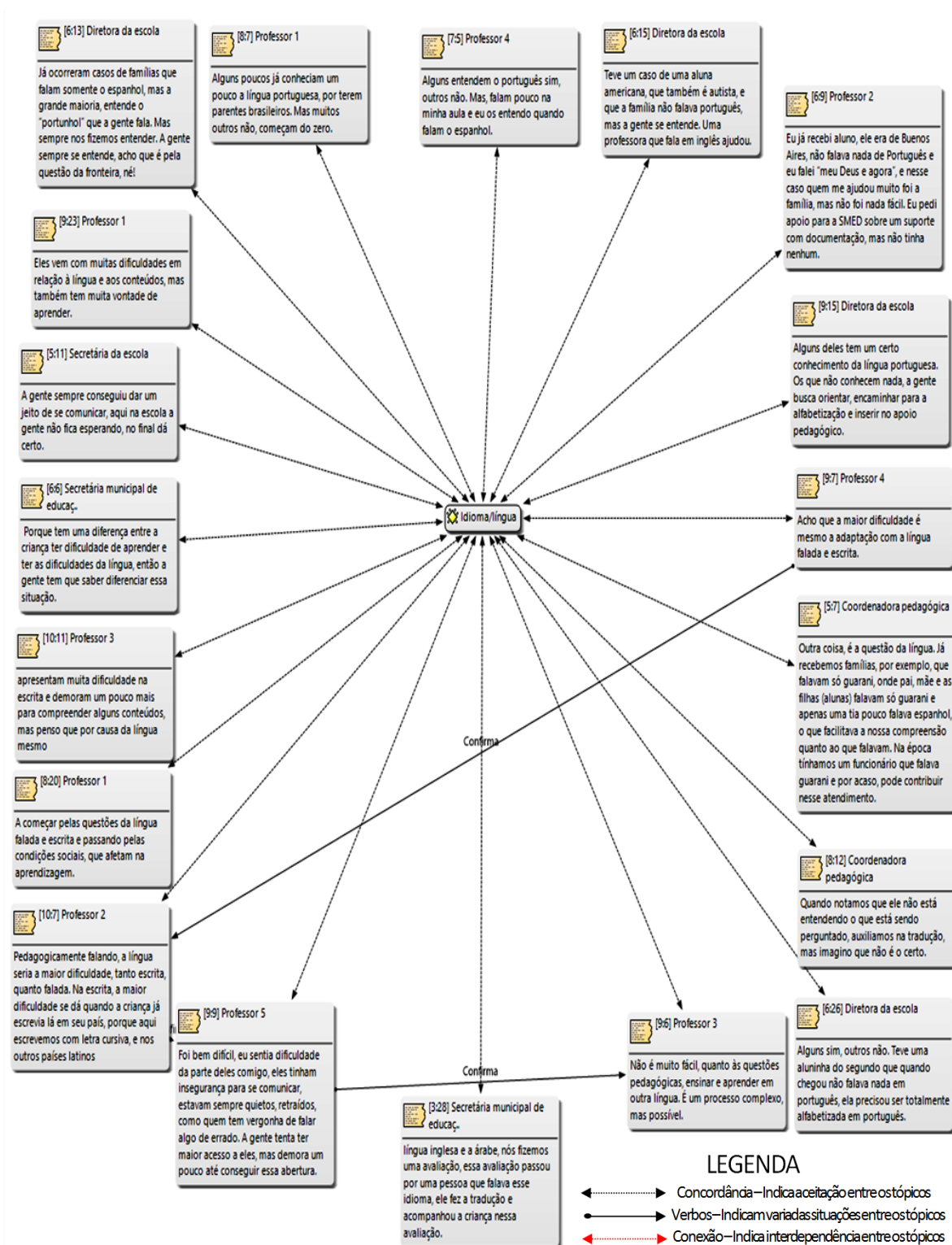


Figura 14- Categoria de Análise: Questões linguísticas

FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do Atlas TI, 2019.

3.3.1 Aproveitamento Escolar dos Alunos Estrangeiros - Aprovação, Reprovação e Abandono - Sucesso e/ou Fracasso Escolar

Outro ponto relevante em relação ao atendimento dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu é o registro das aprovações e reprovações, considerados como sucesso ou fracasso escolar. Segundo relatos retirados das entrevistas, a SMED Foz, no momento, não possui nem mesmo um mapeamento detalhado do número de alunos estrangeiros matriculados nas escolas municipais, e também não costuma mensurar os índices de aprovação e/ou reprovação dos alunos estrangeiros.

Mas, ao longo das entrevistas, percebeu-se um certo grau de desconforto, especialmente, por parte das gestoras da SMED e da diretora da escola ao serem questionadas sobre esse índice, pois, com as questões levantadas pela pesquisadora, perceberam que isso poderia contribuir para um estudo mais aprofundado sobre o atendimento de alunos estrangeiros e, com isso, buscar melhorar as práticas iniciando dos pontos mais críticos, seja por escola, região ou série.

Não, não há registro! Eu tenho, eu tenho ideia geral, onde nós temos mais dificuldades, onde aponta mais no município, que é o segundo ano, é a alfabetização o nosso problema. A gente está trabalhando muito em cima dos índices de reprovação, da alfabetização nos anos iniciais, a gente tem um registro de abandono escolar do ano passado para esse ano, que não foi legal, então eu não sei se dentro desses nós tivemos 31 alunos que abandonaram a escola, mas não conseguimos que retornassem, mas assim, desses alunos, eu não sei te falar se tem algum estrangeiro no meio, não chegamos a levantar esse dado. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

(...) Eles são muito esforçados, mas, mesmo assim, uma grande parte acaba ficando retido na série no primeiro ano, para recuperar os conteúdos." (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Muitos deles acabam reprovando no primeiro ano, por causa da defasagem de conteúdos, mas eles se adaptam bem à escola. (Diretora da Escola, junho, 2019).

A escola não costuma diferenciar essa questão, os resultados no fim do ano saem por série e turma, nunca paramos para pensar em quantos alunos estrangeiros foram aprovados ou reprovados. Talvez fosse legal, para analisar e pensar estratégias de como trabalhar. Esse seria um trabalho para a SMED. (Professor 2, junho, 2019).

Eles se adaptam muito rápido, mas nem sempre conseguem ser aprovados no final do ano, às vezes, precisamos retê-los na mesma série por mais um ano para recuperar os conteúdos que não aprenderam. (Professor 1, junho, 2019).

Não temos esses registros separados. É feito uma estatística geral, mas nunca é levado em consideração os números de alunos estrangeiros, é sempre geral. (Secretária Escolar, junho, 2019).

A figura a seguir apresenta as redes que conectam aos fatores que geram a reprovação escolar de alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu. É possível perceber entre os resumos dos relatos que eles se complementam, confirmam e até mesmo, em um dos casos, se questionam. Outro detalhe é que a análise aponta que a falha no encaminhamento e classificação do aluno é um fator que pode levar à reprovação escolar.

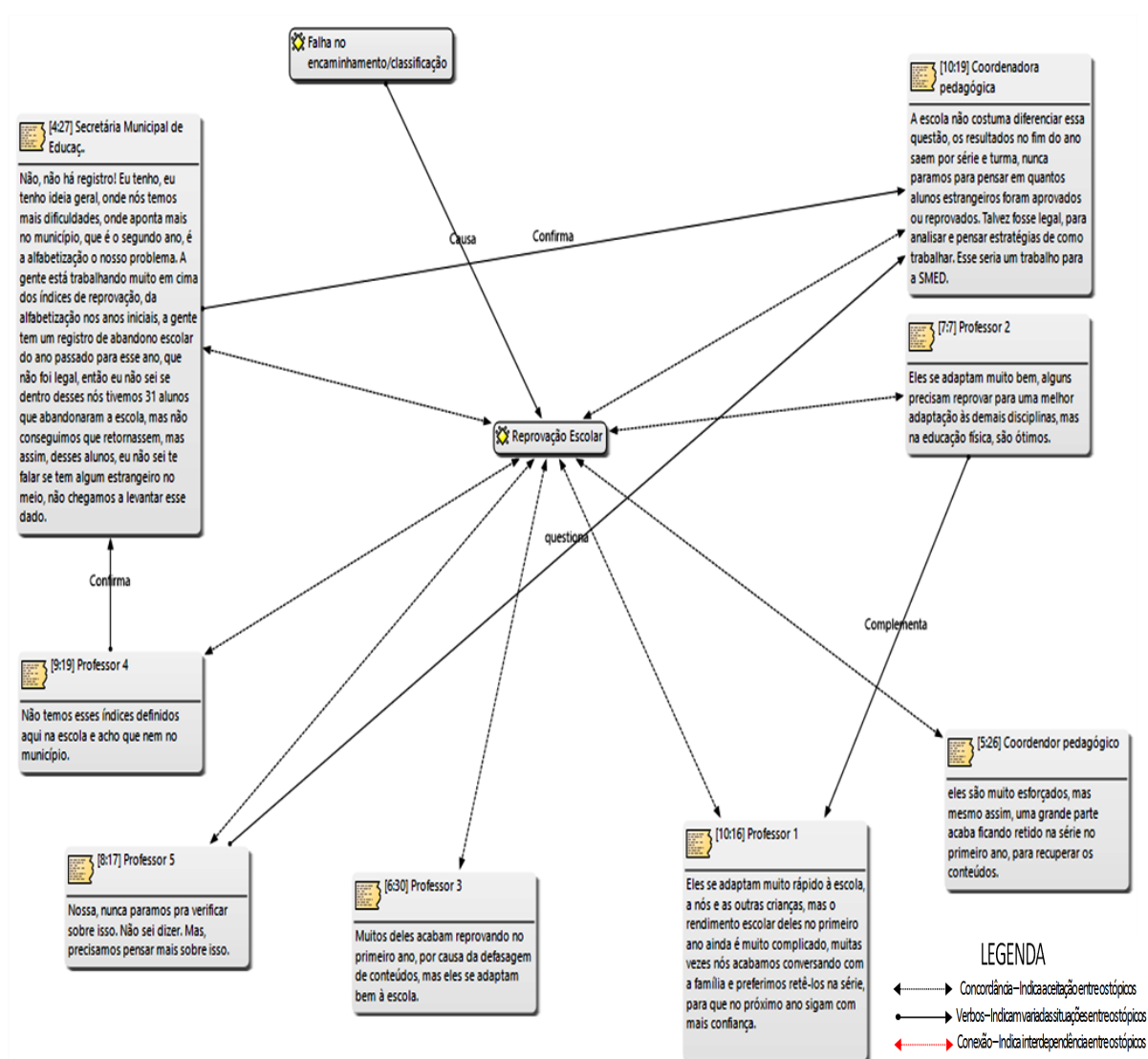


Figura 15-Categoria de Análise: Reprovação Escolar dos Alunos Estrangeiros

FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Atlas TI, 2019.

Já a figura 16 apresenta o resumo das categorias de análise que interferem no processo que leva a definição da série na qual o aluno irá frequentar, bem como suas interligações e possíveis causas.

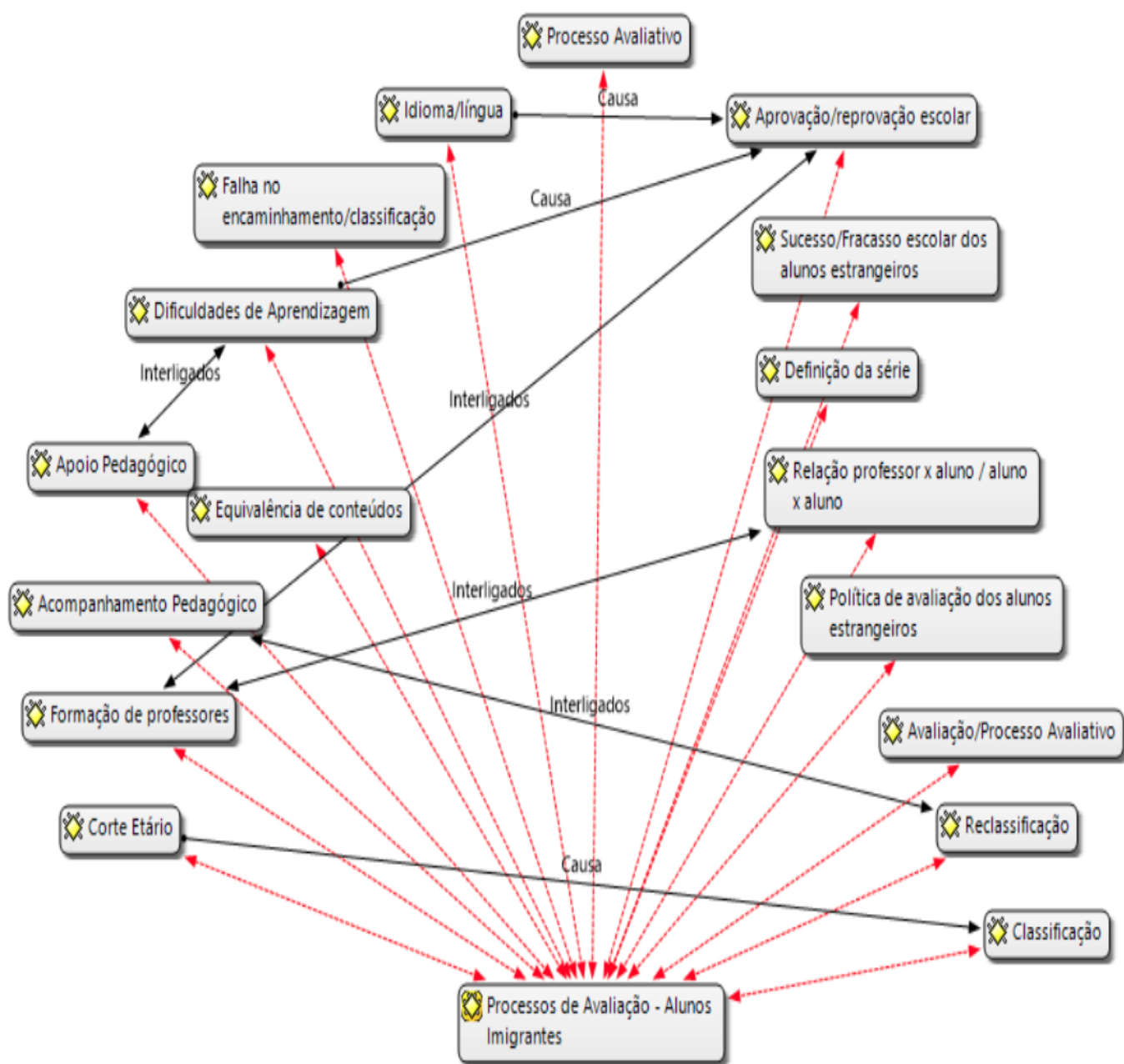


Figura 16- Categoria de Análise: Processo de Avaliação Escolar dos Alunos Estrangeiros.
 FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Atlas TI, 2019.

3.4. DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES À INCLUSÃO ESCOLAR: POR UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO ESTRANGEIRO

Ao longo dos relatos, outros dois pontos de questionamento que trouxeram reflexões importantes sobre o atendimento ao aluno estrangeiro nas escolas municipais de Foz do Iguaçu foram a formação continuada dos professores da rede municipal e também sobre a percepção do atendimento ao aluno estrangeiro ser compreendido como parte do processo de inclusão escolar.

Quando questionados sobre a importância e oferta de cursos de formação continuada pela SMED aos professores e demais servidores da rede municipal, os entrevistados relataram que sim, ao longo de cada ano letivo o Núcleo de Tecnologia Municipal - NTM, que faz parte da SMED oferta cursos de formação continuada com temáticas variadas voltado à áreas específicas ou abertos a todos os servidores da rede.

Mesmo com ofertas regulares de cursos de formação continuada pela SMED e NTM, a maioria dos entrevistados relatam não recordar se já houve oferta de cursos com temáticas envolvendo o atendimento de alunos estrangeiros. Uma das professoras comentou que soube da oferta de turmas de espanhol para acolhimento, que ocorreram na universidade em parceria com a SMED, mas que ao tentar se inscrever, não as vagas já estavam esgotadas.

Existe sim, mas nunca participei de cursos voltados à questão do atendimento de alunos estrangeiros. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Sim, aliás eu acho que nunca houve tantas oportunidades de formação continuada como agora. Mas sobre essa temática do atendimento de alunos estrangeiros, não sei dizer, acho que não teve. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Sim, existe e é muito eficiente. Mas, apesar de ter ouvido falar que no ano passado aconteceu um curso de formação em parceria com a universidade, eu não consegui vaga para participar. (Professor 5, junho, 2019).

(...) No ano passado nós fizemos formação de inglês e espanhol, mas nós temos que fortalecer e retomar esses grupos, até para essa criança, ela ser melhor entendida na escola, passar por um processo de avaliação melhor elaborado. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019).

A diretora da escola comentou que nenhum professor da escola participou do curso de espanhol para acolhimento no ano passado, mas

que seria interessante, visto que isso poderia contribuir para uma mudança na percepção sobre o aluno estrangeiro. Comentou ainda que, ela mesma nunca havia parado para pensar nas especificidades e na necessidade de um atendimento diferenciado para o aluno estrangeiro.

É perceptível o quanto a formação continuada envolvendo a temática do atendimento ao aluno estrangeiro, desde o acolhimento, passando pela avaliação inicial até o acompanhamento pedagógico se faz necessária, visto que os professores em seus relatos mencionam a insegurança e as dificuldades que enfrentam ao receber alunos estrangeiros. Todavia, verifica-se que mesmo sem uma formação que os preparem para lidar com esse atendimento, eles têm se esforçado para que a relação entre professor e aluno aconteça de forma tranquila e acolhedora.

Eu tive muita insegurança, mas hoje eu lido com isso de maneira mais tranquila, mas porque eu acostumei, não porque me sinto preparada. (Professor 3, junho, 2019).

Durante as entrevistas, outro ponto de questionamento foi a existência de políticas públicas voltadas ao atendimento dos alunos estrangeiros no Brasil, no Paraná e em Foz do Iguaçu por ser um município de fronteira e que recebe e atende tantos deles. Na escola João da Costa Viana tanto os professores quanto a diretora, a coordenadora pedagógica e a diretora desconhecem a existência desse tipo de política.

Na SMED tanto a diretora-geral do ensino fundamental quanto a secretária municipal de educação relataram que existia o PEIF e que agora estão tentando retomar, mas que não veem como uma política eficiente, até porque o PEIF previa inicialmente um acordo apenas com a Argentina e somente duas escolas faziam parte do programa.

Segundo relatos da entrevista realizada com a diretora-geral do ensino fundamental, atualmente, o município não conta com uma Política de atendimento ao aluno estrangeiro e as políticas educacionais que criadas pelo MEC não atendem especificamente às demandas envolvendo os alunos estrangeiros. Mas ambas as entrevistadas na SMED afirmam que desde o ano passado a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu se comprometeu, por meio de uma parceria com as universidades locais, de criar e fomentar uma política de atendimento ao aluno estrangeiro e sua família.

Destacaram que em 2018 a parceria com a universidade possibilitou a participação de em média 120 professores da rede, em cursos de formação voltado ao acolhimento e interculturalidade. E que em 2019 firmou-se ainda mais esta parceria, que já iniciou o mapeamento linguístico dos alunos estrangeiros matriculados nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, estão realizando visitas às escolas para levantamento de dados que possibilitem um melhor entendimento da realidade envolvendo esses alunos e tem se reunido continuamente com os servidores da SMED para estruturar um protocolo de atendimento desde o acolhimento para os alunos estrangeiros e suas famílias no município.

Questionados sobre a importância dessas políticas, as respostas foram unânimes, os entrevistados acreditam que a criação de uma política que oriente o atendimento dos alunos estrangeiros em Foz do Iguaçu é fundamental para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos alunos estrangeiros e suas famílias, para os professores e a escola de modo geral. Alguns destacam que a padronização de um protocolo de atendimento e o apoio da SMED ao receber o aluno estrangeiro na escola seria essencial para qualificar o trabalho que a escola já realiza, mas com dificuldades.

Não, eu não tenho conhecimento sobre a existência de uma política para isso. Acredito que não exista. Acho que poderia se criar um protocolo, ao menos para argentinos e paraguaios que são a maior demanda. Aí poderia se criar um outro que adaptasse às demais nacionalidades, mas essa é uma necessidade urgente. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Não conheço. Mas vou buscar pesquisar, fiquei curiosa sobre o assunto. Mas, com certeza a existência de uma política de atendimento aos alunos estrangeiros poderia nos orientar muito mais. É uma necessidade aqui em nossa região, espero que pensem nisso logo. Porque isso é responsabilidade do poder público. (Professor 3, junho, 2019).

Nunca tinha pensado nisso, mas agora aqui refletindo, penso que seria ótimo. Nos ajudaria muito a atender melhor esses alunos estrangeiros. Seria muito bom que tivesse uma formação direcionada ao atendimento do aluno estrangeiro, com práticas pedagógicas para aplicarmos a eles, com a produção de uma ficha que servisse para todas as escolas, algum documento padrão que orientasse esse atendimento, que nos auxiliasse a fazer esse atendimento da melhor forma, seria excelente. (Professor 2, junho, 2019).

(...) Seria muito importante ter uma política que norteie, que garanta direitos e proteja essas crianças de qualquer injustiça e também facilite o trabalho da escola, do professor. (Professor 1, junho, 2019).

(...) Acho que outras políticas elas são necessárias que sejam trabalhadas dentro da escola e até para as crianças aprenderem sobre a valorização desses alunos que estão chegando. O

acolhimento, de uma maneira correta, desses alunos, a inserção desses alunos do nosso meio social, não só dos alunos, mas da família de uma maneira geral. Nós não temos um projeto específico a gente pede muitas vezes ajuda para a UNILA, a Jorgelina, vocês né, que nos ajudam quando é o caso dos alunos que falam espanhol. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Se essa criança viesse encaminhada, se tivesse um protocolo de atendimento vindo da SMED, com atividades, com provas na língua deles, eu acho que nossa, iria auxiliar e facilitar muito. O aluno seria melhor atendido, não correríamos tantos riscos e ainda facilitaria o trabalho da escola. Pra gente que mora na tríplice fronteira, se já tivesse algo assim, seria muito melhor. (Professor 2, junho, 2019).

Penso que poderíamos melhorar, tanto na escola quanto na SMED. Poderia ter alguns documentos e cursos que orientassem o atendimento desses alunos que vêm de outro país. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Minha sugestão é para que olhem com mais cuidado para a situação que envolve o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas do município. Aqui é fronteira, precisamos esclarecer sobre como atendê-los. A necessidade de uma política que oriente esse atendimento é muito grande. Vamos cobrar isso. (Professor 4, junho, 2019).

Penso que deveriam cobrar do poder público sobre a criação de uma política de atendimento ao estrangeiro, não só educacional, mas também social, já que um afeta o outro. (Professor 3, junho, 2019).

A escola precisa se adaptar, com auxílio da SMED, o professor que receber alunos estrangeiros, precisa ter um suporte, com intérprete, com regras que orientem esse atendimento. Seria muito importante ter uma política que norteie, que garanta direitos e proteja essas crianças de qualquer injustiça e também facilite o trabalho da escola, do professor. (Professor 1, junho, 2019).

Segue figura 17, que apresenta resumo dos relatos dos professores quanto a necessidade de uma política de atendimento ao aluno estrangeiro.

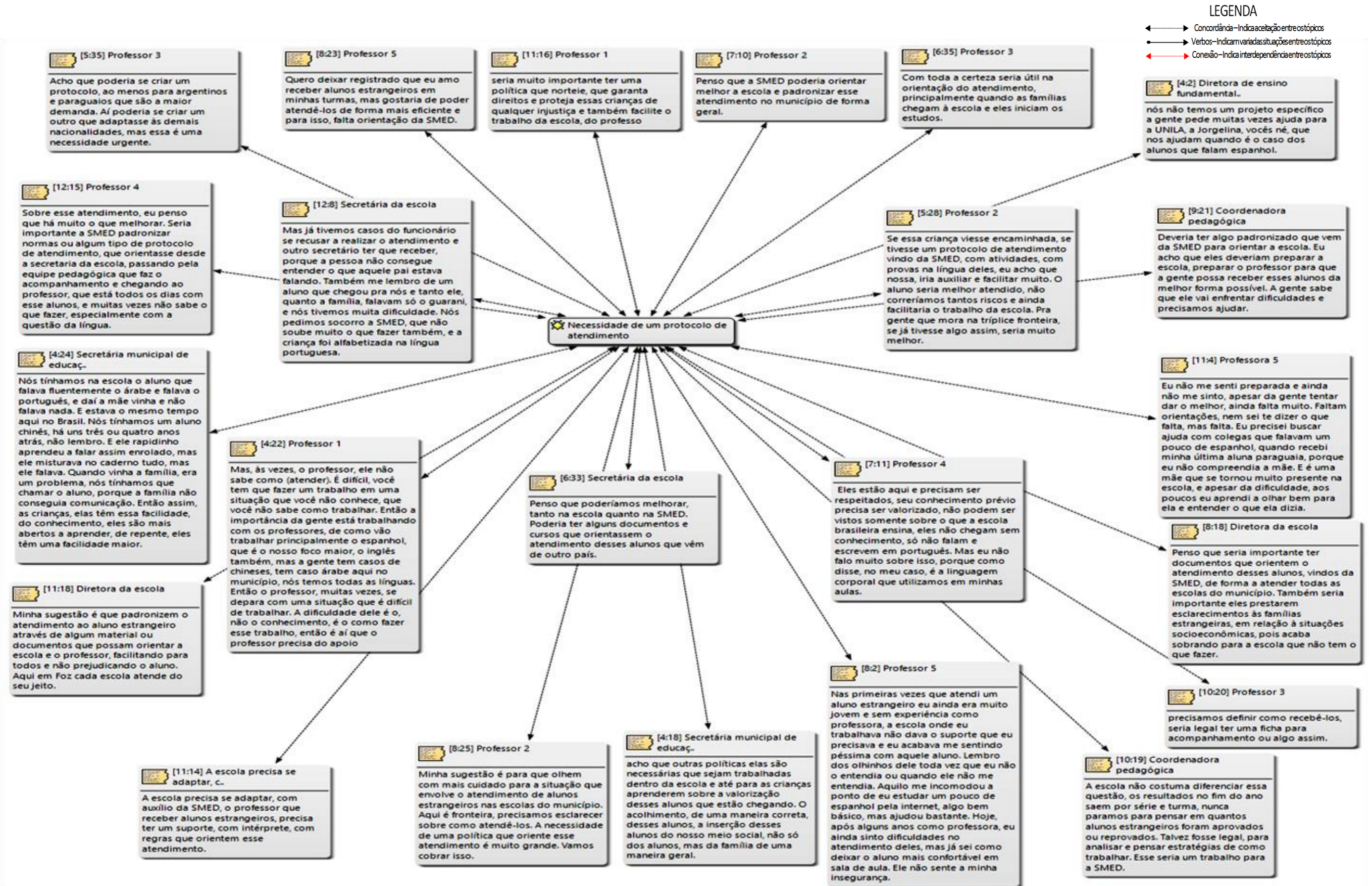


Figura 17- Categoria de Análise: Necessidade de um Protocolo de Atendimento aos Alunos Estrangeiros.
 FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do Atlas TI, 2019.

3.4.1 Parceria com a universidade

Ao longo das entrevistas com a secretária municipal de educação e também com a diretora-geral do ensino fundamental percebeu-se que um dos pontos que mais apareceram nos relatos foi a parceria existente entre a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu com as universidades locais: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e o Instituto Federal do Paraná - IFPR. Destacam-se as ações desenvolvidas por grupos de pesquisa da UNILA, que desde 2017 vem desenvolvendo projetos que relatam a temática do atendimento ao aluno estrangeiro no município, abordando questões que envolve a fronteira e suas especificidades.

Segundo a secretária municipal, a parceria se fortalece a cada dia e, conforme já mencionado, tal parceria visa criar e desenvolver uma política voltada ao atendimento do aluno estrangeiro e sua família. Neste contexto, já foram ofertados cursos de capacitação para os professores da rede municipal, com a temática do espanhol para acolhimento e sobre a interculturalidade. Também estão levantando dados para a criação de um mapa sociolinguístico a partir da realidade vivenciada nas escolas municipais e desenvolvendo um protocolo de acolhimento com objetivo de padronizar o atendimento inicial aos alunos e famílias estrangeiras. Há, ainda, a oferta, futuramente, de aulas de espanhol para brasileiros e o apoio nas aulas de português para estrangeiros, bem como diversas outras ações com foco nos estudos linguísticos e interculturais.

(...) Quanto ao atendimento do aluno estrangeiro, especificamente não! Mas, nós temos desde 2017, uma parceria com a UNILA, com esse projeto de interculturalidade, aonde a gente vem com uma preocupação muito grande, pelo nosso município ser de fronteira. Traçar os nossos atendimentos, junto com a UNILA, que é nossa parceira nesse projeto. (Diretora-geral do Ensino Fundamental, maio, 2019).

(...) Uma parceria que já foi assinada no ano passado, de fazer um trabalho com as aulas de Espanhol, já foi feito na primeira parte de um trabalho com os professores na língua inglesa e espanhola. A situação de trabalhar a língua espanhola nas escolas, é um projeto que é em parceria com a UNILA, nós conversávamos hoje de manhã da gente começar na cidade, na Vila C, e para a gente ir expandindo depois, até quer pegar todas as escolas. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Segue figura 18 com trechos dos relatos que citam a parceria da Prefeitura de Foz do Iguaçu com as universidades, em especial a UNILA do desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento dos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

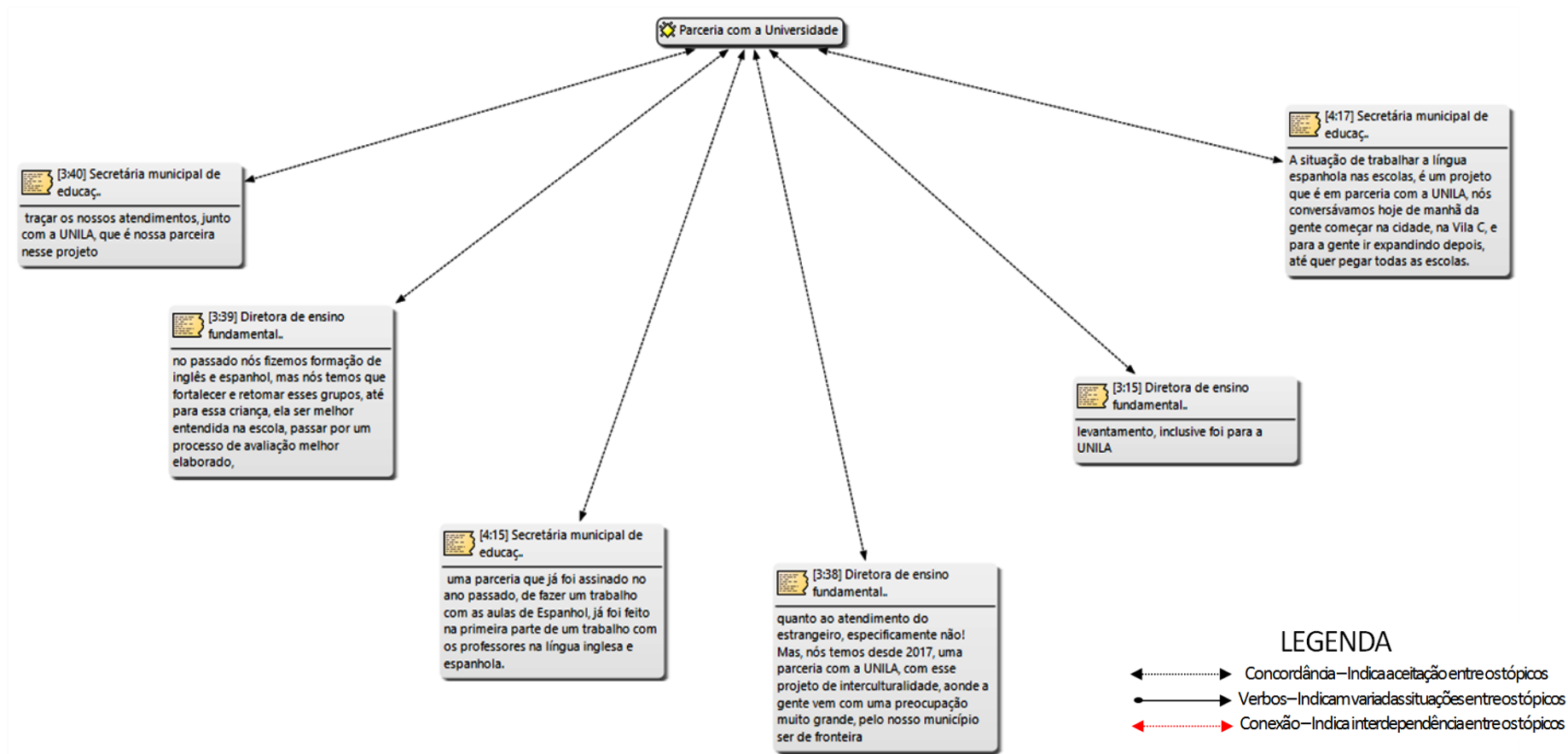


Figura 18- Categoria de Análise: Atendimento dos Alunos Estrangeiros e Educação Inclusiva
FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Atlas TI, 2019.

3.5. QUESTÕES DE TERRITÓRIO, FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E OS REFLEXOS NA ESCOLA

Durante as entrevistas, professores, diretoras e secretárias citaram diversas por vezes situações do cotidiano escolar que estão atreladas ou são influenciadas pelo contexto transfronteiriço no qual o município está inserido. Destacam-se situações envolvendo a pobreza e o desemprego, a falta de documentação dos imigrantes, dificuldades de acesso a serviços básicos, mudanças no modo de vida relacionados à cultura, questões linguísticas e também as divergências curriculares e de seriação existentes entre as escolas a depender do país.

Nos relatos dos professores e das representantes da SMED destacam-se também esse vaivém que ocorre principalmente com os imigrantes paraguaios e argentinos, o que se denominou no capítulo 1 de “população flutuante”. Segundo relatos dos entrevistados, na escola essas idas e vindas dos alunos estrangeiros causam reflexo negativo na aprendizagem, visto que com as mudanças repentinas as crianças não conseguem acompanhar o ritmo e os conteúdos escolares nem de seu país de origem, nem do Brasil.

Já tivemos casos de alunos, que eles já tiveram no Brasil eles foram para outro país, eles voltaram de novo para o Brasil, eles vão e voltam. Então tem criança que fala português, mas essa parte pedagógica, que vai e volta. Tem aluno que nunca teve no Brasil, que está chegando agora, não fala português, não tem noção da língua, dos conteúdos da série que ele está. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Há 5 anos atrás houve uma procura muito grande de famílias paraguaias por vaga na escola. Mas todos os anos recebemos novos alunos estrangeiros. Outra coisa também, que é um aspecto que eu acho importante é a questão do traçado, porque aqui a gente escreve com letra cursiva e no Paraguai não. Sobre a língua, como estamos em região de fronteira, a compreensão do espanhol se faz mais clara. Quando falam apenas o guarani, já complica mais. O que dificulta também é o fato de por ser perto, eles ficam indo e voltando. Não conseguem fixar moradia aqui, aí a criança não acompanha os conteúdos escolares. É bem complicado! Mas, me questiono até que ponto o Brasil precisa arcar com as consequências de problemas de outros países, acho que para o município, como é o caso de Foz, fica muito oneroso. Eu acho que a fronteira deveria ser melhor vigiada, melhor guardada. (Coordenadora Pedagógica da Escola, junho, 2019).

Já ocorreram casos de famílias que falam somente o espanhol, mas a grande maioria, entende o “portunhol” que a gente fala. Mas sempre nos fizemos entender. A gente sempre se entende, acho que é pela questão da fronteira, né! Penso que muitas desses alunos e suas famílias sofrem por não se adaptarem ao território, e por isso ficam indo e voltando, o que dificulta ainda mais o atendimento aqui na escola. Eles não conseguem acompanhar o ritmo. (Diretora da Escola, junho, 2019).

Acho que mais as famílias, que não conseguem se adaptar e por isso, acabam voltando para seu país e ficam indo e voltando. Na escola, quanto mais tempo ficam, mais conseguem melhorar. Mas as famílias não param aqui. (Professor 2, junho, 2019).

A principal dificuldade das famílias é a financeira. Quando eles vêm para essa região, é por causa dos valores baixos dos aluguéis ou porque vêm atrás de parentes que já estão instalados por aqui em chácaras ou invasões. Elas não conseguem comprovar onde moram. (Secretária da Escola, junho, 2019).

Percebi algumas diferenças quanto a cultura, os costumes, os modos de viver e se comportar. Por exemplo, o meu aluno árabe me via como uma figura inferior por eu ser mulher, no início não atendia às regras da sala porque era eu quem estava colocando. O haitiano era muito retraído, mas extremamente esforçado. Os paraguaios e argentinos são mais parecidos, sofridos e tímidos, gostam muito de correr e brincar, mas falam pouco, apenas sorriem. Mas, a questão da língua é complicada para todos eles, independente da nacionalidade. (Professor 4, junho, 2019).

Olha, eu acho que para as famílias estrangeiras, eu acho que a inserção deles, acho que o mercado de trabalho, eu acho que a questão de moradia, é uma questão social mesmo. Eu consigo ver, de repente, que a escola é o menor dos problemas, porque a escola ainda consegue fazer o atendimento, se não tem quem vai buscar, a escola nos chama, procura socorro com a secretaria, se a gente não tem, vai atrás da Universidade. (Secretária Municipal de Educação, maio, 2019).

Segue abaixo as principais conexões que resultaram das entrevistas e que formaram redes conectando questões de circulação na fronteira às situações do cotidiano escolar envolvendo o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu. Percebe-se que os relatos se complementam e se justificam, o que demonstra a concordância nas impressões dos entrevistados.

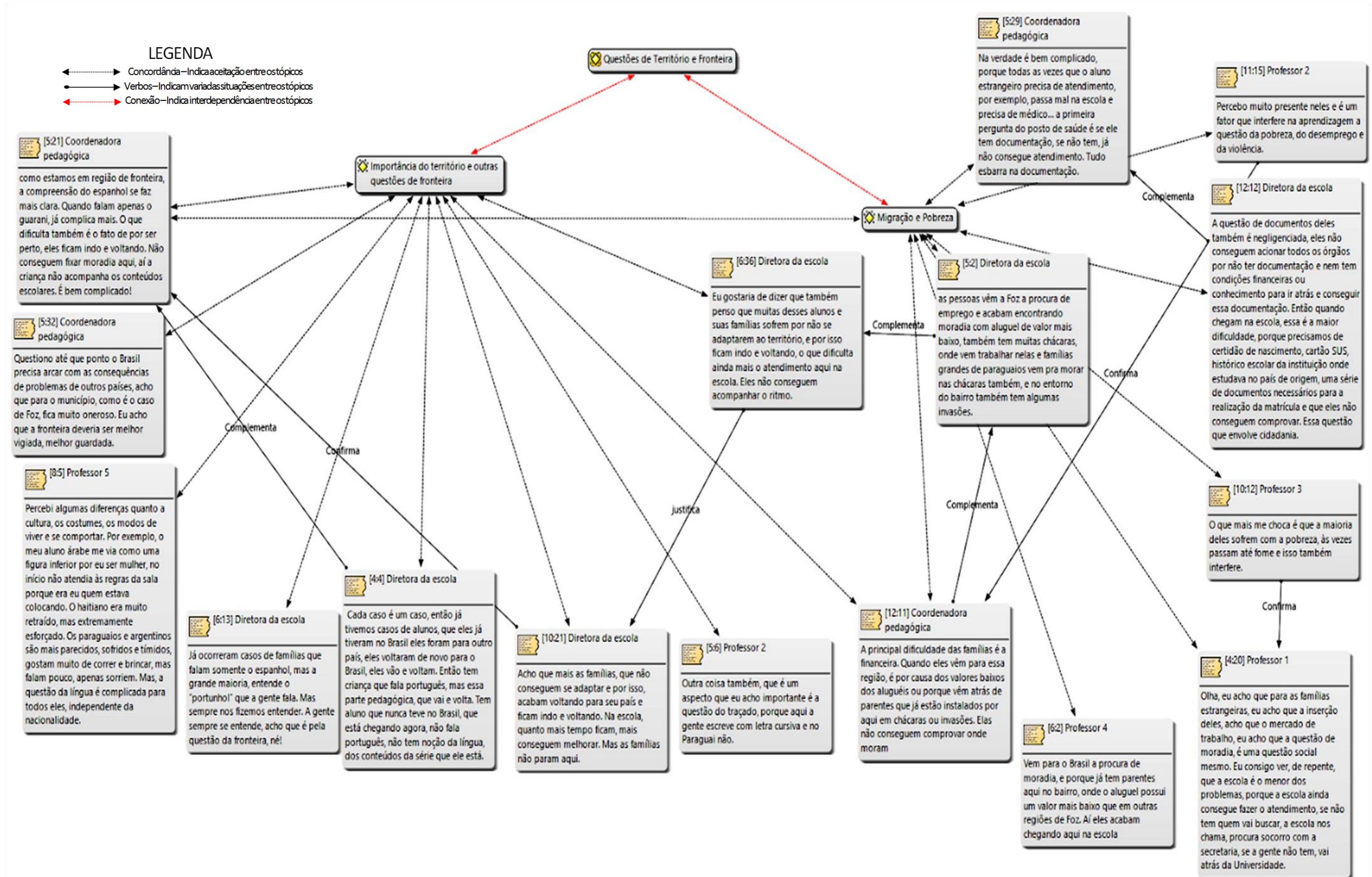


Figura 19- Categoria de Análise: Processo de Avaliação Escolar dos Alunos Estrangeiros
 FONTE: Elaborado pela autora a partir das análises das entrevistas com o uso do software Atlas TI, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o processo de acolhimento, avaliação e matrícula de alunos estrangeiros nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras é de fundamental importância para que se possa compreender e ampliar os conhecimentos em relação às questões que envolvem o atendimento desses alunos no Brasil. Por outro lado, indiretamente, permite refletir também sobre temas como processos migratórios, a identidade e a diferença, entre outros. Nesta seção, traçaremos algumas considerações finais a respeito do trabalho de pesquisa realizado.

A presente investigação se propôs a compreender como funciona o processo avaliativo que define a seriação na qual o aluno dito “estrangeiro” irá frequentar ao se matricular nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu, tendo se concentrado nos alunos argentinos e paraguaios. Ao longo da pesquisa, foi necessário delimitar o campo no qual se pretendia pesquisar, visto que seria inviável analisar a realidade de 51 escolas que fazem parte do município, assim, optou-se pela realização de um estudo de caso na Escola Municipal João da Costa Viana. Tal instituição, além de ser a maior escola do município, está situada numa região onde o custo de vida é mais baixo, atraindo as famílias que chegam à Foz do Iguaçu em busca de melhores condições de vida. Por isso, a escola recebe muitos alunos imigrantes.

Ao realizarmos a pesquisa, observamos que o processo avaliativo que define a série/ano na qual o aluno estrangeiro irá frequentar é muito mais longo e complexo. Desta forma, uma das conclusões extraídas da pesquisa é que, ao estudar o referido processo avaliativo, é preciso interpretá-lo como um trajeto, visto que somente após a análise dos documentos apresentados pela família é que se define se o aluno deverá ou não passar pela avaliação inicial. Cabe destacar também que quando o aluno apresenta a documentação exigida pela SMED contendo seriação na qual frequentava em seu país é automaticamente direcionado, tendo em vista a seriação indicada na referida documentação. Entretanto, quando esses documentos não são apresentados, o aluno necessita realizar a avaliação inicial e só após a correção desta pela equipe pedagógica é que será definida a seriação.

As análises das entrevistas possibilitaram uma maior e melhor aproximação com o objeto da pesquisa. Assim, mesmo que os alunos estrangeiros não tenham sido consultados, entrevistar os professores, a secretária da escola, a diretora da escola e a coordenadora pedagógica, por um lado, possibilitou uma ampla percepção sobre a realidade vivenciada pelos alunos estrangeiros na escola, especialmente no que se refere às dificuldades enfrentadas desde sua chegada e, por outro lado, permitiu avaliar a percepção de cada um desses atores, fundamentais no sistema educativo municipal, sobre o processo que envolve a avaliação inicial. Dentre os assuntos abordados nas entrevistas, os temas mais comentados pelos entrevistados repousam nas relações entre professor e aluno e entre os colegas brasileiros e os estrangeiros, bem como sobre os problemas sociais envolvendo as famílias estrangeiras.

Em relação às dificuldades apontadas pelos entrevistados sobre o atendimento aos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, destacamos: 1) as dificuldades de comunicação, em virtude das diferenças linguísticas; 2) as diferenças no currículo brasileiro em comparação ao país de origem dos alunos por série, em especial nos casos envolvendo paraguaios e argentinos; 3) a dificuldade do aluno e sua família se estabelecerem em Foz do Iguaçu, devido à inadaptação cultural e os problemas sociais, com destaque para a pobreza e a falta de documentação, o desemprego e a violência doméstica. Essas e outras questões, que foram apontadas ao longo da entrevista, apesar de não serem o foco da discussão, contribuíram para uma melhor compreensão do tema principal.

Ao analisarmos os procedimentos aplicados pela SMED e pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu relacionados ao processo de acolhimento e avaliação inicial dos alunos estrangeiros, descobrimos que, apesar das dificuldades envolvendo a questão da língua e os conteúdos, a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, através da parceria com as universidades locais, em especial a UNILA, tem buscado traçar estratégias para melhorar o atendimento aos alunos imigrantes e suas famílias. A primeira medida que já está sendo desenvolvida e passará a ser aplicada em todas as escolas do município será o estabelecimento de um protocolo padrão de acolhimento, trazendo a recepção das famílias, os encaminhamentos em torno da documentação dos alunos, a avaliação inicial no idioma do aluno com acompanhamento da equipe pedagógica, bem como as orientações para definição da seriação e para que a escola desenvolva o acompanhamento pedagógico.

Portanto, mesmo os resultados da pesquisa apontando falhas no encaminhamento desses alunos, dificuldades no atendimento e na aplicação/realização das avaliações iniciais, tanto para o professor quanto para o aluno, o município admite que precisa melhorar o atendimento e, nesse sentido, assumiu a responsabilidade sobre estratégias para garantir o acesso aos serviços básicos ofertados às famílias estrangeiras.

Em relação à organização dos procedimentos avaliativos, percebemos a partir da análise das entrevistas, que há uma divergência na descrição dos procedimentos e necessidade de realização da avaliação, quando comparadas as falas dos servidores da escola com aqueles que atuam na SMED. Observamos que isso se deve a autonomia que as escolas têm no processo de acolhimento e recepção desses alunos e a falta de mapeamento da situação e acompanhamento da SMED no atendimento ao aluno estrangeiro.

Quanto à descrição das etapas que envolve o processo de acolhimento que leva à avaliação dos alunos estrangeiros, iniciando com a recepção das famílias realizada pelo secretário escolar, há que se destacar que na maioria das vezes esse servidor não domina o idioma da família, o que dificulta a comunicação e, por consequência, reflete na apresentação dos documentos e nos procedimentos de matrícula de modo geral. Nos casos onde a avaliação inicial é aplicada, a dificuldade em relação à língua permanece, acrescentando aqui a divergência curricular existente entre os países da América Latina.

No que concerne a definição da série, conforme mencionado no capítulo 3, a pesquisa evidenciou que nem sempre ser inserido na série indicada, tendo em vista a documentação do país de origem, significa que o aluno permanecerá neste estágio. Isto porque ele pode ser inserido, inicialmente, na mesma série que frequentava em seu país de origem, porém, se o professor da turma percebe que o aluno estrangeiro não conseguirá acompanhar aquela série, o mesmo é encaminhado para a reclassificação, e pode regredir. Esta situação causa desconforto tanto para o professor quanto para o aluno, que, nesse caso, passará por avaliação e será inserido em uma segunda turma, iniciando novamente a adaptação.

Em relação à documentação dos estudantes estrangeiros, observamos que é muito recorrente a situação da família que não apresenta documentação do aluno, sendo necessário que a escola encaminhe para a casa do migrante. Em relação à necessidade de acompanhamento pedagógico, percebemos

que, mesmo com as dificuldades em relação à língua, esse procedimento é o que acontece de forma mais adequada, visto que a equipe pedagógica não abandona o professor em meio às dificuldades e acompanha os progressos do aluno estrangeiro tanto em sala de aula quanto no apoio pedagógico em contra turno escolar.

Sobre a questão envolvendo a aprovação ou reprovação escolar desses alunos, percebemos que nem a SMED, nem a escola possuem registros específicos, o que impossibilita mensurar os índices. Deste modo, não se pode dizer se o aluno estrangeiro tem apresentado ou não bons resultados nas escolas municipais iguaçuenses.

Destacamos que os entrevistados, no geral, afirmam que, mesmo com as dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos estrangeiros e suas famílias quanto pela escola de modo geral, eles são muito bem recebidos pela escola e toda a comunidade escolar. Ademais, os professores elogiam o bom comportamento e o respeito dos alunos estrangeiros, em especial os paraguaios. Contudo, cabe destacar que, para além das diferenças culturais, em outros países, como é o caso do Paraguai, a educação é mais tradicional e conservadora que no Brasil, o que contribui para que o aluno seja mais calado, silencioso em sala de aula. Isso não pode ser interpretado como um ponto positivo, pois nem sempre o silêncio é sinônimo de bom comportamento, às vezes é só medo do que pode lhe acontecer caso se comporte de forma mais espontânea em sala de aula.

Em relação à formação docente, tanto inicial quanto continuada, destacamos que a SMED tem ofertado diversas oportunidades de cursos, inclusive em parceria com as universidades, mas com a temática do atendimento ao aluno estrangeiro as ofertas ainda são escassas. Desta forma, para fortalecer as estratégias de acolhimento, avaliação, atendimento diário e acompanhamento escolar desses estudantes, um importante ponto a ser melhorado é a qualificação dos professores e demais servidores da escola, bem como da equipe que faz parte da SMED e que fará o acompanhamento das escolas nesse atendimento.

A pesquisa em questão, além da possibilidade de reflexão sobre o processo avaliativo aplicado aos alunos estrangeiros nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, apresentou à SMED a oportunidade de repensar sobre o atendimento voltado ao aluno estrangeiro nas escolas municipais e na necessidade de criação de políticas públicas educacionais e sociais voltadas ao imigrante em Foz do Iguaçu. Além disso, reflete que estas mesmas necessidades poderiam ser replicadas em

todo o Brasil, visto que não há uma política nacional de atendimento, acolhimento, avaliação e acompanhamento ao aluno estrangeiro.

Sobre as principais dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, destacamos a os empecilhos no acesso à equipe da SMED, visto que já estava tudo acertado para realizar a pesquisa de campo em fevereiro, mas, devido à troca do secretário municipal de educação e alguns membros da equipe, foi necessário aguardar o tempo de adaptação da nova equipe para retomar a pesquisa e realizar as entrevistas. Cabe destacar, também, a dificuldade do pesquisador ao conciliar a pesquisa com as 40 horas semanais de atividades laborais.

É importante citar também as facilidades encontradas ao longo da pesquisa, pois a recepção pela escola foi muito gratificante e os entrevistados, de forma unânime, dedicaram-se a participar da entrevista e não se recusaram a responder quaisquer questões, demonstraram interesse e curiosidade pelo tema abordado. Foi perceptível que muitos deles não haviam pensado até então sobre a necessidade de um atendimento inclusivo e mais cuidadoso voltado ao aluno estrangeiro e, conforme a entrevista foi se desenvolvendo, os próprios entrevistados demonstravam o quanto as questões os fizeram refletir sobre a prática docente e a necessidade de melhorar o atendimento a esses alunos.

Dessa forma, convidamos o leitor a refletir sobre esse processo de acolhimento, avaliação, matrícula e atendimento ao aluno estrangeiro nas escolas públicas municipais brasileiras, a partir da realidade vivenciada em Foz do Iguaçu, e a necessidade de pensar, criar e fazer a manutenção de políticas públicas educacionais com destaque para a questão do aluno e das famílias imigrantes em municípios de fronteira. Será que a escola pública brasileira está preparada para atender os alunos imigrantes? A educação tem evoluído quanto às questões que envolvem a avaliação, em especial nos casos que envolvem alunos imigrantes? A adoção de políticas voltadas ao acolhimento e a avaliação dos alunos estrangeiros poderia contribuir para a melhoria dos atendimentos e, por consequência, na qualidade da educação? São questões complexas e profundas, porém necessárias para que se possa iniciar o processo de inclusão desses alunos na escola pública brasileira, e para que futuramente se possa dizer que o Brasil busca oferecer um atendimento de qualidade ao aluno imigrante e sua família.

Para finalizar, registramos aqui também o quanto foi importante, gratificante, sensível e ao mesmo tempo complexo e profundo realizar esta pesquisa. O caminho não foi fácil, mas o foco nos objetivos possibilitou que em cada momento

de leitura, reflexão, fala, análise e escrita pudesse adentrar nessa realidade e compreender de forma cada vez mais clara e coerente sobre o quanto o acolhimento e a avaliação do aluno estrangeiro é importante para escola, para o professor e para o aluno. E, mais do que isso, o quanto precisamos aprender a olhar para o outro não como quem se vê no espelho, com as impressões já formatadas, mas como quem conhece algo novo, como quem busca compreender as individualidades, necessidades, dificuldades e qualidades do outro, que também é um ser humano de direitos e que, independentemente de sua nacionalidade, merece os mesmos acessos e direitos que qualquer cidadão brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Declaração do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.** Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/09/30/declaracao-de-nova-yorkeuma-oportunidade-unica-para-ref>>. Acesso em: 23 out. 2018.

BALLESTER, Margarita. et al. **Avaliação como apoio à aprendizagem.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. In: LORENCINI, Pricila Basilio Marçal. *Avaliação Diagnóstica: Um Instrumento Norteador para o Trabalho Docente no Ensino da Matemática.* Medianeira, PR: UTFPR, 2013.

BARDIN, L.; **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988).** *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4246.htm>. Acesso em 02 de mai 2019.

BRASIL, Decreto nº 70.946, de 07 de agosto 1972. **Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70946.htm>. Acesso em 02 mai de 2019.

BRASIL, Decreto nº 9.277, de 05 de fevereiro de 2018. **Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9277.htm>. Acesso em 13 mai de 2019.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. *Lei nº 8.069 de 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 12 mai de 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996**: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em:

BRASIL, **Lei Federal nº 13.445 de 2017**— *Institui a Lei de Migração*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em:

BRASIL, **Lei Federal nº 9.474 de 1997** - *Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em:

BRENHA, M. R.; NUNES, F. O.; CASTRO, A.M. **Alunos Cultural e Linguisticamente Diversos em Escolas Particulares de São Paulo: O que dizem os professores que os recebem na sala de aula**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP. Campinas, 2012.

CARDIN, E.G. **Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira**. Ciências Sociais Unisinos: Porto Alegre, 2009.

CHUEIRI, M.S.F. **Concepções sobre a Avaliação Escolar: Estudos em Avaliação Educacional**. 2008.

CORACINI, M.J.R.F. **Língua e efeitos de estranhamento: modos de (vi)ver o outro**. *Rev. bras. linguist. apl.* [online]. 2009, vol.9, n.2, pp.475-498. ISSN 1984-6398. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982009000200006>>. Acesso em 25 de jun de 2019.

CORREIA, L. **Educação inclusiva ou educação apropriada?** In: RODRIGUES, D.;(org.), *Educação e diferença: Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto Editora: Portugal, 2001.

DANTAS, E.M.; MORAIS, I.R.D. **Território e territorialidade: abordagens conceituais (parte II)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Paraíba, 2008.

SÃO PAULO, Deliberação CEE nº 16, de 08 de outubro de 1997. **Dispõe sobre a matrícula de aluno estrangeiro no ensino fundamental e médio do sistema de ensino do Estado de São Paulo**. Disponível em: <[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee16_97\(parcee445_97\).htm](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee16_97(parcee445_97).htm)>. Acesso em 15 de mai de 2019.

SÃO PAULO, Deliberação CEE nº 21 de 2001. **Dispõe sobre equivalência de estudos realizados no exterior em nível do ensino fundamental e médio, no sistema de ensino do Estado de São Paulo**. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/delcee21_2001.htm. Acesso em 15 de mai de 2019.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREITAS, A.S. **Formação continuada de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____; GRILLO, M.C.; GESSINGER, R.M.; **Por que falar ainda em avaliação?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GATTI, B.A. **Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações**. Eccos Revista Científica, vol. 4, 2002.

GELATTI, L.S. **Imigrantes Na Escola: Uma Reflexão Sobre Políticas Linguísticas e Ensino de Português**. Porto Alegre, 2016.

GRIMSON, A. **Cultura, política y sociedad: Perspectivas latino-americanas**. CLACSO-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Editorial/Editor, 2005.

GRIMSON, A. **Pensar fronteras desde las fronteras**. Nueva Sociedad: Buenos Aires, 2000.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia - UFRGS: Porto Alegre, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Panorama das Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>>. Acesso: jun., 2019.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17^a ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M.D.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, J.S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERCOCIUDADES, **Tríplice Fronteira**. Disponível em: <<https://mercociudades.org/pt-br/>>. Acesso em: jun, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 10v.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, *Comissão de Especialistas*. **Anteprojeto de lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil**. Brasília: Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça. 2014.

MOREIRA, A.F.B.; CANDAU, V.M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.

MOURA, M. **Cultura e Diversidade Considerações sobre a multiplicidade das manifestações**. Antíteses. Londrina: 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em 02 jun de 2019.

NETO, W. A. D.; PENHA, B. **As Regiões de Fronteira como Laboratório da Integração Regional no Mercosul**. In: O Mercosul e as Regiões de Fronteira. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

NÓVOA, A. **Pedagogia: A Terceira Margem do Rio**. Instituto de Estudos Avançados da USP, 2011.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU – NTM. Disponível: <https://ead.pti.org.br/ntm/course/view.php?id=39>. Acesso em: 06 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, T.C.M. **Território sem limites: Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2005.

SÃO PAULO, *Parecer CEE nº 633 de 2008. Registro e Publicação de Diplomas e Certificados de Estrangeiros*. Disponível em: <<https://ibee.com.br/materia/parecer-ceesp-6332008-ceb-registro-e-publicacao-de-diplomas-e-certificados-de-estrangeiros/>>. Acesso em 02 de jun de 2019.

PERRENOUD, P. **Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIERUCCI, A.F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PIRES SANTOS, M.E. **O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social**. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2004.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: Mensagem, 2004.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about_undp.html. Acesso em 03 Jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: http://www.pmf.pr.gov.br/ArquivosDBidMidia=106581&fbclid=IwAR08v96JI37izS8VWpf0wr4smvhtaGKELrr1QstNhsy63J8O-IlxH_Q7ykU. Acesso em 05 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Cidades. **Perfil da População de Foz do Iguaçu em função das Regiões e Quantitativo Populacional**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em 06 de mai de 2019.

PUC – RS. **Discurso e Ensino**. Revistas Eletrônicas - PUCRS: Porto Alegre, 2014.

RAFFESTIN, C. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. In: OLIVEIRA, T.C.M. (Org). Território sem Limites – Estudos sobre fronteiras. pp. 9-15 Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REICHEL, H. J.; CAPPELARI, D. **O Mercosul na ótica dos intelectuais brasileiros**. Porto Alegre: Unisinos, 2007.

SÃO PAULO, **Resolução SE nº 10 de 1995** - Dispõe sobre matrícula de aluno estrangeiro na rede estadual de ensino fundamental e médio. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/10_1995.htm>. Acesso em 24 de jun de 2019.

SÃO PAULO, **Resolução SE nº 20, de 05 de fevereiro de 1998**. *Dispõe sobre a operacionalização da reclassificação de alunos das escolas da rede estadual*. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/20_1998.htm>. Acesso em 24 jun de 2019.

RIBEIRO, S.B.C. **Acolhimento intercultural e ensino de português como língua adicional nas escolas municipais de Foz do Iguaçu**. Domínios de Linguagem. Uberlândia, vol. 12, n. 2. Jun, 2018.

ROMÃO, J.E. **Avaliação Dialógica: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.

RÜCKERT, A.A.; GRASLAND, C. **Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia**. Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, no 2, p. 90 – 112, Jul./Dez. 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1978.

_____. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas**. DF, 2014. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/diretrizes_avaliacao_educacional.pdf>. Acesso em 22 de Jun de 2019.

SOUZA, M.L. de. **Território da divergência (e da confusão)**. In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SPRANDEL, M.A. **Algumas observações sobre fronteiras e migrações**. São Paulo: Ciência e Cultura, 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100011>. Acesso em 02 jun de 2019.

TERESI, V.M. **Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

UNESCO. **Orientações para a Inclusão: Garantindo o Acesso à Educação para Todos**. Tradução de: Maria Adelaide Alves e Dinah Mendonça. França, 2005.

UNICENTRO. **Apostila de Treinamento Atlas.TI V5.0**. Unicentro: Paraná, 2006.

VAZ, J.E.R. **Sucesso/Insucesso Escolar nos Jovens Imigrantes e Descendentes de Imigrantes Caboverdeanos no 3º Ciclo do Ensino Básico no Vale da Amoreira: Um Estudo de Caso de quatro alunos**. SCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa: Lisboa, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15073/1/TESE%20FINAL%20%20COMPLETO%20%20C3%9Alti%20ma%20vers%C3%A3o%20Word%20Jos%C3%A8%20Eduardo%20Ribeiro%20Vaz.pdf>>. Acesso: 12 de jun de 2019.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 1994.

ZEFERINO, A.M.B.; PASSERI, S.M.R.R. **Cadernos ABEM**. Volume 3. Outubro, 2007.
Disponível em:
<http://integradoras_i_programa_2008.pdf.medicina.ufg.br/up/148/o/avaliacao_da_aprendizagem.pdf>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros em município de fronteira. Hoje é, __ de maio de 2019, e agora são __ horas.

Entrevistada: Coordenadora Pedagógica Geral da Escola Municipal João da Costa Viana, no bairro Três Lagoas, em Foz do Iguaçu – PR

Caracterização do Entrevistado

1. Qual seu nome e idade?
2. Qual sua formação, tempo de experiência no magistério, tempo de experiência na gestão escolar, tempo no cargo nesta instituição?

Processo de Acolhimento dos Alunos Estrangeiros

1. A Escola Municipal João da Costa Viana recebe e atende alunos estrangeiros? Se sim, quais as principais nacionalidades atendidas? De qual país vem a maioria dos estudantes estrangeiros?
2. Por qual razão as famílias estrangeiras procuram a escola? Com que frequência? Qual o período mais intenso de procura pela escola? Por que?
3. Quando as famílias estrangeiras procuram a escola qual o encaminhamento dado para que os estudantes sejam matriculados?
4. Como ocorre o processo de recepção da família e do aluno?
5. Existe algum documento que orienta esse atendimento?
6. Posso matricular um aluno estrangeiro que não apresentou documentos?
7. Como identificar a série na qual o aluno estrangeiro irá frequentar?
De acordo com a documentação e a idade. Quando não há documentação, é realizada uma avaliação diagnóstica que auxilia nessa definição.
8. As famílias que procuram a escola entendem ou falam português?
9. Os gestores, secretários, pedagogos da escola entendem ou falam espanhol?
10. E quando as famílias são de outras nacionalidades, como árabes, chineses etc. As famílias entendem português?
11. O que fazer quando a família não fala português e o gestor escolar não fala a língua do aluno estrangeiro e sua família?

Processo Avaliativo Inicial dos Alunos Estrangeiros - Definição da Série na qual irá cursar

1. Como ocorre o processo de seleção e identificação da série em que o estudante estrangeiro irá cursar? Quem elabora essa avaliação?
2. Como ocorre o processo de avaliação inicial dos alunos estrangeiros e em que período ela é aplicada?
3. Como são definidos os conteúdos dessa avaliação?
4. Em que língua (idioma) a avaliação é elaborada e aplicada?
5. E se o estudante não fala e/ou escreve nesse idioma, como se faz?
6. Quem corrige e define as notas da avaliação inicial do estudante estrangeiro?

7. Feita a avaliação, como se dá o resultado? E onde essas informações são registradas?

Atendimento de Alunos Paraguaio e Argentinos

1. Você já teve a oportunidade de receber alunos paraguaio e/ou argentino em sua escola?
2. E neste ano, atende algum aluno paraguaio e/ou argentino no colégio? Quantos?
3. Você percebe alguma diferença entre no atendimento, adaptação e aprendizagem entre um aluno paraguaio ou argentino em relação aos demais alunos estrangeiros e brasileiros?
4. Na sua percepção, quais as principais dificuldades que um aluno paraguaio e/ou argentino enfrenta ao iniciar seus estudos em escola brasileira?

Outras Avaliações em Sala de aula

1. E as demais avaliações (bimestrais, semestrais, anuais) realizadas pelos estudantes estrangeiros, como ocorrem?
2. Normalmente, como funciona o processo de adaptação curricular, pedagógica e avaliativa dos alunos estrangeiros ao longo do primeiro ano letivo deles na escola? Como você avalia o rendimento escolar dos alunos estrangeiros, de uma forma geral?

Descrição de Sucesso e/ou Fracasso Escolar dos Alunos Estrangeiros

1. Como vocês mensuram os índices de aprovação e reprovação dos alunos estrangeiros na escola?

Métodos para alunos estrangeiros

1. A escola utiliza métodos, técnicas, entre outras alternativas e ferramentas diferenciadas para o atendimento dos alunos estrangeiros? Se sim, quais?

Política de Atendimento ao Aluno Estrangeiro

1. Como você pensa que deveria ser o processo de recepção do aluno estrangeiro na escola? E pela SMED?
2. Os alunos estrangeiros recebem algum tipo de atendimento individualizado? Se sim, quais seriam?
3. Você conhece ou sabe da existência de alguma Política de Acolhimento e/ou de avaliação voltada aos alunos estrangeiros no Brasil? E em Foz do Iguaçu?
4. Você considera que a criação e manutenção de Políticas de Acolhimento e/ou de Avaliação, voltada aos alunos estrangeiros, são necessárias na escola pública municipal? Por que?
5. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais iguaçuenses?

Formação de Professores

1. No município, existe alguma política de formação continuada para os professores? Na sua experiência como docente, já houve oportunidade de participar de alguma ação/course envolvendo a temática do atendimento ao aluno estrangeiro?
2. Você teria alguma sugestão à SMED sobre estratégias no atendimento de alunos estrangeiros pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros em município de fronteira. Hoje é, 07 de junho de 2019, e agora são __ horas e ____ minutos.

Entrevistados: Professores da Escola Municipal João da Costa Viana, no bairro Três Lagoas, em Foz do Iguaçu – PR

Critério adotado para definição dos professores: 1 professor regente por Ano/série, de turmas que atendem maior número de alunos estrangeiros

Caracterização do Entrevistado

1. Qual seu nome e idade?
2. Qual sua formação, tempo de experiência no magistério, tempo como professor(a) nesta instituição?

Atuação Pedagógica

1. Qual(is) a(s) série(s) na(s) qual(is) você atua como professor este ano?
2. Com quais disciplinas do currículo escolar você trabalha nesta(s) turma(s)?
3. Quantos dias e/ou horas semanais você atua nesta turma?

Processo de Acolhimento dos Alunos Estrangeiros

1. Você já teve a oportunidade de receber alunos estrangeiros em sua sala de aula?
2. E neste ano, atende algum aluno estrangeiro em sua(s) turma(s)? Quantos? Qual a nacionalidade dele(s)?
3. Assim que recebeu a notícia de que receberia um aluno estrangeiro em sala de aula, você se sentiu preparada para receber esse aluno? E agora, você se sentiria preparada para receber outro aluno estrangeiro?
4. Como se deu o processo de recepção dos alunos estrangeiros por parte da escola? E por você, como professor(a)?
5. Qual a reação dos outros alunos em relação ao(s) aluno(s) estrangeiros quando chegam à sala de aula? E como é a recepção da turma de um geral?
6. Assim que recebeu a notícia de que receberia um aluno estrangeiro em sala de aula, você se sentiu preparada para receber esse aluno? E agora, você se sentiria preparada para receber outro aluno estrangeiro?

Atendimento de Alunos Paraguaios e Argentinos

1. Você já teve a oportunidade de receber alunos paraguaios e/ou argentinos em sua sala de aula?
2. E neste ano, atende algum aluno paraguaio e/ou argentino em sua(s) turma(s)? Quantos?
3. Você percebe alguma diferença entre no atendimento, adaptação e aprendizagem entre um aluno paraguaio ou argentino em relação aos demais alunos estrangeiros e brasileiros?

4. Na sua percepção, quais as principais dificuldades que um aluno paraguaio e/ou argentino enfrenta ao iniciar seus estudos em escola brasileira?

Atendimento Pedagógico Inicial Voltado aos Alunos Estrangeiros

1. Os alunos estrangeiros que recebeu em sala de aula possuíam algum conhecimento prévio da língua portuguesa?
2. Como foram os primeiros contatos pedagógicos com esse(s) aluno(s)? Quais estratégias você utilizou?
3. Como tem sido a sua relação, enquanto professor(a), com os alunos estrangeiros?
4. Como você descreveria o grupo de crianças estrangeiras que frequentam esta escola?

Processo Avaliativo Inicial dos Alunos Estrangeiros

1. Como ocorre o processo de seleção e identificação da série em que o estudante estrangeiro irá cursar?
2. Quem elabora essa avaliação? Em que período ela é aplicada?
3. Como são definidos os conteúdos dessa avaliação?
4. Em que língua (idioma) a avaliação é elaborada e aplicada?
5. E se o estudante não fala e/ou escreve nesse idioma, como se faz?
6. Quem corrige e define as notas da avaliação inicial do estudante estrangeiro?
7. Feita a avaliação, como se dá o resultado? E onde essas informações são registradas?
8. E como você avalia o processo de adaptação e o rendimento escolar dos alunos estrangeiros em sua sala de aula?
9. Como ocorre o acompanhamento e suporte da equipe pedagógica aos professores que recebem alunos estrangeiros em sala de aula?

Outras Avaliações em Sala de aula

1. E as demais avaliações (bimestrais, semestrais, anuais) realizadas pelos estudantes estrangeiros, como ocorrem?
2. Como você avalia o rendimento escolar dos alunos estrangeiros, de uma forma geral? Como funciona o processo de adaptação curricular, pedagógica e avaliativa dos alunos estrangeiros ao longo do primeiro ano letivo deles na escola?

Descrição de Sucesso e/ou Fracasso Escolar dos Alunos Estrangeiros

1. Quais os índices de aprovação e reprovação dos alunos estrangeiros na escola?
2. Na sua percepção, quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos?

Métodos para alunos estrangeiros

1. A escola utiliza métodos, técnicas, entre outras alternativas e ferramentas diferenciadas para o atendimento dos alunos estrangeiros? Se sim, quais?

Política de Atendimento ao Aluno Estrangeiro

1. Como você pensa que deveria ser o processo de recepção do aluno estrangeiro na escola? E pela SMED?
2. São ofertados momentos de apoio/reforço escolar aos alunos estrangeiros?
3. Você percebe alguma outra dificuldade que os alunos estrangeiros vivenciam na escola municipal iguaçuense?
4. Você conhece ou sabe da existência de alguma Política de Acolhimento e/ou de avaliação voltada aos alunos estrangeiros no Brasil? E em Foz do Iguaçu?

5. Você considera que a criação e manutenção de Políticas de Acolhimento e/ou de Avaliação, voltada aos alunos estrangeiros, são necessárias na escola pública municipal? Por que?
6. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais iguaçuenses?

Formação de Professores

1. No município, existe alguma política de formação continuada para os professores? Na sua experiência como docente, já houve oportunidade de participar de alguma ação/course envolvendo a temática do atendimento ao aluno estrangeiro?
2. Você teria alguma sugestão à SMED sobre estratégias no atendimento de alunos estrangeiros pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros em município de fronteira. Hoje é, __ de junho de 2019, e agora são __ horas e ____ minutos.

Entrevistado: Secretária da Escola Municipal João da Costa Viana

Caracterização da Escola

1. Localização, bairro, região, características gerais
2. Períodos de atendimento:
3. Número de turmas:
4. Número total de alunos:
5. Número de alunos estrangeiros matriculados:
6. Número de alunos paraguaios e argentinos matriculados:
7. Tipo de clientela: nível socioeconômico das famílias;
8. Principais dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar:

Estrutura Pedagógica

1. Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico, Planejamento Anual, outros documentos de planejamento que norteiam a escola. (Estão anexados à entrevista)
2. Relação escola/família/comunidade circundante/município:

Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem de Alunos Estrangeiros

1. Registros, Portfólios, Relatórios, etc;

2. Avaliações:

Processo de Acolhimento dos Alunos Estrangeiros

1. A Escola Municipal João da Costa Viana recebe e atende alunos estrangeiros?
2. Como ocorre o processo de recepção que a escola realiza, quanto aos alunos estrangeiros e suas famílias ao chegarem aqui em busca de vaga?
3. E como ocorre a definição da série na qual o aluno irá frequentar?

Descrição de Sucesso e/ou Fracasso Escolar dos Alunos Estrangeiros

1. Quais os índices de aprovação e reprovação dos alunos estrangeiros na escola?
2. Na sua percepção, quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos estrangeiros na escola?
3. Como você descreveria o grupo de crianças estrangeiras que frequentam esta escola?
4. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais iguaçuenses?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros em município de fronteira. Hoje é, ___ de maio de 2019, e agora são ___ horas e ___ minutos.

Entrevistada: Diretora da Escola Municipal João da Costa Viana, no bairro Três Lagoas, em Foz do Iguaçu – PR

Caracterização do Entrevistado

1. Qual seu nome e idade?
2. Qual sua formação, tempo de experiência no magistério, tempo de experiência na gestão escolar, tempo no cargo nesta instituição?

Processo de Acolhimento dos Alunos Estrangeiros

1. A Escola Municipal João da Costa Viana recebe e atende alunos estrangeiros? Se sim, quais as principais nacionalidades atendidas? De qual país vem a maioria dos estudantes estrangeiros?
2. Por qual razão as famílias estrangeiras procuram a escola? Com que frequência? Qual o período mais intenso de procura pela escola? Por que?
3. Quando as famílias estrangeiras procuram a escola qual o encaminhamento dado para que os estudantes sejam matriculados?

4. Como ocorre a recepção das famílias estrangeiras, pela escola, ao chegarem aqui em busca de vaga?
5. Existe algum documento que orienta esse atendimento?
6. Como ocorre o processo de matrícula dos alunos estrangeiros?
7. Quais documentos são necessários para matrícula de um aluno estrangeiro?
8. Posso matricular um aluno estrangeiro que não apresentou documentos?
9. Quais as bases legais que amparam essa matrícula?
10. Que informações são essenciais coletar no momento da matrícula dos alunos estrangeiros?
11. As famílias que procuram a escola entendem ou falam português?
12. Os gestores, secretários, pedagogos da escola entendem ou falam espanhol?
13. E quando as famílias são de outras nacionalidades, como árabes, chineses etc. As famílias entendem português?
14. O que fazer quando a família não fala português e o gestor escolar não fala a língua do aluno estrangeiro e sua família?

Processo Avaliativo Inicial dos Alunos Estrangeiros - Definição da Série na qual irá cursar

1. Como ocorre o processo de seleção e identificação da série em que o estudante estrangeiro irá cursar?
2. Como ocorre o processo de avaliação inicial dos alunos estrangeiros e em que período ela é aplicada? Quem elabora essa avaliação?
3. Como são definidos os conteúdos dessa avaliação?
4. Em que língua (idioma) a avaliação é elaborada e aplicada?
5. E se o estudante não fala e/ou escreve nesse idioma, como se faz?
6. Quanto tempo o estudante tem, após a matrícula, para se preparar para a avaliação inicial? E qual(is) os materiais didáticos ele recebe para estudar para a avaliação?
7. Quem corrige e define as notas da avaliação inicial do estudante estrangeiro?
8. Feita a avaliação, como se dá o resultado? E onde essas informações são registradas?

Atendimento de Alunos Paraguaios e Argentinos

1. Você já teve a oportunidade de receber alunos paraguaios e/ou argentinos em sua escola?
2. E neste ano, atende algum aluno paraguaio e/ou argentino no colégio? Quantos?
3. Você percebe alguma diferença entre no atendimento, adaptação e aprendizagem entre um aluno paraguaio ou argentino em relação aos demais alunos estrangeiros e brasileiros?
4. Na sua percepção, quais as principais dificuldades que um aluno paraguaio e/ou argentino enfrenta ao iniciar seus estudos em escola brasileira?

Atendimento Pedagógico Inicial Voltado aos Alunos Estrangeiros

1. Os alunos estrangeiros que recebeu em sala de aula possuíam algum conhecimento prévio da língua portuguesa?
2. Como foi a inserção dele(s) na turma?
3. Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados pelos alunos estrangeiros em sua sala de aula e até mesmo na escola de forma geral?
4. Quais as principais qualidades dos seus alunos que vieram de outros países, especialmente no que se refere às questões pedagógicas?

Outras Avaliações em Sala de aula

1. E as demais avaliações (bimestrais, semestrais, anuais) realizadas pelos estudantes estrangeiros, como ocorrem?
2. Como você avalia o rendimento escolar dos alunos estrangeiros, de uma forma geral?
3. Normalmente, como funciona o processo de adaptação curricular, pedagógica e avaliativa dos alunos estrangeiros ao longo do primeiro ano letivo deles na escola?

Descrição de Sucesso e/ou Fracasso Escolar dos Alunos Estrangeiros

1. Vocês mensuram os índices de aprovação e reprovação dos alunos estrangeiros na escola?

Métodos para alunos estrangeiros

1. A escola utiliza métodos, técnicas, entre outras alternativas e ferramentas diferenciadas para o atendimento dos alunos estrangeiros? Se sim, quais?

Política de Atendimento ao Aluno Estrangeiro

1. Como você pensa que deveria ser o processo de recepção do aluno estrangeiro na escola? E pela SMED?
2. Os alunos estrangeiros recebem algum tipo de atendimento individualizado? Se sim, quais seriam?
3. Você conhece ou sabe da existência de alguma Política de Acolhimento e/ou de avaliação voltada aos alunos estrangeiros no Brasil? E em Foz do Iguaçu?
4. Você considera que a criação e manutenção de Políticas de Acolhimento e/ou de Avaliação, voltada aos alunos estrangeiros, são necessárias na escola pública municipal? Por que?
5. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais iguaçuenses?

Formação de Professores

1. No município, existe alguma política de formação continuada para os professores? Na sua experiência como docente, já houve oportunidade de participar de alguma ação/course envolvendo a temática do atendimento ao aluno estrangeiro?
2. Você teria alguma sugestão à SMED sobre estratégias no atendimento de alunos estrangeiros pelas escolas municipais de Foz do Iguaçu?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros

em município de fronteira. Hoje é _____, ____ de maio de 2019, agora são ____ horas e ____ minutos.

Entrevistada: Secretária Municipal de Educação pela prefeitura de Foz do Iguaçu - PR

Bloco I - Dados do Entrevistado

1. Qual seu nome e idade?
2. Qual sua profissão? Possui formação pedagógica?
3. Que função ocupa na Secretaria Municipal de Educação - SMED?
4. Qual o seu tempo de serviço na SMED?
5. Você tem experiência no magistério? Quais? Qual o seu tempo de experiência no magistério?

Informações Gerais da Secretaria Municipal da Educação - SMED

1. Na SMED, qual o setor responsável por acompanhar as séries iniciais nas escolas? Como funciona o trabalho deste setor?
2. Quais são os documentos norteadores da organização do trabalho pedagógico e atuação docente, que orientam as séries iniciais do ensino fundamental (Bases Legais, Projetos)?
3. Como se organizam as séries iniciais do ensino fundamental na SMED Foz?

Sobre o atendimento dos estudantes estrangeiros nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Foz do Iguaçu

1. A SMED recebe e atende alunos estrangeiros no ensino fundamental?
2. Existem registros ou você tem ideia do número de alunos estrangeiros matriculados na SMED atualmente?
3. Como ocorre o processo de recepção que a SMED realiza, quanto aos alunos estrangeiros e suas famílias ao chegarem à Foz do Iguaçu em busca de vaga nas escolas municipais? E como ocorre o atendimento desses alunos?
4. Existe algum documento que orienta esse atendimento?
5. Como ocorre o acolhimento à família e o processo de matrícula dos estudantes estrangeiros no ensino fundamental?
6. É possível matricular um aluno estrangeiro que não apresentou documentos?
7. O que fazer quando a família não fala português e o gestor escolar não fala a língua do aluno estrangeiro?

Processo Avaliativo dos Alunos Estrangeiros nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Foz do Iguaçu

1. Como ocorre o processo de seleção e identificação da série em que o estudante estrangeiro irá cursar?
2. Como ocorre o processo de avaliação inicial dos alunos estrangeiros e em que período ela é aplicada?
3. Quais as concepções teórico-práticas do conhecimento e diretrizes da SMED que estruturam o modelo de avaliação aplicada aos alunos estrangeiros?
4. Quem elabora essa avaliação?
5. Como são definidos os conteúdos dessa avaliação?
6. Em que língua (idioma) a avaliação é elaborada e aplicada?
7. E se o estudante não fala e/ou escreve nesse idioma, como se faz?
8. Quem corrige e define as notas da avaliação inicial do estudante estrangeiro?

9. Feita a avaliação, como se dá o resultado? E onde essas informações são registradas?

10. O aluno tem outra(s) chance(s) de realizar a avaliação que define a série no qual irá cursar?

11. E as demais avaliações (bimestrais, semestrais, anuais) realizadas pelos estudantes estrangeiros, como ocorre?

12. Normalmente, como funciona o processo de adaptação curricular, pedagógica e avaliativa dos alunos estrangeiros ao longo do primeiro ano letivo deles na escola?

Descrição de Sucesso e/ou Fracasso Escolar dos Alunos Estrangeiros

1. Quais os índices de aprovação e reprovação dos alunos estrangeiros na escola?
2. Na sua percepção, quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos estrangeiros na escola?
3. Como você descreveria o grupo de crianças estrangeiras que frequentam esta escola?

Métodos para alunos estrangeiros

1. A escola utiliza métodos, técnicas, entre outras alternativas e ferramentas diferenciadas para o atendimento dos alunos estrangeiros? Se sim, quais?

Formação de Continuada de Professores e Política de Acolhimento e Avaliação de Estrangeiros - Sobre o Atendimento de Alunos Estrangeiros

1. Em sua opinião, o que poderia ser feito em relação à formação continuada dos professores para que estejam mais preparados para o atendimento de alunos estrangeiros na escola?
2. A SMED oferta capacitação, ações de formação continuada para os professores e demais servidores das escolas, quanto ao atendimento de alunos estrangeiros desde o acesso e permanência, à qualidade na aprendizagem e aprovação?
3. Você considera que a criação, análise e manutenção de Políticas de Acolhimento e/ou de Avaliação, voltada aos alunos estrangeiros, são necessárias na escola pública municipal? Por que?
4. Há um planejamento na agenda pública municipal quanto à novas possibilidades de projetos visando a qualidade do atendimento de aluno estrangeiro nas escolas municipais?
5. Quais avanços a SMED têm percebido no atendimento desses alunos?
6. Gostaria de fazer algum outro comentário sobre o atendimento de alunos estrangeiros nas escolas municipais iguaçuenses?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Meu nome é Elaine, sou mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. A pesquisa que estou desenvolvendo tem como objetivo principal entender sobre os processos de avaliação, responsável por subsidiar a

inserção dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas municipais de Foz do Iguaçu - PR. E a partir disso, abrir discussão sobre políticas públicas para a educação, com foco no acesso, avaliação e permanência dos alunos estrangeiros em município de fronteira.

Gostaria de saber se você me autoriza gravar a entrevista, para que posteriormente eu possa transcrevê-la e anexar à minha dissertação de mestrado. Hoje é _____, 13 de ____ de 2019, e agora são __ horas e ____ minutos.

Público Alvo: Diretora do Ensino Fundamental pela Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu - PR

Bloco I - Dados do Entrevistado

1. Qual seu nome e idade?
2. Qual sua profissão? Possui formação pedagógica?
3. Que função ocupa na Secretaria Municipal de Educação - SMED?
4. Qual o seu tempo de serviço na SMED?
5. Você tem experiência no magistério? Quais? Qual o seu tempo de experiência no magistério?

Bloco II - Informações Gerais da Secretaria Municipal da Educação - SMED

1. Como se estrutura, quais são os setores da secretaria SMED?
2. Na SMED, qual o setor responsável por acompanhar as séries iniciais nas escolas? Como funciona o trabalho deste setor?
3. Quais são os documentos norteadores da organização do trabalho pedagógico e atuação docente, que orientam as séries iniciais do ensino fundamental (Bases Legais, Projetos)?
5. Como se organizam as séries iniciais?
6. Como é pensado o processo de avaliação que orienta o cotidiano escolar? Quais os documentos que orientam a avaliação?
7. Em que língua (idioma) as avaliações são aplicadas?

Bloco III - Sobre o atendimento dos estudantes estrangeiros nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Foz do Iguaçu

1. A SMED recebe e atende alunos estrangeiros no ensino fundamental?
2. Existem registros ou você tem ideia do número de alunos estrangeiros matriculados na SMED atualmente?
3. Como ocorre o processo de recepção que a SMED realiza, quanto aos alunos estrangeiros e suas famílias ao chegarem à Foz do Iguaçu em busca de vaga nas escolas municipais? E como ocorre o atendimento desses alunos?
4. Existe algum documento que orienta esse atendimento?
5. Como ocorre o acolhimento à família e o processo de matrícula dos estudantes estrangeiros no ensino fundamental?
6. É possível matricular um aluno estrangeiro que não apresentou documentos?
7. O que fazer quando a família não fala português e o gestor escolar não fala a língua do aluno estrangeiro?

Bloco IV - Avaliação dos Alunos Estrangeiros nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Foz do Iguaçu

1. Como ocorre o processo de seleção e identificação da série em que o estudante estrangeiro irá cursar?
2. Como ocorre o processo de avaliação inicial dos alunos estrangeiros e em que período ela é aplicada?
3. Quais as concepções teórico-práticas do conhecimento e diretrizes da SMED que estruturam o modelo de avaliação aplicada aos alunos estrangeiros?
4. Quem elabora essa avaliação?
5. Como são definidos os conteúdos dessa avaliação?
6. Em que língua (idioma) a avaliação é elaborada e aplicada?
7. E se o estudante não fala e/ou escreve nesse idioma, como se faz?
8. Quanto tempo o estudante tem, após a matrícula, para se preparar para a avaliação inicial? E qual(is) os materiais didáticos ele recebe para estudar para a avaliação?
9. Quem corrige e define as notas da avaliação inicial do estudante estrangeiro?
10. Feita a avaliação, como se dá o resultado? E onde essas informações são registradas?
11. O aluno tem outra(s) chance(s) de realizar a avaliação que define a série no qual irá cursar?
12. E as demais avaliações (bimestrais, semestrais, anuais) realizadas pelos estudantes estrangeiros, como ocorre?

Bloco V - Acompanhamento Pedagógico dos Alunos Estrangeiros e Formação Docente

1. Como ocorre o acompanhamento pedagógico dos estudantes estrangeiros?
2. Como é mensurado o rendimento escolar desses estudantes?
3. Quais os Índices de reprovação e evasão escolar de alunos estrangeiros no município?
4. Quais os principais desafios enfrentados pelos alunos estrangeiros nas escolas?
5. Existe alguma política ou programa de acompanhamento pedagógico voltado para os estudantes estrangeiros?
6. A SMED oferta capacitação, ações de formação continuada para os professores e demais servidores das escolas, quanto ao atendimento de alunos estrangeiros desde o acesso e permanência, à qualidade na aprendizagem e aprovação?
7. Há um planejamento na agenda pública municipal quanto às novas possibilidades de projetos visando a qualidade do atendimento de aluno estrangeiro nas escolas municipais?
8. Quais avanços a SMED têm percebido no atendimento desses alunos?